

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**CLAUDEILSON PINHEIRO PESSOA**

**A OBRA EDUCACIONAL DOS IRMÃOS DE NICOLLET EM GUIMARÃES - MA  
(1955-1965)**

São Luís

2013

**CLAUDEILSON PINHEIRO PESSOA**

**A OBRA EDUCACIONAL DOS IRMÃOS DE NICOLLET EM GUIMARÃES - MA  
(1955-1965)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Cesar Augusto Castro.

São Luís

2013

Pessoa, Claudeilson Pinheiro

A Obra Educacional dos Irmãos de Nicollet em Guimarães -  
MA (1953-1965) / Claudeilson Pinheiro Pessoa. – 2013.

151f.

Impresso por computador (fotocópia)

Orientador: Cesar Augusto Castro

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão,  
Programa de Pós-Graduação em Educação, 2013.

1. . 2. . I. Título.

CDU

**CLAUDEILSON PINHEIRO PESSOA**

**A OBRA EDUCACIONAL DOS IRMÃOS DE NICOLLETEM GUIMARÃES - MA  
(1955-1965)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Data da Defesa \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Cesar Augusto Castro** (Orientador)  
Doutor em Educação  
Universidade Federal do Maranhão

---

**Prof. Dr. Samuel Luís Velásquez Castellanos**  
Doutor em Educação  
Universidade Federal do Maranhão

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ilma Vieira do Nascimento**  
Doutora em Educação  
Universidade Federal do Maranhão

Dedico esta dissertação às professoras e professores da Baixada Maranhense que na penumbra dos seus sonhos transformaram e transformam vidas difíceis através das labutas diárias de suas práticas cotidianas.

*In memoriam* de Raimunda Monteiro, Raquel Moraes e meus avós, o músico José Ribamar Pessoa e a trabalhadora rural Terezinha Aroucha. Brasileiros, honestos e solidários, que despertaram em mim princípios de simplicidade e esperança.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é rememorar contribuições de pessoas que com suas palavras e gestos se fizeram presentes em nosso itinerário pessoal e profissional. Assim, na construção deste trabalho de pesquisa tive a oportunidade de crescimento através do apoio e colaboração de muitos seres humanos especiais. Portanto, agradeço.

Inicialmente a Deus, que me encaminhou pelos caminhos difíceis, porém engrandecedores e me deu forças para enfrentar situações complicadas, mas que serviram para o meu crescimento espiritual tão necessário ao alcance desta árdua etapa.

Aos meus pais, José Luís Aroucha Pessoa e Benedita Pinheiro Pessoa e demais familiares, que através do estímulo e incentivo constante, motivaram-me nos momentos em que as forças faltaram e em que o cansaço não me permitia a travessia do Boqueirão a ferry-boat.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES pela concessão de bolsa de estudos, pois sem esse auxílio financeiro seria impossível a realização de tal feito.

Ao meu orientador Prof. Dr. Cesar Augusto Castro, pela atenção, dedicação, disponibilidade, pelas sábias palavras, pelo incentivo, paciência, perspicácia, coerência e tantas outras qualidades que explicam o lugar que ocupa no campo acadêmico e na vida de muitos que já passaram pelas suas humoradas, consistentes e elegantes orientações. Não tenho palavras para agradecer e demonstrar minha gratidão. Você é o cara!

Às professoras doutoras Ilma Vieira do Nascimento e Diomar das Graças Motta, pela leitura e análise do texto inicial, pelas importantes contribuições e reordenamento dados no exame de qualificação, cujas orientações dentro do possível, buscamos atender.

Aos professores doutores do Programa de Pós Graduação Mestrado em Educação da UFMA Adelaide Coutinho, Antônio Paulino de Souza, Francisca das Chagas Silva Lima, Iran de Maria Leitão Nunes, Maria José Pires Barros Cardozo, Diomar das Graças Motta, Cesar Augusto Castro, Maria Alice Melo, Maria de Fátima Costa Gonçalves, e aos colaboradores do PPGE Acildo Leite e Maria Nobre Damasceno, além de todos os funcionários do programa, pelas aprendizagens oportunizadas.

Agradecimento especial a Gisele, competente secretária do PPGE pela contribuição na formatação deste trabalho, normalizando com primor o mesmo e pela atenção disponibilizada aos mestrandos do programa.

À minha querida décima segunda turma do PPGE UFMA: Elinete Pedrosa, Raimundo Flor, Ildoana Paz, Marinalva Macedo, Anísia Marques, Talita Martins, Lia Fontelles, Elizia Pereira, Cleuma Chaves, Carolline Botelho, Richard Pinto, Máisa Cunha, Alessandra Belfort, Rosane Lopes, Claudiane Araújo, Patrícia Ataíde, Maria Célia Melo e José Augusto Medeiros Silva, um grupo de lutadores que unidos confortaram, incentivaram e colaboraram uns com os outros no cumprimento desta etapa.

Às amigas do PPGE, as mestrandas Lissandra Fraga, Ivone das Dores, Osana Lins e Gilsene Daura pela amizade e parceria.

Aos funcionários da Biblioteca da Academia Pinheirense de Letras Artes e Ciências, da Cúria Diocesana de Pinheiro, do Farol da Educação e da Casa Paroquial, ambos em Guimarães, pela atenção dedicada e auxílio constante.

À Professora Carmelita Cuba pela simpatia e generosidade na concessão de fontes diversas que contribuíram muito para a produção deste trabalho.

Agradecimento aos amigos Sandra Guterres e Gerson Veras, diretores da Faculdade Santa Maria de Pinheiro, que através da *Biblioteca Universitária Dr. César Augusto Castro* me forneceram diversos livros que contribuíram com o enaltecimento da pesquisa.

Aos meus diretores Silvan Souza (Secretário Municipal de Educação de Pedro do Rosário - MA), Deusdina Veloso (Secretária Municipal de Educação de Central do Maranhão - MA), Telma Oliveira (Secretária Municipal de Educação de Bacurituba - MA), Batista Martins (Secretário Municipal de Peri Mirim - MA), Fatima Gonçalves (Diretora do Polo da UEMA de Bequimão), Violeta Moraes (Proprietária da V.C. Soares Moraes Consultoria Educacional LTDA), Carlos da Luz (Diretor da Consultoria Educacional Desafio D. C. da Luz) e meu grande parceiro das batalhas educacionais nos municípios da Baixada Maranhense, o professor Heráclio Moraes Costa (presidente da H.C. Empreendimentos Educacionais). A todos agradeço pelas oportunidades de crescimento profissional. Devo muito a todos vocês!

Aos amigos Rafiza Costa, Ana Frazão, Rinivan de Oliveira, Anco Marcio Tenório Vieira, David Silva, Regina Silva, José Ribamar Ribeiro Dias, Lisieux

Guterres e Marcos Pinto, pois cada um a sua maneira contribuiu - às vezes de maneira indireta - com a realização deste árduo trabalho.

Em especial aos amigos professora Dra. Lilian Doussou Romero (Faculdade Santa Fé) e o professor Nelson de Jesus Nogueira Nunes pelas palavras de incentivo nos momentos que pensei em desistir, pessoas íntegras e generosas que me encaminharam de forma objetiva ao cumprimento desta etapa. Recebam todo o meu apreço.

Ao professor Frankland Braga por ter dado vida ao texto através da sua coerente e minuciosa revisão.

Agradeço a todos que pacientemente compreenderam a minha ausência durante esta travessia engrandecedora. A todos vocês, meu muito obrigado!

*“Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir”.*

*(Michel Foucault, 1984, p.13)*

## RESUMO

Estudo acerca das instituições escolares que constituíram a Obra Educacional dos Irmãos de Nicollet em Guimarães, estado do Maranhão, no período de 1955 a 1965. Esta investigação está ligada ao Grupo de Estudos em História e Memória da Educação Maranhense, da linha de pesquisa: Instituições Escolares, Saberes e Práticas Educativas do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação da Universidade Federal do Maranhão. Para tanto, utilizamos como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica através dos referenciais teóricos de Dallabrida (2009), Horta (1994), Valdemarim (2004), dentre outros. Os estudos de Kadt (2007), Stephanou (2004) e Neris (2011; 2012) e outros nos auxiliaram na compreensão da dimensão sócio-histórica da Igreja Católica e suas imbricações no campo educacional. As produções de Andrade (1984), Castro (2006; 2009), Figueiredo (1984), Licar (2010), Costa (2012) e Motta (2003; 2006; 2008; 2012) subsidiaram com o processo de contextualização da educação maranhense no período de nosso estudo. Utilizamos também os trabalhos de Oliveira (1984; 2000) e os periódicos *O LITORAL* e *O VIMARENSE* na perspectiva de configurarmos o cenário sociopolítico e econômico de Guimarães. Além desses periódicos, consultamos outras fontes escritas, tais como Relatórios, Regimentos, testemunhos, dentre outros. Recorreu-se também à História Oral, tendo como depoentes pessoas que participaram ativamente das instituições de ensino estudadas ou sujeitos envolvidos com as ações sociais e educacionais dos Irmãos de Nicollet no período estudado. Conclui-se que as supracitadas instituições que constituíram a Obra Educacional dos Nicollet em Guimarães implantaram em sua cultura escolar saberes necessários à propagação do catolicismo, na perspectiva de fortalecimento da igreja.

Palavras-chave: Missões Católicas; Instituições Escolares; Educação Confessional; Ações Educacionais; Guimarães - MA.

## RÉSUMÉ

Étude sur les établissements d'enseignement qui ont constitué le travail éducatif des Frères de Nicolle à Guimarães, l'État de Maranhão dans la période 1955-1965. Cette recherche est liée au Groupe d'études en histoire et mémoire Education Maranhense ligne instituts de recherche école, la connaissance et la pratique de l'Education Graduate programme Master of Education, Université Fédérale du Maranhão. Nous avons utilisé comme instruments à la littérature à travers le cadre théorique de Dallabrida (2009), Horta (1994), Valdemarim (2004), entre autres. Études Kadt (2007); Stephanou (2004) et Neris (2011, 2012) et d'autres nous ont aidés à comprendre l'Eglise catholique historique et socio leurs chevauchements dans le domaine éducatif. Productions Andrade (1984), Castro (2006, 2009), Figueiredo (1984); Licar (2010), Costa (2012), Motta (2003, 2006, 2008, 2012) a fourni un appui au processus de contextualisation de l'éducation dans Maranhão période de notre étude. Nous utilisons également le travail de Oliveira (1984, 2000) et le littoral périodique Le Vimarense en perspective et nous fixons les Guimarães socio-politiques et économiques scène. En plus de ces revues, consulter d'autres sources telles que les rapports écrits, des régiments, des témoignages, entre autres. Nous avons utilisé sera également l'histoire orale comme ayant répondants qui ont participé activement à des établissements d'enseignement ou des sujets d'étude engagés dans l'action sociale et éducative Brothers Nicolle au cours de la période d'étude. Il est conclu que les institutions mentionnées ci-dessus forment le travail éducatif de Nicolle à Guimarães implantés dans leur culture scolaire nécessaire pour répandre la connaissance du catholicisme dans la perspective du renforcement de l'église.

Mots-clés: Missions catholiques; Établissements D'enseignement, L'enseignement Confessionnel, Les Activités Éducatives, Guimarães-MA

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	p.
Foto 1	Porto do Guarapiranga ..... 15
Mapa 1	Localização de Guimarães no Mapa da Baixada Maranhense..... 26
Foto 2	Guimarães na década de 1940, tendo como fundo a Igreja de São José e na parte inferior esquerda a casa onde funcionou a Escola da Professora Dudu Coração, de 1929 a 1940 ..... 33
Foto 3	Prédio onde funcionou o Grupo Escolar ..... 57
Foto 4	Os religiosos Yvette Raymond e Monsenhor Marcel Pepin. Canadenses de Quebec. Ambos membros da Congregação Irmãos de Nicollet, que chegam a Guimarães nos anos de 1950 para edificar o seu projeto Missionário..... 65
Foto 5	Monumento em homenagem a Nossa Senhora da Assunção..... 76
Foto 6	Chegada das Irmãs de Assunção em Guimarães no ano de 1957 ..... 77
Foto 7	Fachada do Convento das Irmãs da Assunção em Guimarães..... 78
Foto 8	Freiras Canadenses em visita à Comunidade Quilombola de Damásio, 1957..... 78
Foto 9	Irmãs de Assunção com crianças vendedoras de água, 1957 ..... 80
Foto 10	Pelotão da INESA homenageia a Missão Canadense ..... 82
Foto 11	Casa Paroquial ..... 86
Foto 12	Dirigentes e docentes da Escola Paroquial. Da esquerda para a direita, as irmãs Colette, Marieta, Santa Caridade, Maria Assunta, São João, Gabriela e abaixo, Rita e Afonso Maria ..... 88
Foto 13	As Irmãs em oração na capela. Da esquerda para a direita as Irmãs Ana do Salvador, Maria Adélia, Teresinha de São Venceslau, Gertrudes, Rita e Maria Assunta ..... 91
Foto 14	Alunos e alunas com fardamento juntamente com a Professora Irmã Colette Ducharme – Normal Nossa Senhora da Assunção em 1962 (De cima para baixo iniciando da esquerda para a direita: Esdras Maia, Tarcísio Ribeiro, Lúcia Cuba, Severino Silva, Ivelise Silva, Mourane Lima, Julia Abreu, Maria Costa, Vitória, Leonor, Heloisa, Herminia, Maria Rosa, João Pereira, Zezinho, Regina Braga, Francília e Aldalena) ..... 101
Foto 15	Prédio onde funcionou o Primeiro Internato Masculino São José ..... 103
Ilustração	– Primeiras Diretoras da Escola Normal. Da esquerda para a direita: Irmã Maria Assunta; Irmã Colette Ducharme e Irmã Marieta Millot. Através de Bico-de-pena do vimarense Tony Cristiano..... 106
Foto 16	Alunas da Escola Nossa Senhora da Assunção, em aulas de Educação Artística. Aula ministrada por religiosa da Missão Canadense de Nicolet em 1959. Ao fundo, veem-se as estudantes Kátia Cuba, Tâmara Schalcher, Rosa Schalcher e Lúcia Ramos..... 107
Foto 17	Jardim de Infância Anjo da Guarda dirigido pela Irmã Maria Adélia ..... 108

Foto 18	A primeira turma de formandos da Escola Normal Nossa Senhora da Assunção tendo, ao centro, as Irmãs Colette Ducharme e Maria Assunta entre os alunos – da esquerda para a direita - Janilson, Antônio Luiz, Joamir, Haroldo, Evilton, Diquinho e Raimundo Lima, dentre outros .....	110
Foto 19	A segunda turma formada da Escola Normal Nossa Senhora da Assunção.....	112
Foto 20	Pelotão de estudantes do INESA. Relembra no desfile da Pátria a antiga farda de gala do Ginásio Vimarense.....	125
Foto 21	O corpo docente do Ginásio em momento de Planejamento e Estudo. Da esquerda para a direita: Denei, Paula, Franci, Evilton, Zenaide e Maria José, reunidos com a sua diretora Irmã Colette Ducharme.....	127
Foto 22	As Irmãs e as internas em hora de recreação .....	131
Foto 23	Ex-alunos da Primeira Turma do Ginásio. Encontro no Sítio Oásis, em São Luís no ano de 1981.....	134

## LISTA DE SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
ACB	Ação Católica Brasileira
AEC	Associação da Educação Católica no Brasil
CADES	Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário
DESE	Divisão do Ensino Secundário
INESA	Instituto Nossa Senhora da Assunção
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LEC	Legião Eleitoral Católica
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MESP	Ministério da Educação e Saúde Pública.
MSC	Missionários do Sagrado Coração
NEDHEL	Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e das Práticas Leitoras
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Número de Escolas Primárias no Estado do Maranhão (1890-1930) .....	42
Quadro 2	Número de Grupos Escolares no Estado do Maranhão (1905-1930) ..	42
Quadro 3	Demonstrativo de Escolas Isoladas de Guimarães – MA.....	49
Quadro 4	Matérias ministradas no curso primário do Grupo Escolar Dr. Urbano Santos (1950).....	60
Quadro 5	Demonstrativo de Professores da Escola Paroquial em 1957 .....	89
Quadro 6	Alunos matriculados na Escola Paroquial São José .....	94
Quadro 7	Número de alunos matriculados no Grupo Escolar Dr. Urbano Santos.....	94
Quadro 8	Quantitativo de alunos de turmas do Ginásio Vimarense (1962) .....	120
Quadro 9	Exame de Admissão .....	121
Quadro 10	Relação de Disciplinas do Ginásio Vimarense, 1962 .....	130

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>O caminho se faz ao caminhar</b> .....	15
<b>Situando nosso cenário de pesquisa: a cidade de Guimarães e sua história</b> ...	26
<b>1 ESCOLARIZAÇÃO VIMARENSE ANTES DA CHEGADA DA MISSÃO CANADENSE EM GUIMARÃES – MA</b> .....	33
<b>1.1 A educação brasileira no contexto do século XX: da Primeira República ao Estado Novo</b> .....	34
<b>1.2 O cenário educacional maranhense</b> .....	39
<b>1.3 Configurações do campo educacional vimarense na primeira metade do século XX: das escolas isoladas ao Grupo Escolar Dr. Urbano Santos</b> .....	46
<b>2 A MISSÃO CANADENSE DE NICOLLET EM GUIMARÃES – MA</b> .....	65
<b>2.1 Fundamentos e princípios da Missão</b> .....	65
<b>2.2 A chegada dos Irmãos de Nicollet em Guimarães – MA</b> .....	71
<b>3 A OBRA EDUCACIONAL DOS MISSIONÁRIOS CANADENSES IRMÃOS DE NICOLLET EM GUIMARÃES - MA (1955-1965)</b> .....	82
<b>3.1 A Escola Paroquial São José: unindo educação e fé na escolarização da infância vimarense</b> .....	82
<b>3.2 Escola Normal Nossa Senhora da Assunção: formando professores para a região da Baixada Maranhense</b> .....	95
<b>3.3 O Ginásio Vimarense e a atuação da Igreja Católica na formação da mocidade</b> .....	113
<b>3.4 As ações de profissionalização na Vila Gem</b> .....	134
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	136
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	142

## INTRODUÇÃO

Foto 1 – Porto do Guarapiranga<sup>1</sup>



Fonte: O Vimarense (2009).

Nesta seção, iremos apresentar os aspectos teórico-metodológicos que nortearam a nossa investigação. Enfatizaremos também as motivações epistemológicas, pessoais e profissionais que ocasionaram tais escolhas. Dialogaremos de forma sucinta sobre o contexto sócio-histórico do Brasil, do Maranhão e de Guimarães no período de 1955 a 1965. Por fim, descreveremos os capítulos e seus desdobramentos articulados aos seus percursos investigativos.

### **O caminho se faz ao caminhar...**

Conceber a história como campo de investigação nos permite compreender o presente como um constructo produzido por múltiplas determinações. Assim, torna-se importante reconhecer a contribuição do referido campo para um melhor entendimento da contemporaneidade. Esta concepção é de relevância para aquele

---

<sup>1</sup> Aqui começa a cidade de Guimarães. Neste mesmo local, aportam, em 1955, os Padres da Congregação Católica Canadense Irmãos de Nicollet.

que se propõe a estudar a História da Educação como disciplina e *lócus* que permite o entendimento de práticas que se dão no espaço escolar na atualidade.

Desse modo, nosso interesse em estudar as configurações passadas e relacioná-las ao presente nos levou a escolher o objeto de pesquisa denominado “A Obra Educacional dos Irmãos de Nicollet em Guimarães - MA (1955-1965)”, pois este fenômeno até então não havia sido explorado pelas investigações em História da Educação no Maranhão. Assim, temos a pretensão de contribuir com o processo de interiorização das pesquisas em educação ainda centralizadas na capital do Estado.

O interesse pelo assunto começou quando ministrei a disciplina Pesquisa e Prática Curricular do Programa Darcy Ribeiro da UEMA - Universidade Estadual do Maranhão, polo de Mirinzal, nos anos de 2009 e 2010. Interessado em História da Educação, elaborei um projeto de pesquisa junto a essa instituição sobre o resgate da memória dos primórdios da escolarização na cidade de Guimarães, o que nos levou a conhecer as ações educacionais desenvolvidas pela Congregação Católica Canadense Irmãos de Nicollet.

Também contribuiu para esse intento a participação no Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e das Práticas Leitoras – NEDHEL, vinculado à linha de pesquisa: Instituições Escolares, Saberes e Práticas Educativas do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação, da Universidade Federal do Maranhão, no qual integramos a pesquisa sobre a Educação na Baixada Maranhense.

Este estudo limita-se às décadas de 1950 e 1960 do século XX, período que compreende o momento da chegada da Missão Canadense de Nicollet em Guimarães (1955) – quando esta assume a administração de algumas instituições já dirigidas pelos agentes do catolicismo local – até a passagem da administração das instituições para a comunidade local (1965), pois com esse fato acreditavam que seus objetivos de fortalecimento do catolicismo na região haviam sido atingidos.

A Igreja Católica, nesse contexto, obedecia ao movimento de reestruturação através do ideário de *Igreja do Povo de Deus* que mobiliza as dioceses na América Latina, buscando o resgate de uma identidade popular, e mais próxima dos problemas sociais. Tudo isso tinha a finalidade de inibir o crescimento das religiões protestantes e espíritas, que ocupavam fortemente a vida da população.

As escolas implantadas pela Igreja Católica preocupavam-se em atender às exigências desta instituição e às do Estado, propagando suas ideias por meio de ações pedagógicas, conteúdos curriculares e cultura material escolar, somando-se a isto as comemorações religiosas presentes no calendário oficial.

Em Guimarães, essa relação entre Igreja e Estado e suas implicações no campo educacional no período de nosso estudo foi marcada por acontecimentos que serão discutidos de forma inter-relacionada nesta dissertação.

Os Missionários Canadenses Irmãos de Nicollet, ao chegarem a terras vimarenses, encontraram 9 (nove) escolas primárias, que seriam: Escola de Edson Osório Anchieta Filho, Escola Ermícia Santos, Escola Lílisa Cantanhede, Escola Dudu Coração, Escola Paroquial São José, Escola Matheus Avelar, Escola de Marieta Dantas, Escola de Raimunda Benta e Escola Antonia Carvalho. Tais escolas funcionavam em espaços nada condizentes com o alcance de finalidades educativas, pois muitas eram casas de professores. Isso se deu em virtude da falta de prédios próprios construídos e mantidos pela esfera estatal para oportunizar escolarização à população.

As críticas às escolas isoladas situavam-se principalmente em suas condições estruturais e pedagógicas, visto que possuíam precária iluminação, ventilação incipiente, ausência de materiais pedagógicos, currículo assistemático e mestres sem qualificação para o exercício da docência (SOUZA, 2003).

Além das escolas isoladas, existia na cidade de Guimarães a Escola Mista Municipal (1946) - oriunda da Escola Ermícia Santos - que logo em seguida se transforma, em 1948, no Grupo Escolar Dr. Urbano Santos, implantado no governo de Sebastião Archer (1947-1951). Este estabelecimento de ensino representava a vitória da modernização republicana sobre a precariedade das escolas isoladas que em sua maioria funcionavam em ambientes familiares, ineficientes em virtude das condições rudimentares para o desenvolvimento de práticas pedagógicas. A implantação desse Grupo Escolar em Guimarães construiu no imaginário coletivo um sentimento de pertencimento ao projeto hegemônico da nação, que buscava o desenvolvimento social, cultural e econômico do país.

Apesar de implantado tardiamente em relação a outras cidades da região – São Bento (1905) e Pinheiro (1928) já o haviam criado desde a Primeira República – , o grupo escolar trouxe entusiasmo à população vimarense.

Embora tenha entusiasmado a população, este estabelecimento de ensino enfrentou grandes problemas para manter-se, tendo em vista as poucas e insuficientes verbas direcionadas pela Política Estadual. O que era oferecido pelo governo mal custeava as despesas; além disso, o pouco incentivo ao acesso e à permanência das crianças pertencentes aos segmentos populares na escola ocasionava expressivas taxas de evasão.

Dessa forma, em decorrência das condições de miséria e também da diminuição de fiéis católicos em Guimarães, chegam, no ano de 1950, os missionários do Sagrado Coração, representados pela figura do pároco Luis Zaquinato (1906 – 1988). Eles vieram com a missão de aumentar o número de fiéis católicos e torná-los participantes ativos da vida da Igreja, através do movimento de Restauração Católica. Tal movimento concebia a educação como instrumento de disseminação do evangelho, melhoria da qualidade de vida e, acima de tudo, dos axiomas cristãos.

Assim, o padre Luis Zaquinato, influenciado pelo então bispo da Prelazia de Pinheiro, Dom Afonso Maria Ungarelli, implantou a Escola Paroquial em 1950. Este educandário era localizado na parte central da cidade, próximo da Igreja de São José, padroeiro de Guimarães.

A instituição atendia ao ensino pré-primário e primário com a finalidade de oferecer uma educação integral que mesclasse saberes de cunho religioso e o ensino de primeiras letras, compreendendo o jardim de infância, o curso elementar, o complementar e a Escola de Fé – que era uma espécie de curso de catecismo oferecido aos domingos, obrigatório para todos os alunos da Escola Paroquial, a partir dos sete anos de idade.

Os funcionários deste estabelecimento de ensino eram ligados à Igreja Católica. Eram fiéis que assumiam a docência e funções burocráticas por possuírem alguma “vocação” para as atividades escolares. No entanto, foram contratados outros professores advindos de algumas cidades da diocese e possuidores do curso normal com a finalidade de melhorar a qualidade do ensino oferecido.

Em 1955, com a chegada da Missão Canadense de Nicollet, o padre Luis Zaquinato passa a administração da escola aos padres João Baptista Caya, Jorge Picard e Homero Proulx, que deram continuidade ao projeto educacional implantado anteriormente pelos italianos.

Logo ao chegarem a Guimarães, os referidos padres iniciam um processo de pesquisa com o propósito de descobrir as potencialidades e fraquezas do lugar, onde detectaram a situação de analfabetismo, indigência e pobreza de grande parte da população.

Para auxiliá-los, chegam em março de 1957, trazidas também de Nicollet, no Canadá, as primeiras freiras da Congregação, denominadas de Irmãs de Assunção ou Irmãs de Nicollet. Eram as seguintes: Irmã Madalena Brochu, Irmã Georgette Desrochers, Irmã Maria Adélia e Irmã Maria Assunta.

As irmãs vieram com o objetivo de lidar tanto com a dimensão pedagógica quanto com as questões administrativas da Escola Paroquial São José, juntamente com as ações de catequização desenvolvidas na Escola da Fé, além de dar continuidade ao plano de criação de uma Escola Normal, do Ensino Ginásial e ações educacionais de cunho profissionalizante implantadas no município.

As religiosas canadenses também desenvolveram um projeto social com vistas à divulgação do movimento de popularização do catolicismo em comunidades rurais, fortalecendo, assim, a ação catequética através de visitas às comunidades para orientações sobre questões domésticas e espirituais. Tal prática ensejava a melhoria das condições de vida da população, e, ao mesmo tempo, as religiosas utilizavam saberes e fazeres para impor seu discurso de negação das demais práticas de orientação não católica.

A dificuldade de docentes formados e habilitados tanto no Grupo Escolar Dr. Urbano Santos quanto na Escola Paroquial e em estabelecimentos de outras cidades da região incentivou os religiosos de Nicollet a implantarem no dia 27 de janeiro de 1958 a Escola Normal Nossa Senhora de Assunção. Esta ficou sob a responsabilidade das citadas irmãs canadenses, que assumiram tanto a administração do estabelecimento de ensino quanto a regência de algumas disciplinas do currículo.

Também compôs o quadro docente desta Escola Normal um grupo de normalistas advindas da Escola Rosa Castro, considerada uma das mais importantes escolas de formação de professores da capital São Luís.

A Escola Normal Nossa Senhora da Assunção formou a primeira turma em 14 de fevereiro de 1961, transformando-se em referência na região da Baixada Maranhense pela qualidade do docente formado por ela e pela ênfase na formação técnico-científica e humanista oferecida.

Com a finalidade de atender uma das últimas metas educacionais estabelecidas pela Missão Canadense, foi fundada, em 20 de fevereiro de 1961, uma escola privada de ensino secundário, denominada Ginásio Vimarense, funcionando no centro da cidade, à Rua Dias Vieira.

Esta instituição atendia às necessidades de escolarização dos filhos da sociedade vimarense que, ao terminarem o ensino primário na Escola Paroquial ou no Grupo Escolar Dr. Urbano Santos, partiam de Guimarães para outras cidades para prosseguir os estudos. A ausência do curso secundário levou muitos alunos a desistirem de seus projetos de continuidade, tendo a única opção de trabalhar na lavoura ou no pescado da baía de Cumã.

Foi desenvolvido também um conjunto de ações educacionais voltadas à formação profissional através da criação da Vila Gem, no ano de 1963. Esta oferecia no contra-turno cursos técnicos a jovens e adolescentes alunos dos estabelecimentos de ensino confessionais da congregação.

Dessa maneira, esta pesquisa tem como questão central: Quais as contribuições no campo da educação da Congregação Canadense Irmãos de Nicollet na cidade de Guimarães no período de 1955 a 1965?

A partir da pergunta central acima, estabelecemos uma perspectiva de nortear os nossos passos de pesquisa através dos questionamentos abaixo explicitados.

- a) Quais os fundamentos e princípios que orientaram a Missão Católica Canadense de Nicollet?
- b) Quais as iniciativas de escolarização desde meados do século XIX até a primeira metade do século XX que antecedem a chegada dos canadenses católicos em Guimarães?
- c) Quais eram as condições estruturais e pedagógicas das escolas primárias e do Grupo Escolar Dr. Urbano Santos?
- d) Que ações educacionais foram utilizadas pela Congregação Católica Canadense na perspectiva de afirmarem-se no cenário vimarense?
- e) Quais as escolas confessionais que constituíram o campo educacional no período de 1955 a 1965?

Assim, temos como objetivo geral desta pesquisa analisar as contribuições da obra educacional da Congregação Católica Canadense Irmãos de Nicollet no município de Guimarães - MA no período de 1955 a 1965.

A partir das questões que se seguem, buscamos sintetizá-las em nossos objetivos específicos, os quais são:

- a) Discutir os fundamentos e princípios que regem a Missão Canadense de Nicollet;
- b) Caracterizar os processos de escolarização desde a segunda metade dos oitocentos até a primeira metade dos novecentos que antecederam a chegada dos canadenses católicos em Guimarães;
- c) Analisar o processo de organização e funcionamento das ações e instituições educativas mantidas pela congregação;
- d) Identificar as práticas educativas desenvolvidas no interior dos estabelecimentos de ensino.

Tendo como finalidade garantir a obtenção dos objetivos propostos, escolhemos como procedimentos de investigação a análise bibliográfica e a pesquisa documental.

No que diz respeito às categorias que norteiam nosso estudo, elegemos Educação Confessional e Ações Educacionais. A primeira, Educação Confessional, entendemos como um tipo de educação que segue a confissão de uma determinada ordem religiosa ou congregação. Por ser confessional, esse tipo de educação professa, por via de regra, uma doutrina ou um princípio filosófico a ser seguido e que se dissemina em suas práticas cotidianas e em sua própria representação perante a sociedade. Sua prática pedagógica está alicerçada no desenvolvimento de uma opção religiosa e na adoção de uma conduta moral em seus alunos. Para atingir essa meta, a escola confessional dissemina o conhecimento filosófico-teológico e os princípios educacionais da ordem religiosa à qual se vincula. (STEPHANOU, 2004)

Já a segunda categoria, Ações Educacionais, diz respeito às atividades desenvolvidas pela congregação, centrando-se nos seguintes aspectos: instituições escolares, organização escolar e práticas educativas.

Para contextualizarmos a educação nas décadas estudadas nesta dissertação, buscamos os seguintes autores: Horta (1994), Romanelli (2010), Nagle (1993), Noronha (1996), Parada (2009), Freitag (2009), dentre outros.

Na perspectiva de discutir os fundamentos que regem a Congregação Canadense Irmãos de Nicollet, cotejando com o papel da Igreja Católica em meados

do século XX no Brasil e no mundo, fundamentamos nossa discussão nos trabalhos desenvolvidos por Bittar (2003), Kadt (2007), Stephanou (2004), dentre outros.

Na intenção de contextualizarmos a realidade estadual, partimos da compreensão do cenário local vimarense. Para tanto, apoiamo-nos em autores que nos subsidiaram na compreensão de aspectos sociopolíticos, econômicos, culturais e educacionais, dentre os quais destacamos: Buzar (1976), (1998), Castro (2009), Godóis (1914), Licar (2011), Motta (2006), Saldanha (2008), Oliveira (1984), (2000), dentre outros.

O repertório documental privilegiado neste estudo faz parte dos acervos da Cúria Diocesana de Pinheiro, e, em Guimarães, da Casa Paroquial São José, do Grupo Escolar Dr. Urbano Santos e do Instituto Nossa Senhora da Assunção - INESA. Tal repertório é composto de atas de matrícula e de reuniões, regimentos internos, propostas de trabalho pedagógico, programa de disciplinas, quadros demonstrativos de funcionários e alunos, *folders* e cartazes informativos. Fizemos uso também de Relatórios com Mensagens de Governadores - que estiveram à frente do Estado no período delimitado por esta dissertação -, principalmente aqueles que enfatizam criação de cadeiras e estabelecimentos de ensino.

Esse conjunto de documentos - e que será discutido com maior ênfase na última parte desta dissertação - nos permitiu descobrir aspectos relevantes do cotidiano institucional dos estabelecimentos de ensino: origens, transformações e funcionamento.

Sobre o uso de documentos oficiais em pesquisas históricas, apoiamo-nos nas orientações de Bacellar (2005), que destaca a importância de se trabalhar com fontes originais, pois retratam o que a sociedade desejava que se perpetuasse para as gerações vindouras.

O autor ainda acrescenta que na pesquisa documental deve-se ir além da aparência, levando em conta detalhes identificados desde a redação até a forma de apresentação. Para ele, os acontecimentos que a documentação comporta devem ser lidos nas entrelinhas, pois trazem uma carga intencional e ideológica por parte de quem produz.

Utilizamos também para o desenvolvimento do estudo os periódicos *O Litoral* e a revista eletrônica *O Vimarense*, que, através dos conteúdos explicitados, traçam um panorama do município e sua relação com a região do litoral nos aspectos sociais e educacionais.

O *Litoral* foi fundado em Guimarães no ano de 1950 e teve vida curta, existindo somente até o ano de 1953. Era um veículo mensal que trazia, também, informações da Igreja Católica. Este se constituiu um importante instrumento de pesquisa, pois nos possibilitou conhecer a dinâmica sociopolítica e educacional da região litorânea da Baixada no período supracitado.

A revista eletrônica *O Vimarense* teve como data de sua fundação o dia 11 de fevereiro de 2000, por filhos de Guimarães radicados na capital, em especial o senhor Raimundo Nonato Brito. Este veículo comunicacional apresenta cenas da vida cotidiana de Guimarães e as aspirações de sua gente. Nele estão presentes fotografias e relatos que nos serviram muito na análise empreendida, pois toda a vida da Congregação Canadense de Nicollet e sua obra educacional estão registradas nos seus arquivos.

Sobre a utilização de fontes jornalísticas e seu valor nos estudos históricos, elegemos as formulações de Bastos (2002) e Castro (2009), pois ambos veem a imprensa periódica como importante ferramenta para o desvelamento de representações de uma época, uma vez que esta cria um espaço público por meio do seu arsenal discursivo, transmitindo processos culturais e ideológicos. Para isso, o investigador deverá desmontar o texto e seus enunciados, como nos aponta Bastos (2002, p. 23):

Essa desmontagem significa a análise dos processos e das contradições de sua produção, construção, a partir dos discursos disponíveis compostos de contradições e não é mais restrito a uma leitura única, harmoniosa e confiável. Ao invés disso torna-se plural, aberto a releitura e não mais objeto de consumo passivo, mas objeto de trabalho, através do qual o leitor produz significado.

Castro (2009) destaca que a pesquisa na imprensa periódica contribui para o desvio do olhar do curso oficial e da documentação manuscrita, oportunizando observar os enunciados de maneira comparativa e analítica.

O jornal, como instrumento pertencente a um grupo hegemônico, não retrata a realidade de maneira fiel, mas a apresenta sob diferentes óticas e perspectivas, às vezes contraditórias, cabendo assim ao história dor uma visão crítica interpretando os modos de escrever a história (CERTEAU, 2002), descortinando e desconfiando das informações e conteúdos explicitados por ele.

O levantamento dos dados sobre a Missão de Nicollet foi realizado em Pinheiro, na Cúria Diocesana, na Biblioteca Pública Elizabeto Barbosa de Carvalho e na Biblioteca da Universidade Estadual do Maranhão, e em Guimarães, no Centro

Cultural Gastão Dias Vieira, na Casa Paroquial e no Instituto Nossa Senhora da Assunção, principalmente pela disponibilização de fontes e por estes espaços serem os únicos que guardam fragmentos da memória de Guimarães.

Fizemos ainda uso do acervo particular da senhora Carmelita Cuba, que prontamente nos atendeu cedendo-nos materiais de suma importância para a elaboração desta dissertação. Em São Luís, as pesquisas foram desenvolvidas na Biblioteca Pública Benedito Leite e na Biblioteca da Universidade Federal do Maranhão.

O processo de localização e acesso às fontes transformou-se em um celeiro de dificuldades, visto que muitas delas estão sob o domínio de famílias e grupos que se apropriam e privatizam os instrumentos da memória coletiva.

Tais dificuldades e limitações não apagaram a chama da vontade de realização da pesquisa, pois buscamos apaziguar dentro das nossas possibilidades as ausências e lacunas existentes, o que nos obrigou a recorrer a outras fontes e percursos que apresentassem novos indícios que conseguissem ocupar o vazio ocasionado pela ausência e má conservação de algumas fontes, o que nos direcionou a outros caminhos metodológicos, *pois o caminho se faz ao caminhar* (DAMASCENO, 2010).

Assim, baseados na ótica teórico-metodológica da nova História Cultural, utilizamo-nos de uma multiplicidade de fontes, considerando-as como espaços construídos socialmente (CHARTIER, 1996), levando o pesquisador a analisar a massa anônima, seu modo de viver, agir, pensar, sentir, seu cotidiano, problematizando o social, alcançando a relativa “verdade” das fontes ocultas pelos documentos oficiais.

Dessa forma, recorreremos à História Oral como metodologia importante nesta investigação e que emerge conjuntamente com a ampliação do repertório de fontes e objetos à disposição do historiador que se utiliza do paradigma histórico-cultural.

Essa metodologia oportuniza recorrer à memória por parte de pessoas que são testemunhas vivas acerca de acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida e demais aspectos presentes em um passado vivido por eles. A sua utilização não se deu somente pela escassez de fontes oficiais, mas, sobretudo, por esta nos oferecer a constatação da presença do passado no presente imediato das pessoas, de forma individual ou social, propondo uma reconstrução deste passado que se poderia chamar de registro de uma ausência no tempo (PESAVENTO, 2008).

Nesta ótica, o estudo histórico estabelece relações e confrontos entre o passado e o presente da memória coletiva e individual como um espaço de tensões e de jogos de poder, sendo que os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores de mecanismos que as manipulam (LE GOFF, 1996).

Dentro dessa explicação de Le Goff (1996), a história oral aparece como uma metodologia que oportuniza o contato das memórias individuais e seus esquecimentos, além do olhar sobre as representações coletivas (HALBWACHS, 2004; DOSSE, 2003).

Para Pierre Nora (1993, p. 19), a categoria memória é concebida como um campo de criação e dinamismo aberta a uma dialética da lembrança e do esquecimento, lançando mão da possibilidade de uso da memória individual ou coletiva como fonte histórica rica.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética de lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e memórias expressas através manipulações, suscetível de longas e repentinas revitalizações.

Dentro deste prisma, consideramos a memória expressa através de relatos orais, buscando com isso o rememorar, as recordações e as lembranças escolares. Evidenciamos as experiências vividas individualmente pelos atores sociais situados no universo educacional daquele contexto sócio-histórico, permitindo-nos uma incursão pelo passado através das interpretações dos fatos e de pessoas que guardam parte da memória institucional dos estabelecimentos de ensino.

A escolha dos depoentes se deu em função de seus papéis junto às ações desenvolvidas pelos Missionários Canadenses Irmãos de Nicollet, além da evidência que alguns receberam no cenário educacional de Guimarães. Sendo assim, entrevistamos as pessoas que se dispuseram a colaborar com nossa pesquisa. Entretanto, para resguardarmos a identidade de alguns que não nos permitiram explicitar seus nomes, utilizamos nomes fictícios- que estão destacados em itálico no texto- de santas e santos católicos em referência ao tema de nosso estudo.

No contato preliminar com os depoentes, esclarecemos sobre a intenção da pesquisa e sua relevância epistemológica e social. Com a aprovação e concordância de todos, realizávamos os procedimentos para o agendamento das entrevistas, explicando-lhes que as filmaríamos na perspectiva de visitar aquele momento tantas vezes quantas fossem necessárias, registrando, além de seus discursos,

seus semblantes e a materialização dos sentimentos através de expressão corporal e facial. Tal processo aconteceu de 20 de maio de 2012 a 23 de março de 2013.

Utilizamos também fotografias com objetivo de ilustrar nossa pesquisa, sempre acompanhadas de um breve comentário.

Ao tomarmos a obra educacional da Congregação Canadense de Nicollet como objeto de estudo, deparamo-nos com um conjunto de instituições que representaram grande conquista no campo educacional, tanto para a cidade de Guimarães quanto para a região, a exemplo da Escola Paroquial São José, a Escola Normal Nossa Senhora da Assunção, o Ginásio Vimarense e as ações de profissionalização na Vila Gem.

Portanto, aliamos depoimentos a imagens, documentos oficiais e não oficiais, com a finalidade de reunir informações, resquícios e fragmentos que nos oportunizaram, a partir do olhar teórico-metodológico, realizar um diálogo entre as esferas macro e micro, representado pelas práticas educativas realizadas no interior das escolas fundadas pela congregação e pelos sujeitos que as constituíram.

**Situando nosso Cenário de Pesquisa:** a cidade de Guimarães e sua história

Mapa 1 – Localização de Guimarães no Mapa da Baixada Maranhense



Fonte: O Vimarense.

Guimarães foi fundada oficialmente em 19 de janeiro de 1878 e está localizada à margem direita da baía de Cumã. Foi nessa baía que os portugueses expulsaram os franceses que tentaram invadir a costa do Maranhão com a finalidade de explorar e dominar o local estratégico que era a Vila de Guimarães ou Cumã.

No ano de sua fundação, o povoado era apenas uma fazenda pertencente à capitania de Cumã, doada por Francisco Coelho, donatário da capitania, de forma irregular, a seu irmão Antonio Coelho de Carvalho (GODÓIS, 1914, p. 22).

Apesar de toda energia e aspereza, Francisco Coelho não soube ser superior [...], a fraqueza que o expunha a críticas severas, após além da doação que fez a seu filho, da capitania do Gurupi e, depois de Cametá, ao ser cunhada a primeira, doou a seu irmão Antonio Coelho de Carvalho a capitania de Cumã, revelando com esses atos, falhas de caráter.

Segundo Raimundo José Gaioso (1973, p. 32), o Estado do Maranhão dividia-se em duas principais capitanias, “[...] uma do mesmo nome, que ficou durante muito tempo cabeça dele, outra do Pará”. A do Maranhão compreendia a de Cumã, chamada vulgarmente de Tupuitapera, e hoje Alcântara.

Geograficamente, a baía de Cumã era bastante extensa, medindo três léguas (dezoito quilômetros) de comprimento e menos de uma légua, na parte mais larga. Essa baía recebe águas dos rios Pericumã, Tapintingá, Raimundo Sul, Piraração e Pilar. Percorrendo esses múltiplos quilômetros, “[...] chega a sua foz, na direção leste, onde se abraça ao Atlântico com toda a sua plenitude” (OLIVEIRA, 2000, p. 8).

É de se lembrar que o governador Gonçalo Pereira Lobato extinguiu o nome da capitania de Cumã em 1756, causando para os alcantarenses “[...] profundo desgosto e revolta, porque queriam conservá-la como memória perene”. (OLIVEIRA, 1984, p. 9) Segundo Gaioso (1973), este nome significa derivação de uma árvore apocinácea e outras plantas laticentes. Porém, o Dicionário-Mor de Língua Portuguesa de 1875 explica que decorre de haver na área várias árvores apocináceas (coeirás) cujos frutos eram utilizados pelos silvícolas para fazer cuias.

A ocupação do município foi marcada por conflitos entre os portugueses que lá se instalaram e os índios pertencentes às tribos que já ocupavam tal localidade. Estes indígenas foram catequizados pelos padres da Companhia de Jesus que se alojaram no final do século XVII. Segundo Gaioso (1973), a atuação dos inacianos em Guimarães não se resumia ao processo de catequização, mas implantaram engenhos e incentivaram as experiências agropastoris principalmente na região do Pericumã. Tais experiências entram em declínio após a expulsão dos padres pelo Marquês de Pombal em 1759.

A partir disso, essas atividades passaram a ser realizadas pelos colonos e imigrantes que chegaram a terras vimarenses após obterem datas de sesmarias

junto à Coroa Portuguesa, principalmente depois de 1761 quando efetuaram a primeira demarcação da área geográfica de Guimarães.

No final dos setecentos, a vila já era considerada uma das maiores do Estado, com “[...] tantos moradores brancos que formavam uma Companhia de Auxiliares com 80 praças” (OLIVEIRA, 2000, p. 23). Tal grau de desenvolvimento fez com que o governador Joaquim de Melo e Povoas (1761 – 1775) determinasse a transferência da fábrica de anil de São João de Cortes para a Vila de Guimarães (O LITORAL, 1950)

No século XIX, um fato marcante coloca Guimarães em destaque, pois juntamente com Viana, Alcântara e outras vilas, se nega a aderir ao movimento de Independência, dado o contingente de portugueses nelas residentes, sendo que por isso a adesão ao processo de independência ocorreu somente em 23 de julho de 1823.

No final do século XIX, a população de Guimarães era composta de 14.500 almas, sendo 9.400 livres e 5.100 escravos. A maioria destes ocupados nos engenhos de açúcar, movidos a vapor, a animais, água e bois, nas lavouras de algodão, arroz, goma, farinha e demais gêneros espalhados pelo interior da Vila (OLIVEIRA, 2000).

O crescimento da população obrigou o poder público a criar cadeiras de primeiras letras, visto as exigências sociais e o expressivo número de analfabetos na citada vila.

O início do século XX é marcado pela eleição e posse do intendente Manoel Tiburcio de Sá Nunes (1864-1930) perante a Câmara para o mandato de quatro anos (1901-1904), o qual se destacou pela construção do poço público da *Barriquinha*, obra de extrema necessidade, principalmente pela carência de água naquela localidade.

No ano de 1910, no governo do intendente Francisco de Assis Lopes Junior (1910-1912), Guimarães inaugura o seu sistema de telégrafos através do apoio do então governador Luís Domingues que também investiu na construção de estradas que propiciaram certo desenvolvimento à cidade e melhoria do acesso às localidades rurais, tirando-as do isolamento.

O final do primeiro decênio do século XX e início dos anos 1920 inaugura o “período dos prefeitos escolhidos pelo povo” (OLIVEIRA, 2000, p. 33), dando a este o direito de escolher quem de fato e de direito administraria sua cidade, apesar de

este processo excluir analfabetos que representavam a maioria da população vimarense.

Neste momento, forças reinantes entram em confronto nas urnas. Conservadores ou federalistas, representados pelo candidato Tailor Miguel Centauro (1878-1949), contra os Liberais ou Republicanos, representados por Henrique da Costa Schalcher (1869- 1945), estes como oposição, sendo derrotados mais uma vez pelos Conservadores.

Na concepção de Motta (2012), no Maranhão, a República não proporcionou transformações significativas, cuja população pobre continuava a vivenciar situações desfavoráveis sem condições básicas de saúde, educação, saneamento básico, assim como os demais estados nordestinos chefiados por oligarquias.

Nessa perspectiva Meirelles (1981) afirma que o citado período denominado de Primeira República (1889 a 1930) foi de intenso desequilíbrio no Maranhão devido a efeitos desastrosos sobre as dimensões políticas, sociais e econômicas, fruto das imposições oligárquicas, nepotismo, clientelismo e empreguismo, resquícios do Império.

Foi neste contexto que se elegeu para governador do Estado o vimarense Urbano Santos da Costa Araújo (1859-1922) que, mesmo sendo filho da terra, fez uma administração sem muitos benefícios à população local, apesar de ter sido considerado “[...] um dos mais hábeis políticos de seu tempo e um dos grandes baluartes da política maranhense” (FURTADO FILHO, 2003, p. 79).

Este governo foi assinalado pela pandemia de Gripe Espanhola, quando o estado do Maranhão sofre pelas suas condições deficitárias de saúde, sendo que em Guimarães não foi diferente, ocasionando em sua população dezenas de óbitos.

Os anos de 1930 foram marcados pela Revolução, entendida como movimento revolucionário que desejava encerrar o poder das oligarquias,

[...] libertando o país da trágica experiência liberal da República Velha [...] ao mesmo tempo [...] que visava preservá-lo de uma suposta catástrofe, resgatando seu [...] sentimento, identidade e personalidade nacional representado pela figura de Getúlio Vargas. (BUZZAR, 1976, p. 45).

Neste momento, o Maranhão encontrava-se em uma crise econômica e social que já vinha se arrastando desde o processo de abolição da escravatura, intensificada pelo seu planejamento econômico deficitário, pois não controlava o que gastava e quanto arrecadava para suas despesas.

Essa realidade era presente em Guimarães, que também mergulhava em tal crise com o declínio do comércio do pescado de Cumã, pelo colapso da lavoura e do plantio de cana-de-açúcar decorrentes da falta de investimentos estatais, trazendo o aumento excessivo da pobreza e indigência da população.

Na década de 1940, o Maranhão vive a experiência do modelo de estado autoritário em voga no país. A centralidade política e o uso excessivo da violência trouxeram desgastes à imagem de protecionista que o Estado Brasileiro instaurou.

Em Guimarães, as notícias sobre o Estado Vargas chegavam através de jornais e viajantes, entretanto tal movimento não mudou a cena pacata e já empobrecida da cidade. No final dos anos 1940, houve um crescimento significativo da população e a agricultura voltou a sustentar a economia do lugar<sup>2</sup>.

Oliveira (2000), ao estudar o desenvolvimento urbano do município de Guimarães, enfatiza que uma dinâmica econômica mais expansiva só foi ser notada em meados do século XX, com a realização de obras como a iluminação pública, a construção de praças, logradouros e do porto do Guarapiranga.

No campo religioso, a população católica continuava a ser a maioria, mesmo com o aumento no número de protestantes e espíritas. A expansão destas religiões foi motivação para que nos anos 1955 chegassem os Missionários Canadenses Irmãos de Nicollet trazendo uma série de transformações à realidade social, cultura e educacional de Guimarães, na perspectiva de fortalecimento do catolicismo.

Portanto, foi nesse município que buscamos analisar as contribuições da Obra Educacional da Congregação Canadense de Nicollet nos anos de 1955 a 1965 em Guimarães-MA. Para tanto, nosso estudo está estruturado em 3 (três) capítulos, acompanhados desta Introdução, Considerações Finais e Referências, ficando organizada da seguinte forma.

**INTRODUÇÃO:** neste espaço, apresentamos os elementos que constituem esta investigação em seus aspectos conceituais, teóricos e metodológicos, além das intenções e motivações para a escolha da temática. Nesta introdução também demos ênfase à cidade de Guimarães como campo empírico e dimensão espacial de pesquisa com sua história e suas especificidades, chamando atenção principalmente a meados do século XX, em razão de nosso recorte temporal abranger este momento histórico.

---

<sup>2</sup> Segundo O Vimarense (2009), neste momento a população de Guimarães era de 9.330 habitantes.

CAPÍTULO I: Articulamos a constituição do campo educacional vimarense à política educacional brasileira e maranhense em voga, através das reformas implantadas nos diversos níveis escolares. Enfatizamos as condições infraestruturais e pedagógicas do processo de escolarização desenvolvido no interior das escolas primárias, além das implicações da implantação do modelo de Escola Graduada naquela realidade.

CAPÍTULO II: Aqui explicitamos o contexto sócio-histórico em que se deu o Movimento de Renovação Católica através dos antecedentes do Concílio Vaticano II, abrangendo a organização da Igreja no país, a partir do citado movimento. Damos ênfase aos fundamentos e princípios da Missão Católica Canadense de Nicollet. Além disso, apresentamos a chegada desta no ano de 1955 e seus impactos no contexto social e educacional de Guimarães.

Realizamos ainda, neste capítulo, uma incursão pelo Projeto da Missão para a população vimarense, dialogando com o contexto sociopolítico existente no país. Diante disso, apresentamos as ações da referida Missão e as repercussões na realidade local. Relatamos também o contato dos religiosos com a citada população.

CAPÍTULO III: Abordamos a Obra Educacional dos Irmãos de Nicollet em Guimarães- MA, mergulhando nas memórias institucionais e práticas educativas a partir da administração da Escola Paroquial São José (1955) e da implantação de dois estabelecimentos de ensino - a Escola Normal Nossa Senhora de Assunção (1957) e o Ginásio Nossa Senhora da Assunção (1961) -, além de realizarmos uma breve explanação sobre as oficinas de profissionalização oferecidas pela congregação através da Vila Gem.

Para isso, utilizamos os instrumentos legais de suas criações apresentando suas origens, mudanças institucionais e pedagógicas, dando ênfase aos atores sociais presentes neste contexto histórico-social e seus repertórios disciplinares.

Discutimos também a organização, funcionamento, dinâmica curricular, acontecimentos e relações pedagógicas das escolas, traçando um conjunto de subsídios memorialísticos que nos levam a entender as contribuições da Congregação Canadense Irmãos de Nicollet no campo educacional de Guimarães-MA.

Dessa forma, esperamos que esta pesquisa venha colaborar na elaboração de outros estudos que tenham como foco a referida Congregação ou outros objetos no campo da História da Educação.

Esperamos também que esta pesquisa suscite nos futuros e mesmo nos atuais pesquisadores e estudiosos da Educação a eminente necessidade de interiorização das investigações para os diversos municípios maranhenses, considerando que os desenvolvidos ainda são insuficientes e pouco representativos. Logo, a nossa pesquisa busca acima de tudo dar ênfase à desconstrução das ausências de pesquisa em relação à História da Educação no Maranhão.

## 1 ESCOLARIZAÇÃO VIMARENSE ANTES DA CHEGADA DA MISSÃO CANADENSE EM GUIMARÃES-MA

Foto 2 – Guimarães na década de 1940, tendo como fundo a Igreja de São José e na parte inferior esquerda a casa onde funcionou a Escola da Professora Dudu Coração, de 1929 a 1940.



Fonte: Acervo da Câmara Municipal de Cururupu. 1941.

Neste capítulo, objetivamos problematizar a trajetória da Educação no município de Guimarães, identificando os tipos de escolas que constituíram o cenário educacional a partir do final do século XIX, delimitando-se até a chegada da Missão Canadense de Nicollet em 1955.

Além disso, destacamos os diversos sujeitos envolvidos no processo de escolarização nesse momento histórico, bem como discutimos a importância das escolas isoladas na formação da população vimarense. Na perspectiva de alcançar tal intento, fizemos uma incursão sucinta pelos fatos importantes da História da Educação brasileira durante a Primeira República e Estado Novo.

## 1.1 A Educação Brasileira no contexto do século XX: da Primeira República ao Estado Novo

O último decênio do século XIX foi marcado por mutabilidades impactantes na dinâmica político-social e econômica que se fortalecem no século XX, em especial na última década da Primeira República através da circulação de ideias e comportamentos vistos como modernos e vanguardistas. Esse conjunto de transformações objetivava produzir um contexto social “civilizado” e que oferecesse condições ao país de concorrer com as demais nações.

Essas mudanças trouxeram influências para a questão educacional, levando o governo a implantar um conjunto de medidas que visavam reestruturar e redefinir os moldes da escola pública no país, principalmente nos últimos anos da Primeira República.

A partir daí, a educação passa a ser concebida como instrumento de enfrentamento das questões sociais e dos problemas de atraso e pobreza da população. Seria através da educação o alcance da erradicação dos males que assolavam a nação e a construção do progresso tão conclamado pelo discurso republicano, progresso este que viria acompanhado de uma sociedade mais disciplinada, saudável e com maior potencial produtivo, aspectos estes necessários à modernização (NORONHA, 1996).

Apesar de todo discurso em prol da escolarização das massas, durante a Primeira República (1890-1930) continuou o descaso do poder público com a educação, desde a sua organização até o funcionamento mínimo de espaços de instrução. As escolas em sua maioria não possuíam condições materiais adequadas, além da falta de acompanhamento, inspeção nada atuante, precariedade de material pedagógico e carência de professores preparados para o exercício da docência, impossibilitando assim a concretização de uma educação condizente com as exigências de emergência da nação a patamares de desenvolvimento.

Estes desafios impuseram algumas modificações no cenário educacional, enfatizando a presença de um *pragmatismo pedagógico* objetivado nos métodos e ações desenvolvidas no interior das escolas. Esta concepção tinha a finalidade de inculcar na mentalidade de alunos e professores as intencionalidades defendidas pelo paradigma positivista através da ênfase dada aos símbolos cívicos e da imposição da ordem e disciplinamento político-social na perspectiva de atingir o

lema *Ordem e Progresso*, visto como necessário à modernização da nação brasileira.

A incorporação das ideias positivistas ao pensamento educacional brasileiro deveu-se principalmente por este modelo interpretativo defender os princípios de ética e respeitabilidade à lei, a ordem social e a preservação do bem comum unida a uma proposta progressista, orientada por uma cientificidade exacerbada. Tal concepção define as desigualdades e diferenças impondo orientação àqueles que se circunscrevem como “anormais”, ou seja, na visão do Positivismo existem sujeitos que precisam de auxílio e orientação para retornarem a sua condição de “normalidade”. (HILSDORF, 2011)

Nesse mesmo período, adentra ao cenário educacional brasileiro o ideário da Escola Nova, ganhando força neste momento, pois coadunava com os princípios norteadores do projeto de desenvolvimento da nação: saúde, trabalho, nacionalização e racionalização. (ROMANELLI, 2010)

O movimento da Escola Nova chegou ao Brasil em 1882 pelas mãos de Rui Barbosa (1849-1940) e no século XX seus principais divulgadores foram Fernando Azevedo (1894-1974), Anísio Teixeira (1900-1971) e Lourenço Filho (1897-1970), que exerceram grande influência nas mudanças promovidas no ensino, principalmente na década de 1920, quando o país passava por uma série de transformações sociais, políticas e econômicas.

Inspirados nas ideias político-filosóficas de igualdade entre os homens e de direito de todos à educação, esses intelectuais viam num sistema estatal de ensino público, livre e aberto, o único meio efetivo de combate às desigualdades sociais presentes no país.

Tais intelectuais engajaram-se em movimentos e entidades com a finalidade de implantar suas ideias. Assim, em 1924 foi criada a Associação Brasileira de Educação, entidade esta que empreendeu ações visando à melhoria do ensino, através de palestras, congressos, conferências e cursos que traziam em seus desdobramentos a campanha de regeneração nacional.

Nos anos 1930, o cenário político é assinalado por um movimento armado liderado pelos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que tinha como objetivo romper com o modelo de sociedade oligárquica da República Velha, em que prevalecia a alternância de mineiros e paulistas no governo federal, com o apoio das forças do coronelismo. Tal movimento culminou com a deposição do presidente

Washington Luís em 24 de outubro de 1930 e posse de Getúlio Vargas, que permaneceu até 1945 na presidência da República. (FIGUEIREDO, 1984)

O Estado Novo consolida-se como um momento da história brasileira em que a ausência de prerrogativas democráticas e a implantação da modernização conservadora em seus oito anos de regime autoritário trouxeram um conjunto de reformas educacionais. Estas tinham como finalidade manter a regulação estatal, controlando o processo de escolarização nas mais variadas esferas de ensino (ROMANELLI, 2010)

Getúlio Vargas, então presidente (1930 a 1945), estabelece medidas voltadas à organização e funcionamento do ensino. Cria com isso o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), através do Decreto-Lei nº 19.402, de 14 de novembro de 1930.

A criação deste órgão permitiu a intervenção do governo federal na questão educacional direcionando-a a serviço da manutenção da centralização e autoritarismo do Estado em voga.

Apesar de ter sido dirigido por três ministros<sup>3</sup> durante o período de 1930 a 1945, foi na administração de Francisco Campos (1930 a 1932) que a educação brasileira organiza seu sistema e planeja estrategicamente suas ações com a implantação de uma moldura legal constituída de 6 (seis) decretos, legitimando através da Reforma Francisco Campos o projeto de modernização tão anunciado pela Revolução.

Nos anos 1930, novos movimentos e medidas organizadas por intelectuais impulsionaram a necessidade de viabilizar uma educação pública e gratuita consolidando reflexões em relação à questão educativa, sendo que dentre elas estão a realização da Conferência Nacional de Educação em 1931 e a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação em 1932. A primeira foi patrocinada pela Associação Brasileira de Educação - ABE e apresentou um conjunto de propostas visando à criação do Sistema Nacional de Ensino por meio da organização dos diversos níveis e unidades do sistema de ensino. Já a segunda medida foi vista como um instrumento balizador da teoria e prática educativa desenvolvida em todo o país.

---

<sup>3</sup> Além de Francisco Campos, os demais ministros do período denominado Estado Novo foram Washington Ferreira Pires (1932 a 1937) e Gustavo Capanema (1937 a 1945)

Baseado no pragmatismo pedagógico de John Dewey, no ideário positivista de Augusto Comte e nas nuances funcionalistas da teoria de Emile Durkheim, o Manifesto dos Pioneiros da Educação foi escrito por Fernando de Azevedo e assinado por mais 26 educadores brasileiros. O referido documento propunha, dentre outros aspectos, a distinção entre liberais e conservadores ligados à Igreja Católica e trazia no bojo do seu texto a eminente necessidade de reformulação e reconstrução da educação do país, opondo-se à escola tradicional e seus marcos referenciais. Responsabilizavam o Estado pela educação, defendendo uma escola aberta para a sociedade e isenta de conceitos e dogmas religiosos, tão presentes no imaginário educacional brasileiro desde o período colonial.

Ao ser lançado, em meio ao processo de reordenação política resultante da Revolução de 1930, o documento se tornou o marco inaugural do projeto de renovação educacional do país. Além de constatar a desestruturação do sistema escolar, propunha que o Estado organizasse um plano geral de educação e defendia a bandeira de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita.

A ênfase dada ao ensino primário traz perdas aos demais níveis de ensino, mas é justificada pelo alto percentual de analfabetos no país. Essa mazela social foi atacada por um conjunto de medidas que visavam divulgar para as massas a necessidade de escolarização, produzindo aquilo que Nagle (1993) denomina de *entusiasmo pela educação*.

No entanto, essas medidas deveriam ocorrer concomitantes a investimentos infraestruturais e pedagógicos das escolas, pois o aumento de matrículas e estabelecimentos de ensino não era condição para a formação de uma sociedade que desejava adentrar a um processo de expansão e crescimento econômico e social.

Assim, para que houvesse o desenvolvimento a partir da educação, dever-se-ia investir em uma planificação capaz de garantir um programa escolar consistente e preparar educadores e técnicos educacionais que pudessem criar possibilidades de melhoria das práticas educativas oferecidas à população.

A estes movimentos intelectuais pela defesa da educação pública soma-se a Constituição de 1934, pois esta afirmava a centralidade da União, que teria a competência e responsabilidade de organizar o ensino e viabilizar diretrizes e metas para a educação nacional (SAVIANI, 2004).

Por outro lado, em 1937, uma nova Constituição foi oficializada, dando espaço para um dualismo educacional, desresponsabilizando indiretamente o Estado da obrigação sobre o ensino público, destoando da Constituição de 1934, que garantia a responsabilidade privativa da União sobre a educação nacional. Fazia-se necessário um maior comprometimento do Estado com a melhoria da educação, que somente viria se fosse estabelecido um consenso junto à sociedade brasileira pela fiscalização de ações e verbas direcionadas a esta pasta.

Neste contexto, a Igreja Católica parece perder boa parte do seu definido lugar social e hegemonia junto à escolarização das elites e das massas, obrigando, nos anos 1930, a aproximação de Dom Sebastião Leme à causa revolucionária de Getúlio Vargas, e conseqüentemente abrindo exceções ao princípio de laicidade do ensino, tornando obrigatório nas escolas públicas a presença do ensino religioso. (PARADA, 2009)

Tal polêmica ocasionada nos anos 1930 é representada na briga ideológica entre, de um lado, Alceu Amoroso Lima (1893-1983) e padre Helder Câmara (1909-1999), membros dos Conservadores Católicos e, do outro, Anísio Teixeira (1900-1971), representando o movimento da Escola Nova. Através da revista católica *A Ordem*, aqueles tecem duras críticas ao escolanovismo, chamando este de detentor de uma filosofia errônea e sedutora capaz de fazer um mal imenso, onde a ausência de princípios seguros deixaria os intelectuais à mercê das doutrinas modernas surgidas, enfatizando também que Anísio Teixeira seria um dos fomentadores do comunismo em terras brasileiras. (HORTA, 1994)

Os integralistas, por sua vez, através do seu jornal *A Offensiva*, também criticam com veemência a Escola Nova, em especial a figura de Anísio Teixeira, chamando-o de o minúsculo pedagogo, “[...] menino prodígio [...] empanturrado de leituras e doutrinas pedagógicas experimentadas com maior ou menor resultado em outros países”. (HORTA, 1994).

Tais fatos exprimem a resistência de conservadores e integralistas aos seguidores do movimento da Escola Nova, rotulando-os de comunistas e revolucionários. Essa iniciativa suscitou a volta à concepção tradicional, que entrava em contradição com o ideário renovador defendido pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação como necessário ao processo de modernização.

Nos anos 1940, em pleno Estado Novo, as reformas educacionais foram implantadas pelo então ministro Gustavo Capanema. Também denominadas de Leis

Orgânicas do Ensino, constituíam-se de seis decretos que ordenaram o ensino primário, secundário, agrícola, comercial e industrial, sendo que para estes implanta o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial- SENAI no ano de 1942 e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, em 1946.

Assim, foi com o governo de Getúlio Vargas que o dualismo educacional estabelece-se com maior vigor, consolidando uma Política Educacional excludente, proporcionando aos filhos das elites a manutenção do *status quo* através da escola de maior qualidade com acesso aos níveis secundário e superior, garantindo a continuidade dos estudos. Para os segmentos populares, o acesso à escola primária e a educação profissionalizante seriam os níveis de escolarização oferecidos. (PARADA, 2005)

Portanto, apesar dos discursos progressistas de educação, o modelo escolar implantado nas cinco primeiras décadas do século XX estabelece um paradigma excludente que até hoje está presente na Política Educacional brasileira, sendo um dos causadores da desigualdade social que ainda acomete o país.

## **1.2 O Cenário Educacional Maranhense**

No estado do Maranhão, o período denominado de Primeira República foi marcado pela instabilidade político-social, impactando em todas as ações administrativas e nos serviços oferecidos à população, dentre eles a educação.

Esse panorama político-educacional demonstrou a necessidade do engajamento dos intelectuais e políticos da época na implantação de melhorias urgentes que viabilizassem a desconstrução do caos educacional ocasionado pela volubilidade da República no Maranhão.

As primeiras décadas do século XX refletiram em termos de educação pública as iniciativas modernizadoras encetadas no final do século XIX, quando Benedito Leite, então líder do Partido Federalista, que dominava o cenário político do Estado por meio das influências liberais, junto a Barbosa de Godóis, luta pela causa da educação primária no Maranhão. Segundo Marques apud (LICAR, 2010), estes dois intelectuais figuravam no cenário educacional da época pela causa republicana da educação no Maranhão, mesmo divergindo politicamente.

Benedito Leite foi político, jornalista e militante do Partido Liberal e um distinto pedagogo que, juntamente com Almir Nina, muito ajudou o Maranhão, a partir da administração do governador Torreão da Costa, a remodelar e modernizar a

instrução pública do Estado. Já Barbosa de Godóis também foi político e deputado do Maranhão. Exerceu o magistério, tendo lecionado como professor da cadeira de História e Instrução Cívica, entre outras, e dirigido (entre 1900 e 1905) a Escola Normal do Estado do Maranhão e a Escola Modelo Benedito Leite, publicando inúmeras obras na área de educação. (LICAR, 2010).

As ideias vanguardistas destes intelectuais conviviam com a predominância na realidade local do expressivo número de escolas isoladas que se arrastavam desde os oitocentos. Essas escolas instaladas em espaços nada condizentes com a aprendizagem dos alunos funcionavam muitas vezes nas casas dos próprios professores.

Apesar da predominância de escolas isoladas na realidade educacional maranhense, já havia sido instituído desde o primeiro decênio do século XX o modelo de Escola Graduada ou Grupo Escolar. Convém registrar que sua ascensão ocorre num momento em que a manutenção das escolas existentes era problemática e precária. (MOTTA, 2006)

Inicialmente, a Escola Graduada foi instituída no município de São Luís pela Lei Estadual nº 323, de 26 de março de 1903, sendo interiorizada em 1905, através da Lei Estadual nº 363, de 31 de março do referido ano.

Segundo Motta (2006, p. 145), a Lei 323, de 1903, abordou as seguintes questões:

- a) Autorizou o governo a converter em grupos escolares as escolas estaduais existentes no perímetro da cidade de São Luís;
- b) Estabeleceu que cada Grupo Escolar ficaria com três escolas, correspondendo ao ensino de cada uma delas a parte do programa da Escola Modelo, de modo que compreendesse toda a sua matéria, assim como os métodos de ensino;
- c) Juntamente com os cursos elementar, médio e superior (o que compreendia a primeira, segunda e terceira classes do ensino primário), foi oferecido um curso especial destinado ao trabalho manual.

Entendemos que, a partir de tais iniciativas, a Escola Modelo estabelece-se como “fio condutor desse novo momento” (MOTTA, 2006 p. 145), paradigma educacional, organizacional e institucional que deverá ser seguido pelas demais escolas espalhados pelo espaço maranhense.

Foi no governo de Urbano Santos da Costa Araújo (1918 a 1922) que se consolidaram as primeiras iniciativas para combater as problemáticas que

acometiam a educação maranhense: investiu na formação dos professores e melhorou a arquitetura das escolas.

Para tanto, este governo também expande o número de Grupos Escolares na capital e no interior, principalmente nas cidades mais populosas, tendo como finalidade superar o modelo anacrônico e obsoleto das escolas isoladas. Tal organização vislumbrava uma fiscalização mais eficaz, para acompanhar o método implantado e a administração destas escolas. Seu funcionamento obedecia ao regulamento interno organizado pelo Diretor da Escola Normal à época, Barbosa de Godóis.

As iniciativas de expansão da escolarização e combate ao analfabetismo não ocorreram somente sob a égide do governador Urbano Santos, mas foram intensificadas pelo governador Godofredo Viana (1923 a 1926), sendo que este amplia o quantitativo de estabelecimentos de ensino, expandindo a educação primária.

Segundo Costa (2012, p. 32),

Na ocasião foram criadas as *escolas urbanas* (mistas de duas classes, regidas por uma só professora), sendo duas instaladas em cada modalidade, e *rurais* (mistas de três turmas, sob a responsabilidade de uma só docente, onde o Estado só pudesse manter um educandário), para as classes populares.

O referido governador regulamentou as escolas primárias do Estado através do Decreto nº 616, de 15 de fevereiro de 1923, visando atender ao advento da Escola Nova, e sua imposição de inovação educacional. Este ainda organizou o ensino primário em curso elementar (feito de cinco a sete anos de idade), curso médio (dos sete aos doze anos) e curso complementar (dos doze aos treze anos). “O curso médio era oferecido durante cinco anos, nos Grupos Escolares, e o elementar e o complementar eram prerrogativas da Escola Modelo”. (MOTTA e NUNES, 2006, p. 92).

Daí em diante, tanto a Escola Modelo quanto o Grupo Escolar foram divulgados como espaços de experimentações e inovações educacionais, a ponto de professores do interior, serem convocados para examinarem o funcionamento e a prática pedagógica desenvolvida no interior destas instituições.

Outro governador que também demonstrou entusiasmo pela questão educacional foi Magalhães de Almeida (1926 a 1930), pois é notória em suas mensagens a presença de propostas educativas e preocupações no sentido de promover a difusão do ensino concomitante à melhoria de suas condições,

democratizando a instrução pública a todas as classes de cidadãos, dispendendo ainda 15 % do orçamento do Estado para custear a educação.

Tais investimentos colocaram o Maranhão na 8ª posição dentre os estados da federação quanto ao interesse do governo pelo desenvolvimento educacional, ficando à frente de estados como Rio de Janeiro e Mato Grosso, sendo o único estado nordestino a figurar entre as 10 (dez) primeiras colocações.

Contudo, mesmo com todos esses avanços alcançados no final da Primeira República, tais ações não desconstruíram grande parte dos problemas educacionais localizados em solo maranhense, principalmente porque a instrução oferecida aos segmentos populares era bastante elementar, especialmente nas cidades localizadas no interior do Estado, em que o modelo de escola isolada persistia exigindo do poder público maiores investimentos na arquitetura das escolas e na formação de seus docentes.

Quadro 1 – Número de Escolas Primárias no Estado do Maranhão (1890-1930)

DÉCADAS	Nº DE ESCOLAS CAPITAL\ MUNICÍPIO	FREQUÊNCIA
1890	275	7.393
1900	212	8.190
1910	200	8.970
1920	301	*
1930	340	11.900

Fonte: Relatórios de Inspectores e Mensagens de Governadores (MOTTA e NUNES, 2006)

Quadro 2 – Número de Grupos Escolares no Estado do Maranhão (1905 – 1930)

DÉCADAS	NÚMERO DE GRUPOS ESCOLARES NO ESTADO
1905	02
1915	112
1920	191
1930	200

Fonte: Relatórios de Inspectores e Mensagens de Governadores (MOTTA e NUNES, 2006).

Os quadros 1 e 2 apresentados por Motta e Nunes (2006) são uma demonstração parcial da configuração do ensino primário mantido pelo poder estadual, visto que não foi possível obterem dados da rede municipal, que era a responsável por este nível de ensino. Eles evidenciam que houve um decréscimo do número de escolas na década de 1900 a 1910, o que, segundo as autoras, presume-se ser em decorrência da junção de cadeiras por sexo e aglutinação de escolas existentes para a formação de grupos escolares. No entanto, o número de matrículas alavancou de forma expressiva até a década de 1930.

Outra modificação ocasionada na primeira metade do século XX diz respeito a perda de espaço da Igreja Católica, até então detentora da grande maioria das instituições educacionais, que passa a ter influência cada vez mais reduzida sobre o sistema de ensino. Tal fato se deu, por um lado, pela transformação do ensino religioso em facultativo e, por outro, pela redução da participação das escolas confessionais no ensino primário.

Os defensores do Estado laico afirmavam que numa sociedade heterogênea o ensino deveria ter o caráter leigo, a fim de garantir aos educandos o respeito a sua personalidade e confissão religiosa evitando assim que a escola fosse transformada em instrumento de doutrinação religiosa (ROMANELLI, 2010, p. 144)

Essa luta ideológica entre reformadores e católicos também se mesclou de aspectos políticos e econômicos. Insurgindo-se contra as reivindicações do movimento de renovação educacional, a Igreja Católica tomou o partido da velha ordem e, com isso, da Educação Tradicional.

Para isso, foi criado em 1932, pela Igreja Católica, um organismo denominado *Liga Eleitoral Católica* com a finalidade de aproximar-se do poder político, tendo à frente Dom Sebastião Leme e Alceu Amoroso Lima.

Na visão de Costa (2012, p. 79),

Esta instituição se estabeleceu em todos os Estados do país e teve como objetivo realistar os eleitores católicos e fornecer-lhes orientações sobre seus direitos e deveres, demonstrando a importância do voto para as mudanças sociais. [...] em 1932 realizou uma grande campanha eleitoral em que a maioria dos candidatos apoiados por ela foram eleitos.

A partir daí, várias reivindicações exigidas pelos católicos foram incluídas na Constituição de 1934, dentre elas a assistência religiosa nas escolas públicas. Porém, a proposta de incorporação do ensino religioso nas escolas estatais teve curta duração, pois a Constituição de 1937, que institucionaliza o Estado Novo, implanta uma nova configuração político-social baseada no autoritarismo e no conservadorismo. Essas marcas indelévels da segunda fase do Getulismo no país - período este que vai de 1937 a 1945 - posicionaram a Igreja em segundo plano (HORTA, 1994).

No Maranhão, a Liga Eleitoral Católica, após a eleição de 17 dos seus 30 candidatos a deputados em 1933 - legislatura que se estendeu até 1936 -, elabora um projeto que visava instituir a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas do Estado. Este projeto foi “[...] promulgado pelo interventor federal Major Carneiro Mendonça através da lei nº 28, de 31 de julho de 1936, baseados na

Constituição Federal de 1934 e da Carta Constitucional do Estado”. (PACHECO, apud COSTA, 2012, p. 79).

Mesmo tendo sido legitimado, o anteprojeto não obteve sucesso, uma vez que o Estado continuou a regulamentar os saberes católicos disseminados nas escolas públicas. Na realidade maranhense, o ensino religioso transforma-se em matéria facultativa do currículo escolar por meio da portaria nº 46, de 17 de maio de 1937, publicada pelo então diretor da Instrução Pública do Maranhão, o Dr. João de Mattos.

Outro aspecto relevante desse momento histórico é a tentativa de industrialização estabelecida a nível mundial e que direciona tanto Getúlio Vargas quanto seu Ministro da Educação, Gustavo Capanema, a reforçar em seus pronunciamentos e iniciativas colocações políticas que supervalorizam a introdução do Ensino Profissionalizante, previsto antes de tudo para as classes menos favorecidas. Dispunha o artigo 129 da Constituição de 1934 que seria obrigação das indústrias e dos sindicatos criarem escolas de aprendizagem na área de sua especialização para os filhos de seus membros e empregados (FREITAG, 2009).

Tal iniciativa funcionaliza o sistema escolar em vista das mudanças macroestruturais influenciadas pela dinâmica econômica e pela organização do poder. O referido artigo oficializava a legitimação da desigualdade instituída através do sistema dualista de ensino.

Vargas enfatizava em boa parte dos seus discursos a relação entre educação e preparo técnico no Estado Novo, tanto que inicia uma remodelação do aparelho educacional do país com a criação de institutos de ensino profissionalizantes dotados de instalações adequadas, novos edifícios, centros de experimentações e pesquisas, além de laboratórios.

Em decorrência do projeto de industrialização conclamado no Estado Novo, a educação maranhense implanta um rol de ações direcionadas à preparação de mão de obra tanto em escolas rurais quanto urbanas em todas as etapas e níveis de ensino.

Com isso, já um ano após a promulgação da lei, são implantadas, por ordem do Governo central, escolas técnicas profissionalizantes em todo país. [...] No Maranhão, a capital São Luís tem uma escola desse modelo denominado técnicas profissionalizantes destinadas a criar, nas palavras do próprio Ministro Capanema, na moderna juventude brasileira, um exército de trabalho para o bem comum (FREITAG, 2009, p. 49)

A sociedade política passa a ver a importância estratégica da educação como instrumento de preparação do país para o processo de industrialização. Por essa razão, a jurisdição estatal passa a regulamentar a organização e o funcionamento do sistema educacional, submetendo-o assim ao seu controle direto.

No caso do Maranhão, de acordo com o cronograma de ações previstas pelo interventor Paulo Ramos (1936-1945), o ensino primário passaria a ter no Estado Novo “[...] um programa organizado de modo a permitir que, na escola, o aluno pudesse receber a instrução intelectual juntamente com conhecimentos práticos”. E que o ensino “[...] deveria adaptar-se à nova realidade da sociedade brasileira; o aluno, ao sair da escola, deveria ter aprendido o suficiente para enfrentar seu futuro”. Para tanto, seria necessário “[...] estender o ensino primário a todas as crianças maranhenses [...] primeiro dever do estado”. (MARANHÃO, 1939, p. 2 apud FIGUEIREDO, 1984, p. 73).

A Política Educacional Maranhense veio fortalecer o discurso em prol de uma educação técnica destinada às crianças pobres do meio urbano e do meio rural, fato observado desde o início do século XX em todo o país. Esse interesse estava atrelado à tentativa de incluir o estado do Maranhão em um processo de desenvolvimento econômico-agrícola com a finalidade de retirá-lo do marasmo e da decadência. (ANDRADE, 1984)

A elite maranhense não revelava interesse pelo ensino técnico, pois se preocupava com a formação de quadros dirigentes em escolas de ensino secundário e que, conseqüentemente, cursariam o Ensino Superior. Assim, as escolas técnicas vão ser a única via de ascensão permitida ao operariado, criando uma dualidade no sistema educacional perpetuando uma sociedade dicotômica e paternalista. As chances educacionais passam a ser concebidas como prêmios para os menos favorecidos.

No final da primeira metade do século XX houve um incentivo à expansão do Ensino Primário, entendido como espaço de consolidação de uma pedagogia cívica, creditando a esta etapa de ensino a responsabilidade de formar mentes e corpos disciplinados para atendimento do escopo nacionalista através da escola. Então a Educação Maranhense acompanhou os desdobramentos da Política Educacional Brasileira fortalecendo o modelo de Estado Autoritário através do incentivo à condição laica e à disseminação do nacionalismo.

### **1.3 Configurações do Campo Educacional Vimarense na Primeira Metade do século XX: das escolas isoladas ao Grupo Escolar Dr. Urbano Santos**

A segunda metade do século XIX em Guimarães é assinalada pelo crescimento do número de cadeiras de primeiras letras criadas pelo poder público trazendo certa movimentação ao cenário educacional da época.

No ano de 1838, a Vila já possuía duas cadeiras, dentre elas uma era regida pela Professora Maria Firmina dos Reis, localizada no povoado Maçaricó, sendo esta a primeira escola primária de Guimarães. Convém ressaltar que a supracitada educadora é vista como uma figura singular no contexto cultural da época, pois além de professora também foi romancista e cronista em vários jornais no estado do Maranhão. Ela também disputou um concurso estadual em 1847 para a cadeira da Instrução Primária na Vila de Guimarães, sendo a única aprovada, lecionando para 14 meninas. Por meio de carros de bois, “[...] levava os alunos que moravam distante, tal era a sua preocupação com a educação das crianças, ao mesmo tempo em que implantava o transporte escolar naquela região” (FALCI apud MOTTA, 2003, p. 126).

Dando continuidade ao processo ainda incipiente de expansão da escolarização da população vimarense, o Desembargador Miguel Joaquim Ayres do Nascimento, vice-presidente da Província do Maranhão através da Lei nº 692, de 27 de julho de 1864, cria no lugar chamado Cedral uma cadeira de primeiras letras para o sexo masculino, quase três décadas depois, com vencimento mensal de 500 mil réis.

A ausência de ações governamentais voltadas à educação para a população da Vila ocasionou no ano de 1877 a criação da Sociedade Propagadora da Instrução Primária de Guimarães. Tal entidade tinha a finalidade de criar escolas de ensino primário. A mesma também se preocupava em fornecer aos meninos desvalidos de ambos os sexos, livros e roupas para que pudessem frequentar aulas oferecidas pela própria sociedade. Além do mais, “[...] cuidava da gratificação dos professores que se distinguiram por seu zelo”. A Sociedade era mantida pelos sócios que tinham o dever de “[...] 1º pagar joia e a mensalidade espontaneamente e por sua generosidade e obrigação, não podendo ser inferiores a 1º 25 000 réis e a 2º 500 réis”. (CASTRO, 2009, p. 427).

A direção da sociedade era constituída de um presidente, dois vice-presidentes, quatro secretários, um tesoureiro, um fiel do tesouro e por várias comissões, a saber: comissão das escolas, de auxílio a meninos pobres, a encarregada de gerenciar donativos e a fiscal.

Um dos aspectos marcantes da entidade foi o estabelecimento de escolas em vários povoados, acompanhando o desempenho das mesmas através de visitas sistemáticas, adotando medidas sociais e pedagógicas para sanar dificuldades enfrentadas.

Dentre essas medidas estavam as visitas aos alunos pobres e desvalidos que, quando não assíduos às aulas, eram “[...] deixados de ser socorridos” (CASTRO, 2009, p. 429). Estes educandos eram mapeados e tutelados pela sociedade que lhes fornecia condições materiais para frequentarem as aulas.

Mais adiante, em 1882, foram criadas na referida comarca cinco cadeiras do ensino primário por meio da Lei nº 1261, de 19 de maio do mesmo ano, através do presidente da Província do Maranhão, o juiz de Direito José Manuel de Freitas.

Art. 1º Ficam criadas cinco cadeiras do ensino primário de primeiro grau, sendo quatro do sexo masculino nos lugares denominados: Bacuri, Roça de Baixo e Santa Rosa do Termo de Cururupu, comarca de Guimarães. (SA VALLE apud CASTRO 2006, p. 277).

Neste mesmo ano, o citado presidente da Província, através da Lei nº 1264, de 22 de maio, cria na mesma localidade cadeiras de primeiras letras para o sexo feminino na povoação de Cumã.

O Barão de Grajaú, por meio da Lei nº 1331, de 02 de maio de 1884, transfere cadeiras de primeiras letras de Santa Rosa de Cururupu para a povoação Jacarepaguá, também pertencente a Guimarães. Faz-se necessário enfatizar que a transferência de cadeiras era uma prática comum ocasionada pelo fechamento delas por motivos diversos e emergência de novas.

Também no final dos oitocentos foi criada uma cadeira de Primeiras Letras para meninos, especificamente em 1883, ocupada pelo professor Edson Osório Anchieta. Este dedicou grande parte de sua vida, e na arte de ensinar era concebido como um profissional “[...] respeitável, zeloso, preocupado com a causa, um exemplo de doação virtuosa” (FURTADO FILHO, 2003, p. 32). Segundo relatos (CUBA, 2012), esse professor utilizava conteúdos significativos e empregava uma metodologia de autoestima com seus alunos.

De acordo com OLIVEIRA (1984, p.36),

[...] sua principal meta era o saber do mundo. Passaram-se muitos anos de ensino sob a tutela desse abnegado professor. Este renomado docente preparava alunos para o exame de admissão que podia apenas ser feito na capital do Estado.

Com a Lei nº 1443, de 23 de maio de 1888, José Mariano da Costa, vice-presidente da província, concedia licença a diversos professores do ensino primário, dentre eles a professora da Vila de Guimarães, Dona Maria Tereza Fraga Lima (1856-1902). De acordo com depoimentos de parentes da mesma, a motivação tem a ver com problemas de saúde, causando-lhe perda parcial da audição.

No início dos novecentos, com o crescimento da população, houve um aumento no número de escolas isoladas. Com isso, o cenário educacional vimarense esteve constituído de um conjunto de escolas primárias que obedeciam à estruturação precária em voga no Império. Denominadas de primeiras letras, funcionavam em casas de famílias, com professores sem formação adequada, ausência de sistematização e organicidade da estrutura didática e nos materiais, currículo e métodos (SOUZA, 2003).

Tal modelo escolar foi identificado como pocilgas, pardieiros, estalagens, escolas de improviso, todas muito impróprias, pobres, incompletas e que carregavam o signo de precariedade e ineficiência (FARIA FILHO, 2000).

Utilizamos a nomenclatura Escolas Isoladas para caracterizar este modelo de escola, que também eram denominadas de domésticas, singulares ou cadeiras primárias públicas de ensino. Eram unidades não agrupadas, constituídas por um ou mais grupos de alunos, de idades variadas, sob a responsabilidade de um docente. Elas poderiam ser destinadas ao público feminino, masculino ou misto, e havia a possibilidade de que suas turmas fossem subdivididas em classes, segundo o nível de instrução do público atendido.

A respeito das diversas denominações recebidas pelas escolas primárias, Costa (2012, p.45) acrescenta:

As escolas primárias receberam diversas denominações com o passar do tempo e nos diversos regimentos escolares expedidos. No regimento escolar de 1918 foram identificadas como *isoladas*, já em 1923 denominou-se de *escolas de um só mestre* divididas em urbanas (mistas de duas classes, regidas por um só docente) e rurais (mistas de três classes regidas por uma só professora).

Muitas funcionavam em casas de famílias, em paróquias e até em coretos de praças (O VIMARENSE, 2009), espaços estes negados pelo ideário de modernização do país que, sob o estigma do avanço, via nestes estabelecimentos a inadequação ao ensino, sendo crucial para intelectuais, políticos e autoridades

comprometidas com o Republicanismo a produção de lugares que respirassem a memória da nação, com novos tempos e nuances de emancipação.

Outro modelo escolar que fez parte do contexto educacional vimarense foi o Aprendizado Agrícola Cristiano Cruz<sup>4</sup>, implantado nas imediações de Capítua, zona rural do município, na administração de Francisco de Assis Lopes Junior (1910-1912), com o objetivo de formar mão de obra qualificada para a lavoura e demais atuações em trabalhos agrícolas.

Este estabelecimento de ensino, cujo projeto inicial figurava como uma obra de extraordinária importância para o município e para o Estado passou por sérias dificuldades de manutenção, visto que não foram direcionados a ele substanciais investimentos.

É perceptível a partir do quadro acima que nos anos de 1940 a 1950 existiam apenas escolas primárias na realidade vimarense, com ausência de investimentos estatais em outros níveis de escolarização. Entendemos que essas escolas isoladas ofereciam condições problemáticas de funcionamento mas eram as únicas que a população tinha à disposição para os estudos iniciais, fazendo com que as crianças chegassem a estudar muitas vezes em espaços sem luz condizente, insalubres, sem material didático.

Deduz-se que os professores presentes no quadro 3 e que dão nomes às escolas contribuíram de forma significativa com a educação de Guimarães nesse período. Mesmo com todas as condições desfavoráveis, esforçavam-se em trazer ensinamentos exigidos pela época, de instrumentação básica do ler, contar e escrever, comemoravam datas e chamavam a atenção dos alunos a respeito da Pátria e dos preceitos morais da Igreja Católica.

Na primeira metade do século XX, este era o cenário educacional da referida cidade.

Quadro 3 – Demonstrativo de Escolas Isoladas de Guimarães - MA

ESCOLA	LOCALIZAÇÃO	ÁREA
Escola Dudu Coração	Rua Sousândrade	Centro
Escola de Edson Osorio Anchieta Filho	Rua Dias Vieira	Centro
Escola Ermícia Santos	Rua Dias Vieira - antiga Pensão Soares	Centro
Escola Lílisa Cantanhede	Rua Filomena Archer da Silva	Centro

<sup>4</sup> Alguns anos depois, esta escola foi transferida para São Luís com o nome de Escola Agrotécnica Federal de São Luís do Maranhão.

Escola Matheus Avelar	Povoado Prata	Zona Rural
Escola de Marieta Dantas	Povoado Oca do André	Praia
Escola Antonia Carvalho	Rua do Porto	Centro
Escola Nossa Senhora dos Afogados de Raimunda Benta	Povoado Cumã	Praia

Fonte: INESA, 2010.

Este modelo escolar trouxe implicações para os alunos que, mesmo com todas as dificuldades, aprendiam o conjunto de saberes disseminado nestes espaços, como relata ex-aluna da Escola Raimunda Benta, localizada na Vila dos Afogados.

Nasci na Aruoca ou Oca de André e logo que completei 9 anos fui morar na casa de dona Sinhana em Cumã por que minha mãe morreu. Dona Sinhana era dona de barraca de peixe seco na feira de Pindaíba e como não tinha onde me deixar, me matriculou na escola de Dona Benta. Senhora bem arrumada e distinta. [...] Éramos 11 alunos, todos entre 6, 7, 8 e tinha gente até de 10 anos, a maioria meninos. Todo dia rezávamos e cantávamos as músicas do A, B, C e da mãe Maria. O ensino era de dar conta de tabuada e leitura. Eu escrevia uns garranchos, mas depois aprendi a escrever com essa letra bonita que tenho hoje e agradeço as reguadas que levei lá para soletrar as sílabas e decorar a tabuada. [...] Dona Benta era arrumada e parecia que não era pobre porque suas roupas eram de casimira e seda. Ela usava um perfume doce que até hoje não esqueço. Larguei a escolinha para ir embora trabalhar em casa de uma moça em São Luís, mas aí já sabia escrever e ler bem e já contava e fazia contas. (SANTA FRANCISCA, 2013).

Observa-se a partir do depoimento acima que estas escolas eram frequentadas também por alunos oriundos de classe popular e que, não muito diferente das demais escolas isoladas do país, funcionavam em ambientes superlotados com alunos de vários níveis. Chamou-nos a atenção também o cuidado dos docentes com as vestimentas e com a aparência, delegando-lhes, através do *capital cultural objetivado* (BOURDIEU, 2006), a representação de não pertencimento à classe economicamente desfavorável da qual fazia parte a maioria dos alunos. Esta espécie de capital e suas distinções estavam visíveis no pertencimento dos alunos às exclusões econômicas, de raça e todos os demais aspectos socioculturais.

O capital cultural no estado objetivado apresenta-se com todas as aparências de um universo autônomo e coerente. Somente existe de forma material e simbólica, na condição de ser apropriado pelos agentes e utilizado como arma e objeto das lutas que se travam nos campos da produção cultural (campo artístico, científico etc.) e, para além desses, no campo das classes sociais, onde os agentes obtêm

benefícios proporcionais ao domínio que possuem desse capital objetivado, portanto, na medida de seu capital incorporado<sup>5</sup>. (BOURDIEU, 2007)

As condições materiais e pedagógicas das escolas de primeiras letras em Guimarães, bem como sua organização e funcionamento, podem ser entendidos por meio de relatos de dois ex-alunos que estudaram nas escolas “Dudu Coração” e “Ermicia Santos”.

A escolinha funcionava na casa de Dona Dudu. Quintal grande da casa com seu pomar era coisa que nunca esqueço. Estudávamos em uma sala não muito extensa, mas tudo muito bem arrumado. Dona Dudu era zelosa e quando chegávamos estava tudo muito limpinho. Os mochos eram desconfortáveis e tinha um banco comprido feito de Jacarandá, mas, muito antigo [...] mas o espaço ficava cada dia menor porque com o crescimento de Guimarães mais crianças tinham que estudar e não possuíamos muitas escolas. Aguentávamos o desconforto porque diferente de hoje queríamos estudar. Tinha gente que sabia ler e outros que estavam chegando à escola pela primeira vez, mas todo mundo aprendia junto (SANTA CECILIA, 2013)

[...] a escola das irmãs Santos ficava na casa que hoje é do professor José Maria Silva. Lá também funcionou depois da escola a Pensão Soares que também era de propriedade delas. Todas as irmãs: Laura, Ermícia e Mary eram professoras, mas só quem dava aulas era Dona Ermícia as outras só ajudavam. [...] muito zangadas e rígidas cobravam muito que realizássemos nossos exercícios e estudássemos a tabuada rápida sem errar. [...] o prédio era pequeno e ficávamos apertados. Pagávamos uma taxa que não lembro quantos vinténs eram. (NOSSA SENHORA DE LOURDES, 2013)

Estes testemunhos constataam a importância da memória como mecanismo para a construção da identidade social e local (HALBWACHS, 2004) e também como fonte de pesquisa para entendimento do tempo pretérito materializado na fala dos depoentes. É visível nas formulações dos entrevistados que a construção social está relacionada também ao lugar sócio-histórico em que os sujeitos estão inseridos, oficializando uma arqueologia do saber (FOUCAULT, 2000) que reconstrói o passado sem esquecer que quem o fez traz em si marcas de sua subjetividade, de um mundo vivido.

Tais relatos nos levam a constatar que as escolas não ofereciam condições para o ensino e eram constituídas de um espaço em que não conseguia acomodar os alunos - muitos de níveis diversos - de maneira condizente e confortável.

Embora estas escolas não oferecessem as condições exigidas pelo discurso republicano para a modernização do país, as mesmas foram consideradas, no contexto educacional vimarense, instituições importantes no processo de ensino da

---

<sup>5</sup> Tem-se, na maioria das vezes, reduzido a relação dialética entre o capital cultural objetivado (cuja forma por excelência é a escrita) e o capital cultural incorporado a uma descrição exaltada da degradação do espírito pela letra, do vivo pelo inerte, da criação pela rotina, da graça pelo pesado. (BOURDIEU, 2007)

população deste município durante a primeira metade do século XX, pois também eram a única oportunidade que os filhos da terra possuíam naquele momento.

Estas questões poder ser observadas também nas falas de mais dois entrevistados.

[...] O Prof. **Osório Anchieta Filho** era auxiliado de início pela professora Dudu Coração; rígida, mas com coração tão grande. Na sala de aula possuía tudo, como quadro negro grande e bem preto mesmo. Eram muitos alunos e o espaço às vezes se tornava pequeno. Não lembro quantos éramos. Quando a Dona Dudu saiu, muitos de nós a acompanhamos, pois o professor Osório era rígido mas elogiava às vezes [...] e apertava nossa mão. Demonstrava conhecer cálculo, leitura, mas tinha caligrafia que era muito difícil. Nessa escola aprendi tudo o que sei (*SANTA MARIA*, 2012, grifo nosso).

A escola era o melhor lugar que existia, saíamos bem cedinho e **Dona Liliosa** era carinhosa e bem disposta. Dizem que ela era, como se diz, uma discípula de Osório Anchieta. Era muito arrumada e bem atenta aos alunos. Ela sabia ser rígida, mas beijava nossa cabeça. Pedia para tomarmos banho de manhã antes de ir à escola. O espaço era com meninos e meninas. Pagávamos uma taxa, não sei quanto era que minha madrinha pagava. [...] estudava lá quem sabia ler e quem não estava muito adiantado. Era como se fosse o que hoje chamamos de multisseriado. E outra coisa, o afeto era dado na medida para ninguém ficar saliente. (*SANTA BÁRBARA*, 2012, grifo nosso).

Os depoimentos acima reforçam o que Saldanha (2008, p. 144) define sobre as escolas isoladas que, segundo ela, eram “[...] constituídas por um aglomerado de alunos de diferentes graus de adiantamento numa mesma sala de aula [...] sob a direção de uma única professora”.

Por outro lado, os mesmos depoimentos desconstroem a concepção de que todos os docentes deste tipo de escola não possuíam condições de ensino, visto que dominavam os conteúdos, mantinham a rigidez e disciplinavam seus alunos. Orientação esta intencionada pelo modelo republicano de educação.

Havia também grande preocupação, mesmo de forma assistemática, dos professores com as questões higienistas, observada no cuidado com o asseio dos alunos. Outro aspecto relevante presente nos depoimentos diz respeito à dimensão afetiva, pois o afeto “[...] era dado na medida para ninguém ficar saliente [...]” ou “[...] era rígido, mas elogiava às vezes [...] e apertava nossa mão [...]”. Tais depoimentos demonstram que o professores, através do bom senso e de forma um tanto rígida, tentavam fazer com que a educação cumprisse sua função social de educar as gerações e ensinar-lhes disciplina e valores exigidos socialmente.

Para muitos docentes as escolas isoladas eram o único meio de sustento. A liberação de cadeiras mantidas pelo poder público dependia de interesses políticos de grupos dominantes.

Estas escolas, quando subvencionadas pelo Estado, eram criadas na perspectiva de atender solicitações destes grupos políticos locais que possuíam influência junto ao governo estadual. Tais políticos eram vistos como portadores dos interesses da sociedade e apresentavam-se como mediadores entre as forças oligárquicas e as necessidades da população.

Mais um exemplo de modelo de escola isolada foi a Escola de Matheus Avelar. Esta funcionava também com uma estruturação didática bem tradicional, elaborada pelo professor de mesmo nome. Era localizada no povoado Prata, às margens do manguezal de Cumã. As condições não eram diferentes das demais escolas, com suas salas cheias e poucos recursos pedagógicos. A escola teve quinze anos de duração e fechou suas portas no ano de 1935, visto seu docente e fundador afastar-se das atividades educacionais por problemas de saúde.

Algumas escolas isoladas existiam em outros povoados, como a Escola da Vila de Nossa Senhora dos Afogados e Oca de André, localizada no povoado de Cumã. Estas funcionavam em condições precárias, atendendo aos alunos que viviam na região das praias. Os alunos que frequentavam as mesmas eram filhos de pescadores e lavradores que abandonavam o estudo, muitas vezes em virtude das poucas condições. Pagava-se uma taxa em réis para a sua manutenção, sendo que a inadimplência era alta, pois os pais eram oriundos da classe popular e não possuíam condições de pagar.

Portanto, vislumbramos que havia especificidades nas escolas primárias de Guimarães, sendo que todas eram mistas, no entanto estas obedeciam à estruturação da maioria delas espalhadas pelo Estado, em que a ausência de ambiente condizente prevalecia. Em sua maioria, a figura central era a da professora ou professor que, mesmo atendendo crianças de graus diferentes, os alojava em um único espaço.

Os educadores que deram nomes às escolas e que eram regentes delas foram exímios educadores, respeitados e congratulados: eles dão nome a Unidades de Ensino municipais na atualidade. Assim, “[...] deve-se muito à formação inicial de nossos pais, avós e pessoas ilustres de nossa terra”. (SÃO BASILEU, 2012)

Durante o governo do senhor José Ribamar Ewerton (1928 a 1930), a escola de Ermicia Santos transforma-se em *Escola Mista Municipal Ermicia Santos*, regida e administrada pela professora Maria da Conceição Barbosa Martins (1903-1965). Para seu funcionamento, a mesma recebeu doação de mobiliário constituído de mochos, bancos, mesas de alunos e docentes e quadros negros.

A escola atendia de forma sistematizada em três anos (1º, 2º e 3º), considerando o nível dos alunos. Garantia o acesso dos mesmos somente através da comprovação de ausência de moléstias contagiosas e daqueles que se declarassem pobres e nascidos na zona rural, prioritariamente filhos de pais agricultores.

O então prefeito da época, atendendo à solicitação da comunidade local, sanciona a Lei municipal nº 008, de 1928, que determina: “Art. 1º É criada uma escola Mista Municipal. O Diretor da Educação Municipal designará os professores e funcionários e organizará subsídios e espaço para funcionamento. Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário” (CAMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES apud REGIMENTO INTERNO DO GRUPO ESCOLAR DR. URBANO SANTOS, 1948, p. 13).

Em muitas cidades do estado do Maranhão já haviam sido instaladas pelo governo estadual *escolas mistas*, principalmente no governo de Urbano Santos. Entretanto, o esquecimento de Guimarães pelos políticos estaduais da época e a precariedade do cenário educacional do município obrigaram o governo local a tomar a iniciativa de criar este estabelecimento.

A escola valorizava em suas práticas educativas a ênfase na leitura, cálculo e escrita. Criou-se a mesma na perspectiva de alfabetizar crianças pobres, desprovidas de bens econômicos, fornecendo gratuitamente o material escolar e o uniforme.

Este modelo de estabelecimento de ensino era um tipo de Escola Graduada. Muitas funcionavam em espaços alugados e suas instalações - apesar de apresentarem melhorias em relação às isoladas - ainda estavam distantes das instalações vistas como adequadas para o ensino. Distribuía suas turmas através da seriação, classificando os alunos de forma homogênea de acordo com a série. Os conteúdos disseminados e os resultados de aprendizagem esperados não respeitavam as especificidades individuais.

Tais escolas seguiam os preceitos do *método simultâneo* que, na visão de Faria Filho (2000), atendia a contento as especificidades da instrução escolar, permitindo a organização de classes mais homogêneas com o desempenho do professor direcionado a vários alunos simultaneamente, racionalizando e otimizando o tempo escolar. O currículo é organizado em um rol de conteúdos e práticas que contemplavam diversos níveis, sendo esta uma mudança em relação aos métodos *mútuo* e *individual*.

A Escola Mista Municipal de Guimarães (OLIVEIRA, 2000, p. 45) deu origem ao Grupo Escolar Dr. Urbano Santos. Antes da criação desta Escola Graduada, o governador Sebastião Archer expediu o Decreto de n.º 47, de 27 de maio de 1947, determinando a extinção das escolas isoladas no referido município.

Este mesmo governador estabelece, em 6 de fevereiro de 1948, através do Decreto n.º 23, a criação do Grupo Escolar Dr. Urbano Santos, sendo inicialmente regido pela professora Altiva Bella Gomes Teixeira, até o ano de 1953, e logo após pelas professoras Dionisia dos Santos Coração e Ana da Conceição Ribeiro.

A Escola Graduada foi implantada em Guimarães quase cinco décadas após a institucionalização deste tipo de escola na capital, pois em São Luís iniciou no ano de 1918 e, na Baixada, nos municípios de São Bento, em 1905, e Pinheiro em 1928 (SILVA, 2011).

O Grupo Escolar Urbano Santos, foi criado juntamente com um conjunto de obras políticas implantadas por Sebastião Archer da Silva, como parte do projeto de melhoria dos serviços públicos oferecidos à região do litoral, vista como tão esquecida.

O referido Educandário refletia os ares de modernização do Estado. Atendia às novas estruturas políticas, legais e administrativas que ganharam vazão no arsenal teórico-metodológico da política pedagógica exigida pelas ideias republicanas de início do século XX. No entanto, tal paradigma escolar chegou tardiamente em algumas localidades do Estado, como é o caso de Guimarães.

Faz-se necessário enfatizar que neste momento histórico a Política Educacional brasileira ainda passava por transformações com o aumento de verbas para a educação nacional e a presença de leis orgânicas de regulação e organização do sistema de ensino. Vigorava na década de 1940 a Reforma Capanema (1942-1961), compreendida como legitimadora das desigualdades sociais entre favorecidos e desfavorecidos através da escola. Tal reforma ressaltava

a necessidade de profissionalizar as classes dirigidas e oferecer o curso secundário de formação geral para as elites dirigentes.

A Escola Graduada foi implantada atendendo a ideias republicanas inculcadas pela sociedade, que conclamava a necessidade de desconstrução do formato de escolas isoladas.

Mesmo com o modelo legitimado pela República, os Grupos Escolares foram representados, protocolados e apropriados de forma diversa, de acordo com as possibilidades e limitações de cada espaço geográfico, sendo que não podem ser analisados de forma homogênea, pois se estabeleceram de maneira diferenciada em cada estado da Federação.

No caso do Maranhão, segundo Silva (2011), a sua implantação data da primeira década do século XX (1903), a partir da Lei n.º 323, de 26 de março e, no interior do Estado, somente no ano de 1905, sendo que seu funcionamento se deu de forma desordenada, fugindo às regras estabelecidas pelo Estado, tendo sido fechados em 1912.

Silva (2011) ainda enfatiza que eles foram reimplantados na gestão do então governador do Maranhão, Urbano Santos da Costa Araújo (1918-1922) que, através de uma política de reorganização do ensino no Estado, distribuiu apenas pela capital a presença de tal projeto de escola e educação.

Apesar de o citado político ser filho de Guimarães, quando governador do Estado, o mesmo não estabeleceu obras educacionais na cidade onde nasceu. Com isso, as escolas isoladas permaneceram até o final dos anos 1940, diferentemente de outros municípios em que as lideranças políticas tinham barganhas junto à esfera estadual e logo conseguiram implantar.

O Grupo Escolar Dr. Urbano Santos foi considerado um grande feito pelo povo vimarense que já se via isolado, não somente pela baía de Cumã, mas, sobretudo, pelas ações governamentais. Esse Grupo representava prestígio e a inclusão de Guimarães, mesmo de forma tardia, no projeto de nação republicana, pois, agora “[...] a civilização chegava a Guimarães, pois ainda nos sentíamos em Tapuitapera e Cumã” (CUBA, 2012).

Este modelo republicano de escola representava a modernização do ensino e sua arquitetura moderna impunha aos centros das cidades os ares de efervescência cultural e política em que o Estado tentava inserir-se. Muitos foram instalados em

frente à praça central das cidades ou em ruas importantes e centrais, unindo-se aos casarões, sendo um símbolo de ordem e progresso.

No relato de uma entrevistada, professora e mãe de aluno do Grupo Escolar, observa-se o momento de sua inauguração.

Fui professora leiga logo quando o Urbano foi inaugurado. A diretora que não lembro mais o nome dizia muito que filho de pobre tinha que ter valores, pois em casa não tinham e não havia como trazê-los para escola. Meus filhos estudavam lá, usavam fardinha verde e amarela, e faixa vermelha e preta da cor do Maranhão. Lembro-me da inauguração. Não sei mais o dia, mas o ano foi em 48. Veio o prefeito da época [...] veio o juiz, o padre, o pastor, mais chefes do Estado lá da capital, a sociedade local. Houve hino, fogos e levantamento de bandeira de Cumã, Maranhão e Brasil. [...] Todos empolgados pelo Grupo Escolar Dr. Urbano Santos (CUBA, 2012)

No relato da professora, vê-se que na inauguração do Grupo Escolar em Guimarães fizeram-se presentes figuras imponentes da política vimarense e maranhense, além de cidadãos comuns. A presença deste estabelecimento de ensino despertara o sentimento republicano de pertencimento daquela população à nação brasileira a partir desta fonte intencional e lugar de memória que era o Grupo Escolar Dr. Urbano Santos (NORA, 1993),

A fotografia 3 apresenta o prédio do citado estabelecimento. O ideal de modernização estava presente em tal projeto arquitetônico que mesclava o estilo neoclássico em sua fachada. Este prédio<sup>6</sup> foi adaptado de modo a garantir o cumprimento das exigências republicanas de ensino, possibilitando o controle e disciplina dos alunos, através da distribuição dos espaços.

Foto 3 – Prédio onde funcionou o Grupo Escolar



Fonte: Arquivo do Autor. 2013

<sup>6</sup> Neste prédio atualmente funciona o Centro Cultural Dias Vieira, com setor de Documentação e Biblioteca.

Segundo Souza (1998), a fachada e o interior dos prédios dos Grupos Escolares, com sua estrutura, seus objetos e símbolos, além de transmitir finalidades sociais, políticas, morais, cívicas e ideológicas. Assumiam através da arquitetura a monumentalidade, a organização do universo escolar, pois eram prédios considerados apropriados para a finalidade educativa, ou seja, o *lócus* ideal para a formação do cidadão da República.

Essa realidade ocorreu com maior ênfase em estados como São Paulo e Minas Gerais, em que prédios foram construídos para funcionamento das Escolas Graduas, diferentemente de Guimarães, em que o estabelecimento foi implantado inicialmente em prédio alugado. Tal realidade era comum no estado do Maranhão, onde muitos grupos não possuíam prédio próprio.

De acordo com Viñao-Frago e Escolano (2001), a cultura material escolar através da arquitetura escolar expressa signos e símbolos e, juntamente com os objetos e mobiliário, traz uma linguagem que exprime visões de mundo, objetivos e intencionalidades de uma sociedade. A materialidade presente na sua constituição possui também um conteúdo específico, pois se trata não de modos de produção da vida material, mas de reprodução/produção dos valores aí implicados, de produção e reprodução de necessidades sociais expressas através da linguagem não verbal possibilitada pela infraestrutura escolar.

A implantação do Grupo Escolar em Guimarães enfraquece as escolas que funcionavam em casas de famílias e trouxe uma reestruturação nos métodos pedagógicos e na organização burocrática e administrativa, fixando novos tempos e espaços escolares, com a implantação de calendários e jornada escolar, estabelecendo os dias letivos, dias de planejamento do professor, obedecendo às formas escolares do movimento da Escola Nova ainda presente no discurso educacional (SILVA, 2011).

As mudanças ocorrem em todos os sentidos da escola. Foi instaurada a hierarquia de diretores para docentes, de docentes para alunos e de funcionários de serviço e apoio escolar para alunos e pais. A escola transforma-se, nessa perspectiva, em espaço de poder concebido como centralizado nas mãos do diretor, no entanto, produzido e posto em prática em rede por todos aqueles que constituíam o espaço escolar.

As transformações ocasionadas com esse paradigma de escola e seu modelo de gerenciamento impuseram a emergência de novos sujeitos de escolarização ao

espaço escolar, como funcionários de apoio e serviço (zeladores, serventes, vigilantes), profissionais técnicos burocráticos da educação (diretores, inspetores) e aqueles que exigiam funções entendidas como meramente pedagógicas, que eram alunos e docentes.

Nesse período, o senador do Estado Vitorino Freire (1908-1977) consegue através do governo do Estado a nomeação de um conjunto de normalistas vimarenses recém-formados da Escola Rosa Castro, localizada na capital São Luís, que retornaram à terra natal com o objetivo de impulsionar as ações pedagógicas do Grupo Escolar.

Nesta escola, a exigida educação cívica, apesar de às vezes silenciosa e despercebida, explicitava-se em objetos e materialidades do cotidiano escolar, refletida nas cores verde, branco, azul e amarela, dispostas no conjunto de calça e camisa para homens, saia e blusão para as meninas. Tais práticas e ideais convergentes com o nacionalismo estavam presentes na entrada do prédio que ostentava o brasão com a bandeira do Maranhão e uma faixa ao meio com as três cores que representam o Estado (vermelho, branco e preto), transmitindo a ideia da formação do povo brasileiro.

O Grupo Escolar Dr. Urbano Santos representava o poder do governo e a preocupação dele em instalar uma escola com este porte, “[...] tão primorosa escola que acolheu tantos filhos pobres e ilustres do litoral, e não só de Guimarães”. A instituição representava também a opulência do regime e a presença deste na erudição disposta no ambiente do grupo escolar. (SEBASTIÃO ARCHER, discurso proferido em Guimarães, 1949).

Segundo uma ex-aluna do Grupo Escolar,

na entrada as bandeiras do Estado e do Brasil estavam dispostas, a fotografia do presidente também era visível logo em cima da sala da diretora. Frases que evocavam o amor à pátria e a dedicação ao estudo era algo muito estampado (SANTA GENOVEVA, 2012).

Os objetos e materialidades culturais falam por si só e constituem-se como discurso legítimo, pois transplantavam através de um currículo oculto “o recado” do Estado e dos grupos e oligarquias dominantes.

A cultura material escolar se manifesta vivamente pela concretude, não só dos objetos, mas também das práticas empreendidas com esses (por meio destes) objetos (ABREU JUNIOR, 2005).

O programa de ensino do Grupo Escolar era constituído de 5 anos, pois com a estruturação desse modelo de escola, o ensino levava meia década, constituindo-se de curso elementar (1º, 2º e 3º anos) e complementar (4º e 5º anos). Com isso, os saberes transmitidos foram divididos em matérias que, de forma fragmentada, possibilitavam a visão de currículo disciplinar, neutro e apolítico. (COSTA, 2012)

Nesta ótica, o currículo é entendido como um espaço de poder, um conjunto de saberes e técnicas disciplinares e regulamentares. Um *lócus* operacional artesanal e incompleto, mas muito eficaz em seus lineamentos à política da época.

Quadro 4 – Matérias ministradas no curso primário do referido educandário

ELEMENTAR	COMPLEMENTAR
Leitura: Linguagem oral e escrita	Geometria e Aritmética
Matemática	Leitura e Escrita
História do Brasil	Geografia Geral
Geografia	História do Brasil e da América
Conhecimentos Gerais (Sociedade, Trabalho e Saúde)	Economia Regional
Trabalhos Manuais (Para as meninas)	Economia Doméstica (Para as meninas)
Desenho	Desenho
Canto	Canto
Educação Física	Educação Física
Educação Moral e Cívica	Educação Moral e Cívica

Fonte: Projeto Político-Pedagógico do Grupo Escolar Dr. Urbano Santos, 2008.

Uma disciplina importante para a obtenção dos fins da nação era a Educação Moral e Cívica<sup>7</sup>, disciplina esta que tinha a finalidade de desenvolver noções de respeito e submissão à pátria, à escola e à família, trazendo noções positivas dos direitos e deveres do cidadão, e um programa que incluía “noções de civilidade, sociabilidade, trabalho, verdade, equidade, justiça, amenidade no trato, gentileza, asseio, higiene, amor à família, à pátria e altruísmo” (HORTA, 1994, p.137).

A Educação Moral e Cívica, na visão do então ministro Gustavo Capanema (apud RIBEIRO, 1986, p.137):

[...] tomara o cuidado especial na educação moral e cívica de seus alunos, buscando neles formar, com base no patriotismo, a compreensão da continuidade histórica do povo brasileiro, de seus problemas e seus desígnios, de sua missão em meio ao povo.

Essa disciplina produzia um lucro político criando fidelidades e envolvimento emocional com o regime e sua liderança. Neste sentido, Clifford Geertz (1991) defende uma poética do poder em substituição a uma mecânica do poder, afirmando

<sup>7</sup> Instituída na Reforma Rocha Vaz, promulgada por Artur Bernardes em 1955.

que os atos de poder - assim como o currículo escolar e seus saberes - procuram construir os súditos necessários à legitimação das ações de soberania.

Na ótica da educação integral e humanista, o programa de estudos ainda viabilizava as disciplinas História do Brasil, Educação Física e Canto na perspectiva também de difundir valores patrióticos, “educando corpos e criando a nação” (PARADA, 2009, p. 18).

A Educação Física e o esporte ganham certa significância no currículo escolar na primeira metade do século XX. No que diz respeito à questão educativa, este é o momento em que surge a Escola Nova e sua luta em prol de reformas nas práticas pedagógicas. Para os pedagogos deste movimento, a Educação Física estava totalmente atrelada ao tema da higiene, pois “[...] para eles a escola deveria ser um local para a formação de hábitos saudáveis e de cuidados com o corpo”. (PARADA, 2009, p. 159).

Esta proposta educacional, que se estendeu até as primeiras décadas da segunda metade do século supracitado, sofria inegável influência do pensamento médico higienista. Tal pensamento concebia a escola enquanto local privilegiado para divulgação de um modelo de boa educação higiênica, tendo o papel de diminuição das intempéries, visto que estas ocasionavam o aumento das taxas de doenças e mortalidade.

O canto também era entendido como campo de ação doutrinária, passando a ser matéria obrigatória desde 1931 com a Reforma Francisco Campos. Nele eram disseminados trechos de cantores clássicos e temas do folclore nacional, aproveitando-se dele para difundir a cultura cívica através dos hinos escolares e patrióticos e, com isso, fortalecendo a identidade nacional através da música.

Podemos perceber também a presença da disciplina Trabalhos Manuais para as meninas, cuja execução acontece desde o curso elementar, especificamente no 3º ano.

Já as aulas de Ensino Religioso não eram incorporadas ao currículo em virtude da laicização do Estado. Esta era trabalhada apenas nas escolas confessionais disseminando conteúdos ligados à moral cristã, centralizados na tradição católica, demarcando uma identidade religiosa através de uma *dupla violência simbólica*, que impõe símbolos e oculta outros. (BOURDIEU, 1989)

Observemos o depoimento da ex-aluna *Santa Luzia* (2012).

Entrávamos 7 horas no Urbano Santos, chegávamos em Cumã 6 horas e esperávamos até às 7 horas. Ao chegarmos, a professora Dona Inácia observava nossas orelhas e mãos para ver a limpeza, se tínhamos cera de ouvido ou unhas sujas. Lembro-me que éramos pobres, mas a farinha era limpa e a Dona Onofrina elogiava muito eu e meus dois irmãos que estudávamos lá. Saíamos da escola às 12:30h após a oração. Porque entrávamos com o hino e saíamos com a oração de Santa Maria e Pai Nosso. O credo era muito forte, então não era para ser rezado dentro de lugar fechado.

Baseados no depoimento acima, observamos que apesar da inexistência do Ensino Religioso no currículo da Escola Graduada, os valores católicos eram algo muito presente através das orações enunciadas cotidianamente pelos docentes antes das aulas.

Além disso, também é evidente no discurso acima que as ações higienistas eram desenvolvidas na relação diária entre professores e alunos. Além disso, foram inseridas no currículo as questões cívicas que possuíam sua importância nas práticas educativas desenvolvidas no cotidiano das escolas. A presença delas coadunava com a proposta republicana de civilizar a população, disciplinando e moralizando seus costumes através da inculcação de valores cívico-patrióticos.

Sendo assim, os conteúdos curriculares trabalhados no Grupo Escolar pretendiam desenvolver uma formação integral, física, intelectual e moral, tendo como meta consolidar a construção de um sujeito detentor de condutas favoráveis ao crescimento da pátria.

No Grupo Escolar, os primeiros horários eram destinados às matérias de leitura, escrita e cálculo e os últimos dedicados às disciplinas de conhecimentos gerais e aos saberes mais voltados à formação atitudinal do alunado. Nas sextas-feiras, as meninas iam às aulas de Trabalhos Manuais, e os meninos, à ginástica e ao futebol, estes visando ao desenvolvimento físico dos sujeitos aprendentes, seguindo o lema estabelecido na parede do Grupo Escolar: *corpo são, mente sã*.

Os conhecimentos davam-se numa relação teoria e prática, fugindo em parte ao modelo pedagógico tradicional que via nos grandes clássicos a única forma de apreensão da realidade. Com isso, foram incorporados ao currículo passeios, visitas, excursões, aulas de campo, utilização objetiva da realidade e da cidade.

Através das “lições de coisas”, os alunos poderiam vivenciar na prática conteúdos trabalhados em sala de aula, e havia, a partir de então, uma mudança de centralidade que antes era do professor, e agora, a partir de tal ideário, seria posicionado pelo alunado.

Acerca da disciplina sobre os alunos, trazemos esses dois depoimentos abaixo de ex-professoras do Grupo Escolar:

[...] não castigávamos ninguém no Urbano Santos, apesar de sabermos que crianças eram beliscadas, mas a disciplina estava no nosso olhar para as crianças. Só o silêncio e a cara feia dizia tudo. O canto da sala era um lugar em que nenhuma criança queria ir. Ah, tínhamos um chapéu de burro para quem não se comportava e não aprendia. (CUBA, 2012)

[...] castigos? Deus me livre! Falavam muito que eu castigava, mas gosto de dizer que eu disciplinava. Perdiam o direito a ir ao banheiro e a tomar água. Mas surtia efeito. Todos respeitavam as professoras e hoje ninguém respeita. (SANTA TEREZINHA DO MENINO JESUS, 2012)

Para Foucault (1987), as tecnologias de poder não são aplicáveis somente no interior do sistema de ensino, mas igualmente em contextos mais diversos: tanto em instituições especializadas (penitenciárias, hospitais, escolas) quanto em instituições de formação do *habitus*, tal como a família.

Normas e regras eram claras no cotidiano do Grupo Escolar, assim como as sanções, pois era uma instituição à qual as famílias, ao entregarem seus filhos para a escolarização, delegavam toda a autoridade e que respeitavam as decisões tomadas sobre sua prole.

A disciplina foi o motor e fio condutor das práticas implantadas, controlava as atividades dos indivíduos, estritamente coordenadas em relação aos horários, ao conjunto dos demais movimentos corporais e aos objetos a serem manipulados, obtendo assim uma utilização racionalista de todas as atividades. O novo poder disciplinar, além de docilizar subjetividades, tinha a real função de adestramento. (FOUCAULT, 1987).

Outro aspecto presente no cotidiano do referido Grupo Escolar é o controle do tempo utilizado como mecanismo de punição ou recompensa no interior das normas disciplinares, muito rigorosas à época. Foucault, em *Vigiar e Punir*, evidenciava a importância que o controle do tempo desempenhou no processo histórico de consolidação da sociedade disciplinar e o papel da escola. Para o autor, esta era entendida como instituição que muito contribuiu para o processo de docilização de corpos e mentes (FOUCAULT, 2000).

A disciplina no Grupo Escolar está presente no seu Regimento Interno, que confirma uma ordem ao cotidiano escolar e um processo de “adestramento” dos corpos e das atitudes dos alunos e professores. Associados às tarefas escolares diárias, esses mecanismos de controle procuram exercer domínio, inclusive sobre o percurso e deslocamento dos alunos no caminho entre a escola e suas casas:

Disciplina. Art.11 – Cada discípulo, quando entrar, será abençoado pela professora. Vai pôr seus objetos no local com seu nome e número, depois volta a tomar assento no seu banco em silêncio. Ao abrir a aula, o professor examina se todos os discípulos já têm chegado, ou de preferência para não perder tempo, manda notar os ausentes pelos monitores da cada carteira.

Art. 14 – Se o aluno faltar à escola, o professor notará participá-lo, assim que possa, à família.

Art. 15 – Quando reunidos, os alunos se põem de joelhos a um sinal dado, e principiarão as rezas para o princípio de cada classe e o professor terá o cuidado de mandar que cada aluno alternativamente tire as rezas em voz alta. Também haverá rezas no fim das aulas.

Art. 19 – É proibido trazer outros livros que os de uso escolar.

Art. 20 Também é proibido conversar ou sair do seu lugar sem licença.

Art. 22- Somente sair da sala de aula com a permissão do professor.

Art. 23 – Na saída os alunos serão orientados a saírem juntos e só se separarem quando cada um chega a sua casa. (1948, p. 18)

No ano de 1950, o Grupo Escolar ganhou prédio próprio em frente à Praça da República ou Praça Napoleão Coelho de Souza. Este logradouro apresenta-se com “[...] seus jardins floridos, local de encontro de namorados, cheio de bounguevilles e espadas de São Jorge circundando um belo coreto” (OLIVEIRA, 1984). A escolha desse local foi uma estratégia da política educacional vigente de instalação do Grupo Escolar em espaços vistos como imponentes e marcados pela grandiosidade.

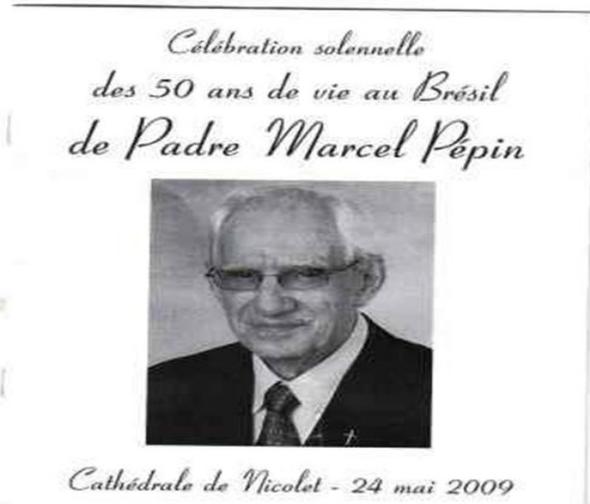
Assim, vê-se que a transição do final dos anos 1940 para os primeiros anos dos 1950 desconstrói as escolas isoladas, localizadas em casa de família, e passa a implantar a Escola Graduada com um *modus operandi* de organização e funcionamento que a projetava como *uma escola de verdade* (SOUZA, 2003). Estas já se localizavam no restante do Estado e chegam tardiamente a Guimarães, trazendo nuances de modernização à cidade, que já experimentava certo declínio cultural.

Portanto, reconhecemos o papel das táticas de atores sociais (professores, alunos, intelectuais, funcionários das escolas, sociedade vimarense) escondidos e ocultados pela história oficial, mas que se configuram através desses cotidianos nas artes de fazer, que submetem as estratégias dos grupos políticos dominantes e do lugar social já ocupado (CERTEAU, 2002).

Estes atores sociais impunham seus ocultos não-lugares e estavam inseridos nas escolas isoladas, na Escola Mista Municipal e no Grupo Escolar Urbano Santos, conseguindo trazer suas marcas de favorecimento à escolarização dos desfavoráveis culturais até então excluídos das práticas formais de educação.

## 2 A MISSÃO CANADENSE DE NICOLLET EM GUIMARÃES – MA

Foto 4 – Os religiosos Yvette Raymond e Monsenhor Marcel Pepin. Canadenses de Quebec. Ambos membros da Congregação Irmãos de Nicollet, que chegam a Guimarães nos anos de 1950 para edificar o seu projeto missionário.



Fonte: O Vimarense (2002).

Neste capítulo, discutiremos os fundamentos e princípios que orientaram a Missão Canadense de Nicollet. Para tanto, faremos um breve resgate histórico da gênese da Congregação e sua chegada em terras vimarenses. Também travamos um diálogo com diversos autores que nortearam a nossa análise, sem esquecer os atores sociais que diretamente conviveram com os religiosos canadenses em Guimarães.

Realizamos também um levantamento de fatos que ocasionaram a chegada e estabelecimento da missão no país e posteriormente no Maranhão, em especial na cidade de Guimarães, fazendo uma interlocução com o Movimento de Restauração da Igreja Católica.

Assim como no capítulo anterior, fizemos uso neste, de *fontes impressas* (relatórios, regimentos e testemunhos), fotografias e depoimentos, na tentativa de nos apropriarmos da atuação destes missionários nos campos social e religioso, realizando um mapeamento das ações desenvolvidas por eles e o papel destas na sociedade vimarense.

### 2.1 Fundamentos e Princípios da Missão

Ao falarmos sobre o movimento de Missões internacionais no mundo, é preciso que as situemos no contexto mais amplo do Movimento de Renovação da

Igreja Católica. Este movimento tinha como objetivo fortalecer a religião católica através do discurso de popularização da Igreja. Para isso, utilizava-se de práticas assistenciais, além de constituírem um conjunto de instituições educativas.

De acordo com Stephanou (2004), as missões são iniciativas religiosas destinadas à propagação de princípios do Cristianismo entre povos não cristãos, sendo que se baseiam em fundamentos da teologia cristã.

Tais movimentos se estruturam ou se inserem em comunidades estáveis e procuram integrar, com maior ou menor sucesso, os princípios cristãos com a realidade de vida dos povos em que se implantam. Dessa forma, ultrapassam a esfera religiosa e assumem uma dimensão social, econômica, educativa, assistencial e, muitas vezes, também artística e cultural como meio de atingir seus objetivos de propagação do Cristianismo.

O movimento de missões antecede o Concílio Vaticano II. Este é entendido como um concílio pastoral eclesiológico preocupado com a atualização de práticas institucionais da Igreja, renovando o processo de formação de religiosos, promovendo a emergência de uma Igreja fortalecida capaz de servir à comunidade e conseqüentemente a Deus (BOFF, 1973).

O referido concílio e seus movimentos antecedentes exigiam das paróquias do mundo um envolvimento maior com as comunidades, proporcionando um diálogo que enfatizasse a corresponsabilidade e participação social, ou seja, uma igreja que trabalhasse a favor dos grupos excluídos, transformando-os em católicos atuantes.

Tal processo não tinha a função de estabelecer uma filosofia da culpabilidade, uma *ética Kantiana* da submissão eterna, mas, teria como objetivo, buscar uma unidade cristã, tão propalada pelo Papa João XXIII, um de seus fundadores.

A igreja Católica via o Concílio e seus antecedentes como “[...] a grande graça que a beneficiou no século XX, visto que neles se encontrava uma bússola para orientar o caminho do século em curso” (VALENTINI, 2011, p. 32). Os religiosos o enfatizavam como um guia de orientação, por este carregar uma virada histórica na vida eclesial, um passo a passo para a Igreja adentrar ao território do popular e da democratização da doutrina católica.

Para entendermos melhor o Movimento de Renovação da Igreja, devemos extrapolar o entendimento meramente voltado ao Concílio Vaticano II, nos impondo de imediato uma reflexão sobre os movimentos que o precederam. Para isso, é necessário compreender a preocupação do movimento que vinha se realizando ao

longo do tempo, determinado pelos próprios processos que já se davam no interior da Igreja Católica.

Anteriormente a este momento, o movimento litúrgico já vinha desencadeando seus hauridos produtos, consubstanciando principalmente nos referenciais da Igreja de Pio XII nos anos 40 e mais adiante com o Papa João XXIII, que foi, de fato, quem implantou as bases do citado Concílio.

Um dos exemplos de restauração de liturgia é a ênfase nas datas e comemorações cristãs como Semana Santa e período natalino, que foram instituídos como datas principais da Igreja em 1955. A reforma litúrgica ideologicamente vinha sendo preparada e, concomitante a isso, datas e fatos teriam que ser evidenciados para construção da identidade do *Povo de Deus*, entre eles, a Semana da Família, o festejo do Padroeiro e o controle das irmandades.

Outro movimento que vinha sendo trabalho na Igreja internamente era o *movimento bíblico*. O seu objetivo era a melhor preparação de eclesiásticos em questões referentes às escrituras sagradas, além de peritos que foram importantes na discussão dos variados temas do Concílio.

Um dos principais motivos é que cresceu significativamente nos anos 1950 o número de seguidores evangélicos e espíritas em todos os países e que, conseqüentemente, passam a disputar fiéis com a Igreja Católica.

Essa emergência de outras religiões trouxe certo desconforto aos católicos praticantes e a organização eclesiástica passou a entrar em confronto com toda uma série de fatores que colocaram em cheque seus valores no plano político, social e intelectual.

Essa transformação convergiu no abalo de suas relações com o Estado. Com o advento da República (1889) e a promulgação da Constituição de 1888, enfraquecem suas conexões com os centros de poder, em razão das crises de recrutamento e abrandamento de atrativos e retribuições ofertadas pelas carreiras clericais.

A diminuição do número de fiéis dizimistas e colaboradores da Igreja, ocasionada pela expansão da concorrência com outros sistemas de pensamento leigos, religiosos ou éticos, trouxe a desmotivação frente à procura pela carreira clerical.

Diversos autores afirmam que uma das principais consequências imediatas dos antecedentes do Concílio foi a possível união ou troca entre estudiosos e fiéis de posições religiosas diferentes e às vezes até opostas.

Pergunta-se, nesse contexto, onde os bispos encontraram ou buscaram ensinamentos e exatidão em fundamentos teológicos e filosóficos? Não pensemos que este emaranhado de concepções é somente fruto do Movimento de Renovação do catolicismo, mesmo sabendo que este trouxe a emergência e avanço na concepção teológica. A necessidade de transformação da postura da instituição já havia sido dita, escrita, disseminada ou registrada pelo mundo teológico e filosófico antecedente.

Dá-se o mérito aos antecedentes do Concílio em colocar em conjunto o universo de pesquisas teológicas, resultando numa grande riqueza de ideias, levando também os fiéis a um protagonismo que só teria sentido com a extensão desses fundamentos a toda a Igreja, o que antes estava ao alcance só de alguns.

Nesse momento histórico, os leigos católicos estavam tomando maior consciência de sua posição dentro da Igreja. Os antecedentes do movimento deram aos católicos, através da presença de Missões Internacionais, um suporte teológico substancial explicitado em sua carta de fundamentos e a visão de que “[...] a igreja é um povo, e que na força do batismo temos direitos iguais dentro desse povo” (RELATÓRIO DA MISSÃO CANADENSE DE NICOLLET, 1953, p. 20).

A ação católica proporcionou o despertar dos leigos, em que a Igreja conseguiu penetrar nas massas. Neste processo, eram tratados problemas espirituais, sociais e econômicos sentidos pelos cristãos, principalmente aqueles desprovidos de bens materiais e distanciados da instituição.

O Concílio seria apenas a síntese, o ponto de chegada de um longo trabalho de pesquisa, estudo e sintetização litúrgica iniciados com seus antecedentes, e seria também o ponto de partida para a etapa mais popular que já vivenciado. Etapa esta de forte apelo à participação de todos os fiéis na incorporação do sentimento de pertencimento ao catolicismo.

Nesse contexto, situa-se a Missão Canadense Irmãos de Nicollet, oriunda da cidade de mesmo nome no Canadá, pertencente a uma ramificação do catolicismo *anglo saxônico progressista* e que tinha como fundamento principal o trabalho social e o desenvolvimento dos princípios missiológicos enraizados na construção do protagonismo social, em especial das camadas mais populares do mundo.

De acordo com relatos orais de pessoas que conviveram com os religiosos canadenses, a denominação anglo-saxônica tem mais a ver com a questão geográfica, de localização e origem do que com as raízes teológicas da congregação. A escolha de Nossa Senhora da Assunção como símbolo maior da congregação deu-se em virtude da tentativa de valorização [...] de uma santa tão reverenciada na América Latina e que nos aproximava de nossas raízes católicas locais, dando uma identidade latina à congregação. (*SANTA FREDERICA*, 2012).

A Congregação dos Irmãos de Nicollet foi fundada em 1945, pelo então bispo canadense André Barbeau que, inconformado com os princípios conservadores da própria Igreja, construiu paralelamente uma corrente que revia as representações do evangelho, porém, sem fugir aos fundamentos e ideologias necessários à ordem e comportamento considerado plausível pela ética do catolicismo.

A missão do qual esta congregação fez parte orientava-se pela “[...] formação das lideranças, a organização das pessoas, dos carismas e dos recursos em busca de uma vida consagrada para todos os fiéis”. (*RELATÓRIO DA MISSÃO CANADENSE DE NICOLLET*, 1953, p. 20). Para isso, os religiosos deveriam inserir-se no interior das comunidades, tentando propor estratégias de ação com a finalidade de desencadear um processo de conhecimento das potencialidades escondidas das pessoas vistas como consagradas.

Para estes missionários, a organização das comunidades, principalmente carentes e rurais, não era só uma questão de movimento e de lógica, mas uma exigência apostólica, quase “[...] uma dinâmica específica na comunidade cristã e na sociedade” (*RELATÓRIO DA MISSÃO CANADENSE DE NICOLLET*, 1953, p. 22). Esta missão via na exigência da espiritualização e nos princípios de solidariedade e organização a possibilidade de fortalecimento, primeiro no seio da Igreja, e se expandindo para a comunidade em que esta se localizava.

Não adiantava um projeto isolado de sociedade que não buscasse a organização comunitária. Este princípio era enfatizado no próprio documento regente da missão, que dispunha que:

[...] a organização tinha o objetivo de fazer os membros saírem do próprio subjetivismo para chegar ao ápice do coletivo, apostando na comunhão de ideias e no desenvolvimento em conjunto. (*REGIMENTO INTERNO DA MISSÃO CANADENSE DE NICOLLET*, 1953, p. 25).

Outra questão diz respeito à gestão da comunidade como parte do projeto macro da Missão Canadense, tendo em vista que esta precisava ter o controle de

práticas e saberes, disseminados e legitimados através do *discurso verdadeiro* (FOUCAULT, 2010), além das formas de organização que atendessem às premissas católicas de crescimento do povo, do poder da Bíblia, da palavra de Deus.

Essa visão era intercalada com os ideários conservadores católicos e vertentes mais progressistas (como se denominavam os Canadenses). De acordo com Kadt (2007), a visão progressista era compartilhada com movimentos do pós-guerra no mundo, uma orientação de cunho humanista, em que a desconstrução do “mal” viria como resultado do bem-estar da população dos confins do Brasil, do povo oprimido, que era a grande parcela da população.

As missões católicas adeptas deste paradigma viam no homem seu substrato e foco, seu compromisso maior, apoiadas na bandeira de ruptura com a dependência e a submissão, que teve como consequência a dominação e as contradições sociais.

Estes movimentos enfatizavam o papel pioneiro da Igreja no desenvolvimento da educação formal e não-formal, atuando no campo social das comunidades excluídas e ao mesmo tempo fortalecendo a Igreja enquanto importante instituição social (KADT, 2007)

Algumas missões que chegavam a terras brasileiras, ao visualizarem as situações catastróficas de indigência e pobreza da população, em especial no Nordeste, começavam a criticar tanto a ausência de provisões para a assistência religiosa quanto a pequena proporção de recursos direcionados a instituições confessionais filantrópicas nos anos de 1950. Este repasse era em torno de 2,5% do orçamento direcionado à educação. (MONTES, 2012)

A postura de crítica à realidade excludente fez com que muitos religiosos fossem confundidos com esquerdistas, sendo muitas vezes perseguidos pelas forças oligárquicas locais.

As Missões internacionais, sem intrometer-se tanto nas polêmicas governamentais, conseguiam edificar um desenvolvimento humano em oposição ao econômico, clamando através dos seus discursos e pregações formas de subversão e conservação. Estes modelos explicativos eram mesclados e incentivados por interesses dicotômicos que às vezes incentivavam a manutenção do *status quo*, ao mesmo tempo em que pregavam um ideário transformador. (KADT, 2007)

Nessa perspectiva, os religiosos canadenses negavam o poder centralizado, entretanto, acreditavam no poder em rede, circular e apenas direcionado por

aqueles enviados por Deus e que teriam empenho de mobilizar os “[...] pobres sem objetivo [...]”. Para isso, agiam através de práticas informais de educação que visavam unir as pessoas em prol do fortalecimento do catolicismo, “[...] com um povo que fala uma só língua e que é único mediado por um sistema eficaz de comunicação, sobretudo levando o povo a fazer a vontade de Deus”. (RELATÓRIO DA MISSÃO CANADENSE DE NICOLLET, 1953, p. 30).

A Missão Canadense dava muito valor ao princípio de liderança, mesmo que de forma imprecisa, pois o termo não seria considerado como expressão donativa de um sujeito particular, mas como um modo de pensar próprio de todos os sujeitos na qualidade das relações sociais presentes no seio do processo de organização.

Como um dos pilares da ação dos Nicollet, a liderança vinha assim discutida:

Utilizamos a expressão liderança como um conceito global muito capaz de designar a habilidade de um indivíduo influenciar, motivar, tornar possível que outras contribuam para a eficácia e o sucesso da organização da qual são membros. (RELATÓRIO DA MISSÃO CANADENSE DE NICOLLET, 1953, p. 34)

O citado princípio confundia-se com o ideal do protagonismo transplantado para todas as práticas vivenciadas, sobretudo, nas ações filantrópicas – assistenciais, higienistas, educacionais - objetivadas nas comunidades, e principalmente postas em evidência nas práticas educativas das instituições de ensino implantadas e administradas por ela.

Dado o exposto, podemos afirmar que a Missão Canadense de Nicollet norteou as suas ações em Guimarães através desse conjunto de ideias que fundamentam seus interesses e direcionam suas estratégias de propagação de suas bases filosóficas na perspectiva de manutenção do poder nas várias instâncias da sociedade.

## **2.2 A chegada dos Irmãos de Nicollet em Guimarães – MA**

Segundo Stephanou (2004), as Congregações são conjuntos de religiosos pertencentes à mesma ordem através de uma associação religiosa regular. No que diz respeito às católicas, estas são compostas de padres, frades ou freiras que se organizam com base em fundamentos, categorias e princípios comuns. Apesar de diferenciarem-se em suas mais diversas ideologias e concepções teológicas, todas convergem no sentido de seguir os dogmas cristãos.

Segundo Araújo (2012), ao tentar estabelecer um catolicismo renovado no interior do Estado na primeira metade do século XX, os missionários faziam

referência ao projeto de consolidação da Igreja. Tal concepção foi disseminada de maneira bastante descontínua em todo território maranhense, pois, na primeira metade do século XX, ainda vivenciavam-se condições materiais muito diferentes e desiguais em relação ao restante do país.

Na Baixada maranhense este período foi marcado pela presença e força dessas congregações católicas, com o “[...] tráfego de missões que se estabelecem nesta região até o litoral, aplicando as ideias de renovação da Igreja para as alagadas e distantes vilas e povoados ali localizados” (PRADO, 1975, p. 28).

Com isso, houve uma considerável descentralização do poderio católico – com a criação da *Prelazia*<sup>8</sup> de Pinheiro e, posteriormente, do bispado da mesma cidade – que, preparada pela ação missionária, fazia chegar à região uma estrutura que interiorizava a pregação de padrões que antes eram presentificados apenas em regime de exceção (PARÓQUIA SÃO JOSÉ, 2009).

Roma autorizou a criação de uma Prelazia para a Baixada Ocidental Maranhense, em 1939, tendo-a confiado à Ordem italiana dos Missionários do Sagrado Coração. Essa presença mais contundente contribuía para fomentar a criação de um quadro de indivíduos mais afinados com a ortodoxia, e que poderiam funcionar como pontos de referência locais sobre o que vinha a ser um *bom católico* (ARAÚJO, 2012).

A expansão da estrutura eclesiástica e sua efetivação juntamente com o aumento quantitativo de um catolicismo menos sincretizado davam um matriz diferenciado ao antigo projeto eclesiástico de reforma da cultura popular. Se o Brasil era, há muito, reconhecido oficialmente como católico, apesar de ser profundamente plural no campo da religiosidade, parece-me que a Baixada Maranhense vinha experimentando, desde mais ou menos a segunda metade do Século XX, um processo de interiorização do catolicismo românico (ARAÚJO, 2012, p. 39)

Em Guimarães, influenciado pela quantidade expressiva de descendentes de portugueses, o catolicismo possuía uma força e poder de decisão até mesmo em questões administrativas. A cidade tinha uma *representação* católica, com uma quantidade expressiva de eventos e feitos religiosos. Além disso, havia uma predisposição da juventude a formar-se em padres e freiras nos seminários e conventos da capital.

Muitos jovens deslocavam-se de Guimarães para estudar e prepararem-se padres no Seminário Santo Antônio e em conventos da capital. Muitos se ordenaram

---

<sup>8</sup> É um tipo de circunscrição eclesiástica erigida para atender a necessidades peculiares em um território (prelazia territorial) ou de um grupo de fiéis (prelazia pessoal). As prelazias territoriais e pessoais são similares às igrejas particulares e, como estas, têm fiéis, clero e pastor próprio.

outros apenas tinham desejo de fugir das condições desfavoráveis e pobres da vila. Com isso, percebia-se que o poderio do catolicismo local montava seu quadro de religiosos apoiado pelas desigualdades sociais.

Por outro lado, foram as congregações religiosas que desenvolveram nos municípios maranhenses o trabalho que as administrações municipais não conseguiram empreender. Mesclando ações filantrópicas e assistencialistas, as congregações uniam a fundação de escolas, centros culturais, teatros, hospitais, asilos etc. ao trabalho de evangelização.

Os diversos exemplos contemporâneos de intervenção no espaço político de agentes religiosos organizados, impondo às autoridades políticas sua representação da ordem social e da moral pública, contradizem a caracterização sociológico-política da modernização. Assim, recolocam a questão das fronteiras e limites entre espaço público e o privado, a religião e a política, práticas sagradas e profanas (BURITY, 1998).

Essas questões impuseram à Igreja um envolvimento cada vez mais complexo e contraditório com o mundo social, pois surgiram as disputas pelo capital social e prestígio, além de brigas por posições de poder na vida pública como consequência da participação direta de eclesiásticos no cenário político. (MICELLI, 1988)

Com isso, os religiosos ampliaram seu escopo de intervenção na vida pública, diversificaram suas esferas de ação, inscrevendo-se em debates dos mais diversos, nem sempre voltados à questão da espiritualidade, mas realizaram produtivas incursões pelos debates ético-morais, políticos e econômicos do mundo social.

Especificamente em 1950, chega a Guimarães, uma missão especial de desobriga, ou seja, para realização de missa, chefiada pelo então bispo da Prelazia de Pinheiro, D. Afonso Maria Ungarelli, trazendo para a região notícias sobre o início de um conjunto de ações da Congregação dos Missionários do Sagrado Coração de Jesus.

Os MSC, como eram conhecidos, chegam à região apenas em 1949, pois sua vinda seria postergada em virtude da Segunda Guerra Mundial.

[...] Quando estava tudo pronto para a viagem dos primeiros missionários, estourou a 2ª Guerra Mundial e foi necessário esperar o fim do conflito (1945), para recomeçar e vermos o que poderia ser feito. Daí em diante nos engajamos nessa missão. (TESTEMUNHO DE DOM CARMELLO CASSATI EM MENÇÃO A MISSÃO CANADENSE EM GUIMARÃES, 1996, p. 08).

Estes religiosos italianos “[...] fundaram tanto em Pinheiro quanto em Guimarães: escolas, internatos, clube de mães, de jovens, centros artísticos, escolas profissionalizantes” (OLIVEIRA, 2000, p. 45). Em suma, promoveram uma grande reforma socioeducacional e religiosa na comunidade, estimulando a cultura popular, religiosa e o folclore, através da exibição de peças teatrais e pastorais no *teatro Guarapiranga*.

Na perspectiva de disseminar seu universo ideológico, os missionários católicos do Sagrado Coração viabilizaram também a comunicação, através de um sistema de alto falantes instalados estrategicamente na cidade com a denominação de *Voz Guarapiranga*. Este difundia maneiras de ser, pensar e agir cristãos, através de mensagens e cânticos católicos, contribuindo assim com a padronização de comportamentos e modelos de identidade para a população.

Os missionários do Sagrado Coração de Jesus ainda implantaram o Centro Artístico e Operário Vimarense, o Núcleo dos Voluntários, a Escola Paroquial e o patronato São José para alojar as crianças pobres do sexo masculino, atendendo seu projeto hegemônico de sociedade e aproveitando tanto da representação de celeiro cultural quanto de vilarejo pobre e abandonado.

Esta ordem expandiu seus domínios, adquirindo os dois prédios da casa paroquial, o do teatro Guarapiranga, o do anexo da empresa de Correios e Telégrafos (para funcionar o Núcleo dos Voluntários e o Centro Artístico e Operário Vimarense), o do anexo à casa do senhor conhecido por Vovô, entre outras aquisições, e, enfim, a desenvolver uma obra memorável (OLIVEIRA, 2000, p. 168).

Todas essas ações refletiam as já desenvolvidas em Pinheiro, pois lá fundaram também ginásios, creches, internatos, produzindo uma obra bem maior, considerando naquele momento histórico o lugar estratégico da Princesa da Baixada (FURTADO FILHO, 2000).

Já no ano de 1955, chega a Guimarães e Alcântara a Missão Canadense com um conjunto de religiosos da congregação Irmãos de Nicolle, “[...] em boa hora para desenvolver um prodigioso trabalho religioso e educacional” (OLIVEIRA, 2000, p. 171), chefiados pelo padre João Baptista Caya, acompanhado de mais três outros: monsenhor Marcel Pepin, juntamente com os padres Jorge Picard e Homero Proulx.

Estes chegam juntamente com outras missões que se direcionaram para outros municípios da região, como o caso de St-Hyacinthe e Ottawa para Cururupu e Turiaçu, e Sherbrooke para Peri-Mirim e Bequimão.

Sobre o contato que trouxe a Missão de Nicollet para Guimarães, o Regimento Interno da Congregação relata, em uma seção denominada Histórico da Congregação em Guimarães, que:

Em visita à Itália o Cardial João Panico que era núncio no Canadá, sendo este um representante do Papa, um embaixador da igreja naquele país e se encontrando com o Padre Dom Carmelo Cafapi pedindo-lhe amparo em relação a diocese que não possuía padres, a situação do povo em termos de educação era zero e ai falou com o bispo lá na Itália, que era o Dom Claudio Martem então seu primo que de imediato mobilizou a Missão Canadense de Nicollet para resolver os problemas sociais e espirituais da população de Guimarães (REGIMENTO INTERNO CONGREGAÇÃO CANADENSE DE NICOLLET, 1953, p. 6).

Os religiosos canadenses implantaram a *Escola Normal Nossa Senhora de Assunção* e o *Ginásio Vimarense*, deram continuidade à *Escola Paroquial* e criaram as oficinas profissionalizantes na Vila Gem, além de terem incentivado a criação de escolas primárias em grande parte dos povoados (Cumã, Carapirá, Mirinzal e Pindaíba, hoje município de Central do Maranhão). Unem-se a isso iniciativas no campo da saúde, pois, na missão, algumas enfermeiras irmãs de Assunção também estavam presentes.

Tais fatos fazem sentido em uma terra cujo poder público não conseguia oferecer o mínimo para a população, considerando as descontinuidades da frágil política vimarense e a grande dificuldade dos políticos estaduais da época em trazerem obras para uma cidade vista como apagada e distante (OLIVEIRA, 2000).

A representação de celeiro cultural e econômico, que a vila foi no passado, em nada parece com o que os missionários canadenses encontraram. O amor dos vimarenses à sua terra é algo expressivo e significativo, no entanto, o seu histórico político e cultural conduz nas ruas da cidade apenas ao bucolismo e à ambição fracassada de ter sido uma das mais abastadas vilas à margem de Cumã.

No contexto em que estes religiosos chegaram, esta não era a única cidade da região e já enfrentava certo declínio. Entretanto, havia um crescimento de aspectos de organização política mesmo em uma cidade decadente economicamente.

Apesar de todos os problemas estruturais, a cidade vinha sofrendo uma série de intervenções urbanas visando a melhorias que ainda não alcançavam toda a população. O governo municipal do então prefeito Jose Ribamar Schalchers construiu pontes, novas ruas foram abertas, vias foram arborizadas com o objetivo de apresentar à população marcas de desenvolvimento.

Oliveira (2000, p. 47) registra um grande entusiasmo da população com a chegada da Missão Canadense na década de 1950 e com as melhorias que eles poderiam trazer, não somente no plano espiritual, mas no plano educacional e infraestrutural da cidade, em tempos de aumento da “[...] devassidão e da pobreza”.

Foto 5 – Monumento em homenagem a Nossa Senhora da Assunção.



Fonte: O Vimarense (2009).

A foto 5 apresenta o Monumento em homenagem a Nossa Senhora da Assunção, localizado na Rua Sotero dos Reis, erigido na década de 1960 pelos religiosos da Congregação Canadense de Nicollet. Esta fonte intencional representa o poder do catolicismo na realidade local e a *imposição de símbolos* (BOURDIEU, 2007) que reforçam e determinam tal poder ideológico.

Os padres canadenses encontraram em Guimarães uma população ainda muito católica, porém, com fiéis que se revezavam entre “[...] os caboclos de entidades da umbanda e mina e as ações da popularidade cristã [...]”. (OLIVEIRA, 2000, p. 51). A partir disso, implantaram em quase todas as comunidades rurais a Igreja de Nossa Senhora da Assunção e as aulas dominicais de catecismo.

Nessas comunidades rurais, em sua maioria, constituídas de negros, os serviços religiosos e assistenciais foram levados a contento, visto a existência de santos de “religiões diabólicas” – como eram denominadas as afrodescendentes – que eram camuflados pelas imagens católicas nos altares das cafuas de famílias de pretos (OLIVEIRA, 2000).

Foto 6 – Chegada das Irmãs de Assunção em Guimarães no ano de 1957.



Fonte: Acervo Casa Paroquial. 1954.

A imagem fotográfica 6 registra as Irmãs que chegaram a Guimarães no ano de 1957 após a vinda dos Padres Canadenses com o intento de contribuir no processo de catequização e escolarização do povo vimarense. Todas acima, com sua indumentária constituída de hábito cinza para as madres superiores e creme para as demais, terço em mãos e crucifixo no pescoço, vestimenta universal de freiras oriundas de congregações tradicionais, mesmo os religiosos de Nicollet denominando-se de progressistas. Deduz-se que mesclavam símbolos do catolicismo tradicional com discursos e posturas progressistas para que não fossem construídas confusões na representação dos fiéis causadas por mudanças muito bruscas, temendo que a Igreja perdesse sua identidade. (SÃO GUILHERME, 2012)

Inicialmente, vieram a Irmã Madalena Brochu, Irmã Georgette Desrochers, Irmã Maria Adélia, Irmã Maria Assunta, Irmã Yvette Reymound, ou, como era denominada, Irmã Santa Caridade, juntamente com as demais, Teresinha, irmã São Venceslau, Gertrudes, Ana do Salvador e Rita Dellors. Parece-nos que as citadas irmãs passaram a adotar nomes em português como forma de estabelecer maior proximidade com a sociedade local.

Elas eram as mediadoras das ações assistenciais que, por meio de uma *filosofia da solidariedade* e do *romper o pecado*, injetavam ensinamentos sobre a necessidade de cultivar o temor a Deus e de seguir a missão de Jesus na terra e,

principalmente para as mulheres, alcançarem o ideal mariano de obediência ao seu marido.

Foto 7 – Fachada do Convento das Irmãs da Assunção em Guimarães.

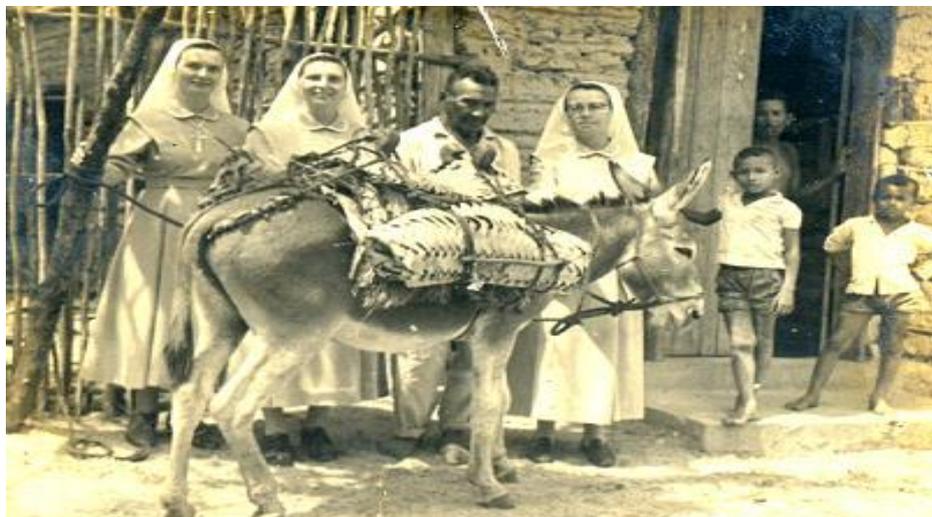


Fonte: O Vimarense (2012).

Este prédio abrigou às freiras e as jovens da região, que eram impulsionadas a seguir a vida religiosa e tornarem-se servidoras de Nossa Senhora de Assunção. O espaço era constituído de 10 quartos, uma capela, espaço de oração, área de convivência e refeitório. Era uma casa colonial que pertencera a um fidalgo português no início do século XVII.

O citado casarão foi construído por escravos com pedra, areia e cal. Atualmente funciona neste local o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, sendo que ali as freiras desenvolveram um conjunto de atividades religiosas e acomodaram dezenas de moças de origem humilde.

Foto 8 – Freiras Canadenses em visita à Comunidade Quilombola de Damásio, 1957.



Fonte: Arquivo INESA.

A Fotografia acima retrata a visita das freiras Irmã Ana do Salvador, Irmã Maria Adélia e Irmã Rita ao interior de Guimarães, atendendo às famílias carentes da comunidade negra de Damásio. Apresenta crianças vendedoras de água juntamente com seus pais agricultores. A humildade da casa reflete as condições de pobreza vividas por grande parcela da população rural do município.

Nesta visita as freiras acima mantiveram o primeiro contato com esta comunidade ensinando práticas de saúde e higiene além de incentivarem a orações e frequência as missas. Os damasianos receberam-nas muito bem (CUBA, 2012).

As *irmãzinhas canadenses*, como eram carinhosamente chamadas pela população, iam até às casas das famílias pobres e negras da zona rural, faziam orientações e ensinavam práticas domésticas para uma vida mais limpa com cuidados com o corpo, para proteção contra doenças, além de atenderem o que, segundo elas, faltava nos habitantes daquele lugar, que era a “[...] ausência de Deus pai todo poderoso”. (CUBA, 2012).

O investimento em questões voltadas à educação higiênica estava atrelado à intensificação, em meados do século XX, dos debates sobre o *higienismo* (ROMANELLI, 2010). Tal ideário surgiu como movimento emergente associado ao discurso naturalista em voga. Defendia uma vida salutar na perspectiva de erradicação de doenças vistas como oriundas de populações miseráveis e que já tinham sido extirpadas em países desenvolvidos.

Nessa perspectiva, as religiosas de Niccolet começaram a focalizar principalmente as crianças, pois muitas faziam das ruas seus espaços e não possuíam hábitos de limpeza e asseios cotidianos. Com isso, proliferavam-se doenças como verminoses e epidemias da pobreza: tuberculose, gota, estupor, lombriga, dentre outros.

O fato de os religiosos canadenses serem bem recepcionados nas comunidades está relacionado à entrega de donativos que apaziguavam as condições de fome e pobreza, conseguidos no comércio local. Através dessa ação, enfatizavam o poder da palavra de Deus e da educação, incentivando os pais de famílias a enviarem para o Seminário e para o Convento aqueles e aquelas que tivessem tendência à profissão de fé de servirem a Deus como padres e freiras.

Aqueles que fossem enviados pelos seus pais teriam no internato da Casa Paroquial e no Convento refúgios para a concretização de seus objetivos de servirem a Deus. A casa atendia em forma de seminário Maior os filhos da classe

popular, que decidiam seguir a missão de padres e freiras oriundos das escolas da congregação.

Muitos iam para lá para fugir do abandono e da pobreza, visto que a maioria dos meninos de famílias pobres, quando não eram pescadores, eram carregadores de água e vendiam essa riqueza tão difícil em algumas localidades para a sobrevivência das famílias a que pertenciam.

Foto 9 – Irmãs de Assunção com crianças vendedoras de água, 1957.



Fonte: Arquivo Casa Paroquial.

Da esquerda pra direita, as Irmãs Teresinha, Maria Adélia, Gertrudes, Maria Assunta, São Venceslau, São João e Rita, novamente com meninos do transporte de água em Guimarães. O fato de as crianças dedicarem-se à venda de água para sustentar suas famílias trazia como consequência o isolamento delas do contato com a escola, dificultando assim, vencerem a pobreza abissal a que foram destinadas.

Nessa perspectiva, a água, pela sua escassez, vai assumindo em meados dos anos 1950 grande importância, sendo esse elemento fundamental, não somente relacionado à construção de obras públicas, como agente de prevenção de doenças e promotor da saúde, mas, principalmente, era fator de subsistência econômica das famílias pobres.

Dessa forma, o primeiro grande feito dos canadenses foi a criação de uma estrutura de tratamento e acesso à água construído com bambu, sendo até hoje vangloriada pelo povo de Guimarães.

Mas, nas comunidades, as freiras enfrentavam essa dificuldade inicial junto à população, pois a água era concebida como moeda de troca e toda casa deveria ter um jumentinho para que os “moleques” maiores fossem vender água na grande Guimarães, algo que os religiosos não aceitavam. A não aceitação desta prática era em virtude de que esta dificultava a concretização do projeto hegemônico de escolarizar as crianças e ao mesmo tempo propagar da obra católica canadense.

Os padres também realizaram estudos sobre os acessos às comunidades, financiaram a construção de pequenas estradas vicinais, desbravando e chegando até localidades que viviam em total isolamento.

Assim, os Irmãos de Nicollet inicialmente organizam as condições sociais do povo vimarense, atendendo às necessidades, que o poder público não conseguia oferecer. Para concretizar seus objetivos, preparou o espaço para a implantação de seu projeto educacional através de melhorias no campo social de Guimarães.

### 3 A OBRA EDUCACIONAL DOS MISSIONÁRIOS CANADENSES IRMÃOS DE NICOLLET EM GUIMARÃES-MA (1955-1965)

Foto 10 – Pelotão da INESA homenageia a Missão Canadense



Fonte: O VIMARENSE, 2009.

Neste capítulo, analisaremos as instituições que compuseram a Obra Educacional da Missão Canadense de Nicollet e suas contribuições para a realidade de Guimarães-MA. Privilegiamos, nessa análise, a origem, implantação, organização, funcionamento, arquitetura e currículo escolar, procurando tecer conexões com a realidade brasileira e maranhense. Dentre as instituições, citamos a Escola Paroquial São José, a Escola Normal Nossa Senhora da Assunção, o Ginásio Vimarense e a Escola de Formação Profissional da Vila Gem.

Para isso, fizemos uso de depoimentos de ex-alunos, professores, pais e funcionários, fotografias, além de repertórios documentais (Regimentos, Leis Educacionais, Relatórios, dentre outros).

#### **3.1 A Escola Paroquial São José: unindo educação e fé na escolarização da infância vimarense.**

Inicialmente, situaremos a educação brasileira no contexto social e histórico que emerge com a constituição de 1946 em pleno fim do Estado Novo. Essa nova Constituição determina novamente a obrigatoriedade de se cumprir o ensino primário e dá competência à União para legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional.

Tal visão inspirada nos princípios de liberdade e de solidariedade humana coloca a educação como direito universal que será de responsabilidade da família e

da escola, além de dar ênfase à participação da livre iniciativa privada no cumprimento desta diretriz.

Este fato procurou conciliar a disputa ideológica entre os defensores da escola pública e das escolas particulares, pois ao mesmo tempo em que tenta garantir educação gratuita, fortalece o espaço da esfera privada no oferecimento dos serviços educacionais.

Com isso, as famílias de classe média e alta assumiram, como sempre fizeram, a responsabilidade pela educação de seus filhos, preparando-os para as melhores escolas públicas secundárias ou superiores ou colocando-os em escolas particulares, a maioria dirigida por religiosos. (NORONHA, 1996)

Essa abertura possibilita, no século XX, a vinda para o Brasil de muitas ordens religiosas (Salesianos, Franciscanos, dentre outros) com o objetivo de implantar o ensino confessional concomitante com o processo de romanização da Igreja no país. A Igreja Católica, que nos anos 1930 havia tentado assumir o controle da educação pública do país, limitava-se agora no final da primeira metade do século XX à administração de um conjunto restrito de escolas que, quem sabe, “[...] ainda poderiam cuidar da alma das elites”. (BITTAR, 2003, p. 35)

No campo político, a década de 1950 foi marcada pela eleição do ex-ditador Getúlio Vargas (1951 a 1954), período este em que a economia havia encontrado muitas discontinuidades e dificuldades que só poderiam ser rompidas por sérias ações governamentais. O crescimento da inflação e medidas econômicas populistas trouxeram certo descrédito ao governo, apesar de este ter criado a Petrobras e ter beneficiado os trabalhadores com leis que garantiam alguns direitos sociais.

No que diz respeito à educação, esta é assinalada pela figura de Anísio Teixeira. Este educador inaugura em 1952 um modelo de escola denominado *Escola Parque*. Tal modelo era baseado em princípios da Escola Nova e destinava-se às atividades educativas, como trabalhos manuais, artes industriais, educação artística, educação física e atividades socializantes.

Juntamente com as escolas-parque, foram implantadas as escolas-classe, sendo este, um local onde eram desenvolvidas as atividades formais ou convencionais das demais escolas, sendo que estudavam ciências físicas e sociais, leitura, escrita e aritmética.

Neste mesmo período é criada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, tendo sido eleito seu primeiro secretário-geral o bispo auxiliar do Rio de

Janeiro D. Helder Câmara. Esta entidade contribui com movimentos de educação de base em comunidades carentes do Nordeste, fortalecendo-se como entidade social importante no cenário brasileiro.

Com a criação desta entidade, a Igreja Católica, até então espalhada e isolada localmente através das dioceses, que se ligavam diretamente a Roma, passaria a ter uma estrutura nacional (MONTES, 2012). Assim, por meio da CNBB, a Igreja Católica participa do processo de *Unidade Nacional*, ganhando novamente espaço para criação de estabelecimentos de ensino.

No cenário educacional do Maranhão do início da segunda metade do século XX, as escolas existentes, tanto na capital São Luís como no interior, “[...] eram insuficientes para atendimento da demanda de alunos em idade escolar, que era de aproximadamente 20% da população” (MOTTA, 2006, p. 45). Havia no perímetro urbano e suburbano da capital mais de vinte mil crianças na faixa etária de sete a doze anos, portanto em idade escolar. Os estabelecimentos existentes abrigavam cerca de onze mil alunos e era considerável o número de recusa de matrícula pelos mesmos, por falta de espaço. (MOTTA, 2006).

Até meados da década de 1950, eram poucas as iniciativas do governo estadual e eram tímidas as do setor privado para a construção de estabelecimentos de ensino, seja na capital ou no interior. De acordo com o Censo de 1950, enquanto o índice médio no Brasil era de 50% a 69%, no Maranhão chegava a 78% o contingente de analfabetos. (MOTTA, 2006).

Esse cenário contribuiu para a criação no Maranhão, em 1953, da Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura (SENECEM), em substituição à Diretoria de Instrução Pública, que tinha atribuições mais limitadas.

A SENECEM foi dotada de técnicos para participar da viabilização da execução de um programa de desenvolvimento da educação, instituído por meio do Decreto nº 1 257, de 31 de julho de 1957, o qual criava o Plano de Desenvolvimento de Educação e Cultura do Estado do Maranhão, sendo que um dos objetivos do Plano em relação ao ensino primário era a organização e planificação sistematizada, refletida de acordo com a Lei e Decretos do Estado do Maranhão de 1957.

No ano de 1956, para atender à infância em todo o estado do Maranhão, “[...] existiam 99 grupos escolares, 29 escolas reunidas, 254 escolas isoladas e 4 jardins de infância [...]”, e um quadro de professores do então curso primário constituído de

“[...] 964 professoras, sendo 738 normalistas, das quais 70 exerciam as funções de diretoras, 76 eram regentes e 150 leigas.” (MOTTA, 2006, p. 227).

Em 1958, a rede escolar maranhense era composta de 100 grupos escolares, 31 escolas reunidas, 246 escolas isoladas e 04 jardins de infância, e estavam em construção, em 1959, 3 Grupos Escolares na capital e 13 no interior do Estado, além de 22 em fase de finalização de obras. (MOTTA, 2006)

Apesar dessas iniciativas, continuava a precariedade da educação maranhense no que tange a organização e funcionamento de sua rede de ensino, pois mesmo crescendo numericamente, não era suficiente para atender às crianças em idade escolar, e os estabelecimentos que existiam precisavam de reparos e equipamentos.

Esse quadro dava-se em razão dos poucos recursos econômicos para financiar a educação pública. Tal fato veio contribuir com o surgimento de iniciativas filantrópicas e assistenciais sob a administração da Igreja Católica, que instala nos municípios escolas primárias, que tinham a função de oferecer o ensino e disseminar os princípios de evangelização que vinham ao encontro do movimento de fortalecimento da Igreja frente à expansão do poderio de outras religiões. (DALLABRIDA, 2009).

Essas instituições, as Escolas Paroquiais, no contexto educacional brasileiro, se instalaram principalmente nas regiões Norte e Nordeste, em bolsões de pobreza e majoritariamente em espaços em que a Igreja sentia necessidade de fortalecimento do seu lugar social. (DALLABRIDA, 2009)

Em território maranhense, elas datam do início do século XX e ocupavam muitas vezes o espaço ausente do poder público oferecendo educação em localidades em que a ação governamental não conseguia atender a contento.

Com esta motivação, foi criada a Escola Paroquial São José, em Guimarães, fundada em 16 de março de 1950 pelo padre Luís Zaquinato, recebendo esta denominação em homenagem ao Padroeiro da cidade e ocupava no conjunto urbanístico da cidade, lugar de destaque.

O referido religioso era concebido como mentor intelectual do município e a instituição criada por ele era referencia na História Educacional de Guimarães, pois “[...] foi o primeiro jeito organizativo da educação da cidade [...]”, tendo em vista que “[...] aqui somente existiam escolas particulares que funcionavam em casas de famílias e o Urbano Santos”. (CUBA, 2012)

Segundo depoimento de Santa Edwirgens (2012), o referido padre enfatizava constantemente em seus discursos que se deveria dar grande importância à educação de crianças e jovens e que a Igreja deveria despertar e manifestar profundo interesse nesta obra, pois “[...] hoje, como nunca dantes, as forças do mal e suas tragédias estão decididas a alistar até mesmo as crianças sob a bandeira da pecaminosidade”.

O objetivo da Escola Paroquial São José era garantir a escolarização da infância sem distinções, visto que recebia filhos da classe popular e de famílias mais abastadas que respeitavam as ações do pároco, baseadas nas regras do catolicismo.

Para funcionamento da Escola Paroquial, foi cedido e adaptado um prédio pertencente à Igreja pelo então bispo Dom Afonso Maria Ungarelli, mesmo sendo um espaço pequeno e pouco arejado. No entanto, este refletia a disciplina e os ensinamentos católicos por meio da presença de matérias e saberes difundidos em seus murais, altares e quadros de normas.

Foto 11 – Casa Paroquial<sup>9</sup>



Fonte: O Vimarense, 2009.

Nesta escola era ministrado o Pré-Primário e Primário às crianças de 4 a 10 anos de idade, no entanto a carência de escolas e a pobreza da população obrigavam o padre Zaquinato a abrir exceções em relação à idade dos alunos.

---

<sup>9</sup> Aqui funcionou a Escola Paroquial e hoje funciona a Casa do Pároco.

Segundo informações de *Santa Edwirgens* (2012), na Escola Paroquial não havia formuladas as normas, regras, organização didática e pedagógica, sendo seguidas “ordens imediatistas e espontaneístas” do seu gestor.

Para manutenção das 3 salas de aula, pagamento dos docentes e funcionários era cobrada a taxa de 4 cruzeiros para aqueles pais mais abastados e com a ajuda arrecadada na Itália pelos Missionários do Sagrado Coração de Jesus.

O citado padre esteve à frente do estabelecimento até 1955, quando da chegada da Missão canadense de Nicollet. De acordo com depoimentos de *São Bartolomeu* (2012), esta missão chega a Guimarães por intermédio dos padres italianos,

[...] Que ao chegarem aqui viram quanta pobreza existia e começaram a escrever para o cardeal Pânico, Núncio da Itália, primo do Padre Carmelo, que também regia a Igreja de São José e que convenceram Dom Martin, bispo da Itália a mobilizar a congregação Canadense de Nicollet. Estes chegaram e melhoraram a vida e a educação de Guimarães e isso começa quando assumem a Escola Paroquial.

Ao chegar, mobilizaram fundos oriundos da França e Canadá e procuraram colocar “[...] o aluno no centro do processo e a organização dos espaços para a autoformação de cada um, sem esquecer os preceitos cristãos”. (*SÃO GUILHERME*, 2012).

Deram continuidade ao processo de organização criando um Regimento Interno em 1955 para que as normas estivessem legitimadas. Este documento constituía-se das seguintes sessões: 01. Missão e Visão; 02. Direção; 03. Direitos e Deveres dos Alunos; 04. Direitos e Deveres de Professores e Funcionários; 05. Horário a cumprir; 06. Princípios/Valores e Regras de Conduta Religiosa; 07. Arquivo material e 08. Arquivo Financeiro.

A Escola Paroquial passa a ser vista como espaço estratégico para o cumprimento dos objetivos da missão, pois coadunava com as ideias e princípios desta. Para isso, viam nos docentes a possibilidade de parceria na propagação dos princípios cristãos, ao afirmarem que “[...] em todas as igrejas deveria haver escolas e nestas, professores que sejam missionários” (*SANTA EDWIRGES*, 2012). Porém, havia grande dificuldade em atender a essa exigência, pois as pessoas ligadas à paróquia, quando não eram alfabetizadas, não possuíam habilidades para exercer a função docente.

Dessa maneira, tais docentes, além de exercerem suas atividades educacionais, ocupavam-se de ações espirituais e do processo de disseminação do

higienismo nas comunidades rurais, entretanto os padres “[...] não se sentiam preparados e achavam não ter tato para lidar no corpo a corpo com as pessoas das comunidades. Achavam que as mulheres tinham mais habilidades para estas ações” (SANTA EDWIRGENS, 2012).

A partir disso, vieram em 1957 as Irmãs de Nossa Senhora de Assunção, oriundas da cidade de Nicollet. De início as freiras Madalena Brochu, Irmã Georgette Desrochers, Irmã Maria Adélia, Irmã Maria Assunta, Irmã Yvette Reymound, ou como era denominada, Irmã Santa Caridade, Teresinha de São Venceslau, Gertrudes, Ana do Salvador e Rita Dellors. Tais freiras distribuíam-se entre desenvolver ações docentes na Escola Paroquial e realizar trabalhos sociais e religiosos nas comunidades.

Com a finalidade de catequizar crianças, criaram a Escola de Fé<sup>10</sup>, que tinha a função de oferecer a primeira eucaristia aos alunos da Paroquial, cujas aulas funcionavam aos sábados e a missa aos domingos na catedral, sendo que “[...] este conjunto de atividades educativas e religiosas estava a serviço da desconstrução do ócio e da preguiça das crianças de Guimarães” (SÃO GUILHERME, 2012).

Foto 12 – Dirigentes e docentes da Escola Paroquial. Da esquerda para a direita, as irmãs Colette, Marieta, Santa Caridade, Maria Assunta, São João, Gabriela, e abaixo, Rita e Afonso Maria.



Fonte: INESA, 1958.

<sup>10</sup> A Escola de Fé funcionou inicialmente no prédio da Casa Paroquial, logo em seguida muda-se juntamente com a Escola Paroquial São José para a Vila Gem.

A foto 12 apresenta as freiras que dirigiam, realizavam trabalho burocrático e regiam as salas de aula na Escola Paroquial. Segundo *Cuba* (2012), “[...] era visível a parceria entre as mesmas que através de um trabalho disciplinado e enfaticamente religioso desenvolviam um trabalho organizado e pedagogicamente eficaz”.

*Cuba* (2012) afirma também que as freiras passavam a ter mais autoridade do que os pais das crianças e “[...] chamavam: levanta, levanta preguiça! Levanta preguiça! [...] Aí, levava o aluno de casa para a escola. [...] A grande preocupação era a formação do caráter, formação humana e formação cultural [...]”, valores presentes no regimento interno da instituição.

As docentes da escola atuavam como “polivalentes”, ou seja, ministravam todas as disciplinas. Estas, em sua maioria, possuíam formação Superior em Teologia e eram distribuídas como demonstra o Quadro 5.

Quadro 5 - Demonstrativo de Professores da Escola Paroquial em 1957

DOCENTE	DISCIPLINA MINISTRADA	SÉRIE QUE ATENDIA
MADALENA BROCHU	POLIVALENTE	PRÉ-PRIMÁRIO
ANA DO SALVADOR	POLIVALENTE	PRIMÁRIO INSTRUMENTAL
IRMÃ RITA	POLIVALENTE	PRIMÁRIO, 2º E 3º ANOS
GEORGETTE DESROCHERS	POLIVALENTE	PRIMÁRIO, 4º E 5º ANOS

Fonte: INESA, 1957.

As referidas professoras deveriam seguir um conjunto de normas presentes no item 4 - *Direitos e Deveres dos Professores e Funcionários*, do Regimento Interno da escola, que afirmava no seu artigo 3º que era “[...] dever de todo professor ministrar as disciplinas do currículo da instituição, deixando clara a tendência ao cristianismo em suas práticas, zelando pela saúde e aprendizagem dos alunos”. (REGIMENTO INTERNO, 1957, p. 33).

Dessa maneira, entendemos que a prática do professor estava baseada em uma concepção de currículo enquanto um conjunto de disciplinas voltadas à ampliação do repertório conceitual dos alunos, permeado também por saberes católicos, além de práticas salutaras no cotidiano escolar. Estas práticas eram bastante priorizadas, pois muitos alunos, pela falta de hábitos saudáveis de higiene, sofriam de doenças, principalmente verminoses.

Tais práticas de saúde já eram conjugadas às demais disciplinas em uma espécie de transversalidade, pois era responsabilidade do professor “[...] chamar

atenção dos alunos sempre que possível e dentro dos conteúdos, principalmente sobre o cuidado com o corpo, unhas limpas, dentes escovados e práticas saudáveis de vida”. (SÃO GUILHERME, 2012).

No entanto foi necessário implantar no currículo em 1958 a disciplina *Higiene e Saúde*, especificamente para trabalhar essas questões. A inclusão dessa matéria reflete a preocupação com a Política Higienista implantada no Brasil na Era Vargas que, através do Ministério de Educação e Saúde, instaurou um conjunto de medidas educacionais que visavam à diminuição de epidemias e endemias tão comuns às nações pobres e colonizadas como a nossa. (PARADA, 2009).

Quanto às questões de ordem religiosa, estas eram obrigatórias no início de todas as aulas, juntamente com outros momentos em que as docentes aproveitavam para difundir preceitos da moral cristã.

Além disso, integrava o estudo da Bíblia a disciplina *Educação Moral e Cívica*, impondo ao alunado através do currículo que a moral vigente era a moral do catolicismo. Com isso, inseriram no programa dessa matéria ensinamentos que visavam à moralização dos educandos, pois Guimarães precisava “[...] enfrentar através de uma cruzada de salvações e de resgate do ideal mariano e de Jesus Cristo. [...]”, detalhando ensinamentos bíblicos “[...] que com o declínio da igreja já não eram transmitidos pelos familiares.” (RELATÓRIO DA MISSÃO CANADENSE DE NICOLLET, 1953, p. 22).

Os religiosos utilizavam datas importantes do catolicismo para difundir seus ideais junto à comunidade vimarense: da Assunção de Maria, em que eram realizadas missas na igreja Matriz, de São José, padroeiro da cidade, e de Natal. Todas estas tinham participação efetiva dos alunos e da comunidade, principalmente no dia da Coroação de Maria, 31 de maio, em que “[...] os alunos que tinham condições vestiam-se de anjos para encenar a coroação da Santa” (CARDOSO, 2012). Muitos ainda “[...] jogavam papéis picados e pétalas de flores e rezavam na capelinha da Paroquial e nos confessávamos com o Padre Marcel”. (SANTA CELINA, 2012).

Foto 13 – As Irmãs em oração na capela. Da esquerda para a direita, as Irmãs Ana do Salvador, Maria Adélia, Teresinha de São Venceslau, Gertrudes, Rita e Maria Assunta.



Fonte: Casa Paroquial, 1958.

A Foto 13 apresenta as irmãs na capela da Escola Paroquial em momento de oração no dia da Coroação de Nossa Senhora. Normalmente, antes de irem para sala de aula, deslocavam-se até o espaço de orações juntamente com os alunos na perspectiva de disseminar nestes a rotina religiosa que obrigatoriamente deveria ser praticada.

Esses ritos legitimam um conjunto de ideias da tradição católica, da figura de Nossa Senhora como imagem a ser seguida, difundindo esses saberes para os alunos e fortalecendo nos seus pais - que frequentemente vinham à escola para assistir às apresentações - o sentimento de pertencimento à Igreja Católica.

As exigências de profissionalização desde o ensino primário (Reforma Capanema) levaram à inclusão de disciplinas com teor profissionalizante no programa curricular da escola supracitada. Para isso, os meninos assistiam à matéria denominada *Artes Práticas*, objetivando a aprendizagem de técnicas agrícolas e conhecimentos de pesca e extrativismo vegetal. Já as meninas assistiam às aulas de *Vida Doméstica* e *Educação para o lar*, voltada ao cotidiano de mulher limitado ao cuidado da casa, dos filhos, da arte culinária e primeiros socorros.

O currículo, nessa perspectiva, relegava, mesmo que de forma preliminar, a mulher ao espaço privado do lar, a dona de casa e o menino ao trato com a terra, com as práticas de subsistência e à pesca, visto a baía de Cumã invadir a terra

vimarense e Guimarães ser na época um dos grandes produtores de pescado e ter a agricultura como uma das poucas formas de sustento.

Para isso, foram incorporadas ao currículo aulas práticas, aulas de passeio e estudo do meio, como técnicas de ensino frequentes. Estes procedimentos metodológicos estavam de acordo com os princípios pedagógicos ainda em voga, inspirados no movimento da Escola Nova.

É visível nas matérias acima o direcionamento à formação de papéis sociais, determinados historicamente e estereotipados, esboçando *o ser menino* e *o ser menina* na sociedade daquela época partindo desta divisão, através do universo do mundo do trabalho.

As Irmãs canadenses também implantaram no currículo as aulas de Educação Física que aconteciam todas as sextas-feiras. Eram práticas esportivas direcionadas também para cada sexo, em uma educação sexista, estereotipada e segregatória, em que a mulher podia jogar vôlei e queimada<sup>11</sup> e os meninos, futebol e xadrez. Na concepção de Parada (2009, p. 184), a prática desportiva seria uma “[...] instância civilizacional, na medida em que permitiria, a partir das suas normas, a introjeção de modelos de autocontenção fundamentais para a vida social”.

Observa-se, a partir disso, a preocupação com uma educação integral, física, moral, intelectual, ético-religiosa, com vistas ao disciplinamento, fazendo da Escola Paroquial São José uma representante do aparelho político-ideológico do Estado Autoritário em voga. (FREITAG, 2009)

Somam-se a isso as aulas de *História do Brasil*, em que os professores sempre preparavam algumas atividades lúdicas e teatrais que serviam para inculcação de ideias nacionalistas. Com isso, faziam com que os alunos participassem da vida sociocultural do país, adorando vultos públicos da política, com seus “grandes” feitos, fatos e datas históricas. Segundo Parada (2009), essa pedagogia cívica desenvolvia temas que valorizavam as ideias de disciplina, solidariedade com a comunidade nacional, buscando a ordem e conseqüentemente a modernização do país.

Relacionado a estes aspectos, relata a ex-aluna *Nossa Senhora de Nazaré* (2012).

---

<sup>11</sup> Sobre este jogo infantil não temos informações acerca de suas origens. Entretanto, é muito praticado entre crianças e escolares da Baixada Maranhense. O mesmo consiste na divisão de duas equipes em espaços diferentes, em que uma tenta eliminar a outra através do arremesso de uma bola.

O descobrimento do Brasil e o dia da Pátria eram muito falados pelos professores. Nestas datas visitavam a escola políticos e pessoas da sociedade. iam à Paroquial para ver nossas apresentações. Como sou morena, na peça do descobrimento do Brasil sempre fazia papel de índia. Era divertido, mas tínhamos vontade mesmo era de comer as guloseimas que tinham depois da apresentação.

A partir do depoimento acima, podemos afirmar que estes saberes constroem aquilo que Anderson (2003) denominou de *comunidade imaginada*, em que signos são compartilhados por todos. Neste sentido, as cerimônias, comemorações cívicas e datas politicamente relevantes têm um papel importante, pois produzem uma unidade e um sentimento de pertencimento identitário.

Apesar de possuírem um projeto visto como reformista em relação às demais escolas confessionais da região, as freiras Irmãs de Assunção iniciaram a aplicação de metodologias concebidas como avançadas, mesclando-as a praticas mais rígidas.

Inicialmente, o aluno chegava à sala de aula e já iniciava o dia com as orações católicas: 3 Ave-Marias e 1 Pai-Nosso e logo em seguida participavam de espaços de discussão e estudos dirigidos, incrementados com pesquisa e exposições dialogadas. Deduz-se que, apesar da rigidez, as mesmas negavam metodologias de ensino arcaicas e creditavam o sucesso de suas práticas educativas ao método intuitivo.

Tal método, na visão de Oliveira, foi divulgado no Brasil, através do livro *Primeiras Lições de Coisas*, do educador americano Mormam Allison Celkins. Esta publicação foi traduzida por Rui Barbosa e se tornou símbolo do movimento de renovação pedagógica, com muitos seguidores nas primeiras décadas do século XX. (LICAR, 2010).

Esse programa curricular articulado a uma contextualização obedecia ao paradigma das *lições de coisas* que objetivava

[...] cultivar as faculdades pela ordem natural do seu desenvolvimento, por consequência começar pelos sentidos. Não dizer à criança nada do que ela pode descobrir por si mesma. Reduzir cada objeto aos seus objetos mais simples. Explicar apenas uma dificuldade de cada vez, caminhar passo a passo sem parar, pois que a medida da informação não está no que o mestre pode dar, mas no que o discípulo pode receber. Dar a cada lição um fim determinado, imediato ou próximo. Desenvolver a ideia, depois a palavra, aperfeiçoar a linguagem, vir do conhecido para o desconhecido, do particular para o geral, do concreto para o abstrato, do simples para o composto. (OLIVEIRA, 2003, p. 135).

Segundo Valdemarim (2004), este método era capaz de desconstruir o fracasso do método tradicional que, baseado na abstração e memorização, era ineficiente em relação à formação da leitura e da escrita nos alunos.

Essas práticas educativas desenvolvidas pela Escola Paroquial impactaram no aumento da matrícula. Isso se deu pelo êxito e credibilidade destas junto à gente vimarense. Unia-se a isso a *representação* positiva das freiras, vistas como *adiantadas*, pois no imaginário daquela população, “[...] vinham de um país com elevadas taxas de escolarização e com isso poderiam fazer com que a educação de Guimarães se desenvolvesse”. (OLIVEIRA, 2000, p. 87).

Quadro 6 – Alunos matriculados na Escola Paroquial São José

ANO	NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS
1950	37 ALUNOS
1951	55 ALUNOS
1952	88 ALUNOS
1953	90 ALUNOS
1954	90 ALUNOS
1955	110 ALUNOS

Fonte: INESA, 1960.

O crescimento da Escola Paroquial trouxe a diminuição de matrículas do Grupo Escolar Dr. Urbano Santos. Acreditamos que isso tenha ocorrido pela presença de conflitos clientelistas, benefícios políticos e manipulação de cargos públicos. Tudo isso fez com que a contratação de docentes leigos implicasse no declínio da qualidade e, conseqüentemente, na queda de matrículas desse estabelecimento estatal.

Quadro 7 – Número de alunos matriculados no Grupo Escolar Dr. Urbano Santos

ANO	NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS
1950	120 ALUNOS
1951	123 ALUNOS
1952	122 ALUNOS
1953	109 ALUNOS
1954	103 ALUNOS
1955	100 ALUNOS
1956	89 ALUNOS

Fonte: INESA.

Com esse crescimento da demanda por vagas na Paroquial, houve a necessidade de transferência, em 1957, para um espaço maior. Com isso, o antigo prédio da escola passou a atender apenas com as atividades de catecismo da *Escola da Fé* aos sábados, e os primeiros anos de escolarização (pré-primário e o primário) foram transferidos para o outro prédio<sup>12</sup>, que também acolhe as turmas da Escola Normal.

Assim, entendemos que a Escola Paroquial foi o ponto de partida do projeto educacional da Congregação Católica de Nicollet, com objetivo de fortalecer as bases católicas na região do litoral, elevando o capital cultural da população.

### **3.2 Escola Normal Nossa Senhora da Assunção: formando professores para a região da Baixada Maranhense**

A Escola Normal no Brasil estendeu-se de forma limitada e irregular, mesmo “[...] que se tenha cristalizado a absoluta missão do poder central quanto ao provimento desse nível de ensino”. Sua criação estava intimamente ligada “[...] aos problemas da difusão do ensino de primeiras letras, e, sobretudo, à questão de preparação de professores no país” (RIBEIRO, 1986, p. 90).

De acordo com Noronha (1994), estas escolas foram fundadas no Período Regencial (1831–1840) e nas duas primeiras décadas do Segundo Reinado.

Segundo Tobias (1996, p.187),

No Brasil, só o governo central - a metrópole no Brasil Colônia e a cidade do Rio de Janeiro, no Brasil Império e na República - podia fundar escolas superiores. [...] Em educação, o máximo a que uma Província podia almejar era a criação de uma Escola Normal.

Assim, em 1835 funda-se a primeira Escola Normal em Niterói e em 1842 na Bahia. Apesar disso, [...] andava inferior o ensino brasileiro, que além de não poder fundar escolas superiores, via-se, muita vez, coroado de fracasso, até a própria criação da Escola Normal, pois estas [...] nascem e morrem quase no mesmo dia. (TOBIAS, 1996, p. 188)

Vê-se no discurso acima que as citadas instituições tinham vida curta, fechando rapidamente suas portas, problema este ocasionado pela fraca e insuficiente Política Educacional brasileira.

---

<sup>12</sup> Neste local funcionou inicialmente o Seminário Maior São José, construído em 1948, pelos Missionários do Sagrado Coração de Jesus.

Até a década de 1860, perfaziam um total de seis escolas desse nível de ensino em todo país, localizadas principalmente nos centros mais populosos das regiões Norte, Nordeste e Sudeste. (RIBEIRO, 1986).

Outro motivo de sua criação foi o polêmico estabelecimento da obrigatoriedade do ensino elementar em quase todo o Império, expandindo-se somente nas últimas décadas desse período. Sobre isso, Noronha (1996, p. 84) afirma que “[...] o Império acabou legando à República escolas para a formação de professores em praticamente todos os Estados da federação”.

Ainda sobre o papel da Escola Normal, esta foi de relevante importância na história da instrução feminina no país, pois “[...] silenciosa, mas profundamente, arrancaram as mulheres de seu enclausuramento, elevando-as, instruindo-as e delas fazendo as primeiras professoras”. (TOBIAS, 1996, p. 189).

Deste modo, estes estabelecimentos de ensino constituíram a ponte natural para a entrada da mulher no ensino superior, e mais tarde em todas as esferas de atividade social. Por isso, apesar de deficiente e cambaleante, vital e inolvidável foi o papel destas, criadas no Brasil do século XIX.

Nas décadas iniciais do Período Republicano, a Escola Normal representava a melhoria conseguida das ainda existentes escolas de primeiras letras, do Grupo Escolar e da escola secundária. Serviram ao controle político-ideológico das elites conservadoras no que tange às práticas escolares dos futuros normalistas, unificando e homogeneizando o ensino elementar, formando assim candidatos para atuação no Magistério Público.

Nesta ocasião, um aspecto relevante para a sua expansão no Brasil foi a ausência de cursos superiores destinados ou ajustados à formação de professores. Daí em diante, foi reivindicada com prioridade a criação de um Instituto Superior de Educação, que logo se concretizaria na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1934. (CATANNI, 1997)

A multiplicação das Escolas Normais conviveu com a marca das instalações precárias, organização problemática, falta de recursos humanos e financeiros, além da precariedade dos materiais pedagógicos, resumindo-se a um funcionamento ineficiente e desestruturado.

O fracasso de grande parte delas refletia o desinteresse social pelo magistério, que não era visto como profissão atrativa. As causas situavam-se

também em questões extrainstitucionais: baixos salários, a falta de estabilidade e precariedade das condições de trabalho.

Estas problemáticas dificultaram a formação expressiva de docentes para a atuação na escola pública, pois a falta de condições estruturais e a nada atrativa vida no magistério trouxeram evasão e conseqüentemente fechamento de alguns cursos.

Apesar disso, os futuros normalistas eram incentivados através de discursos como este:

Tu serás o arquiteto do porvir, o sustentáculo de todas as liberdades, o alicerce da pátria. Frase esta que legava ao docente a responsabilidade de despertar os sentimentos patrióticos, os valores nos alunos e este profissional era a peça de sustentação da nação que estava por crescer e se modernizar. (XAVIER, 1990, p. 35).

O aumento de matrículas nestas instituições de ensino somente ocorreu quando a modalidade se profissionaliza na segunda década do século XX. A partir de então, mesmo com uma política educacional valorizando a formação geral, as escolas normais delinearão um currículo específico para formação técnico-pedagógica. (ROMANELLI, 2010).

No Maranhão, esse modelo escolar era tido como instituição tardia, visto no restante do país ter sido implantado não somente nas capitais em pleno Império. (MOTTA e NUNES, 2006). Estes estabelecimentos foram criados juntamente com outras instituições no século XIX, tendo a finalidade de “[...] produzir um Maranhão moderno, renovado e restrito pelos moldes exigidos pela vida nacional” (MARTINS apud MOTTA 2006, p. 174).

De acordo com Motta (2003, p. 01):

A formação docente, no Maranhão, tem sua institucionalização na última década do século XIX, precisamente em 1890, através do Decreto nº 21 de 15 de abril. [...] Após um quarto de século, surge a outra instituição, ou seja, a Escola Normal Primária “Rosa Castro”, instalada em fevereiro de 1916, na cidade de São Luís, capital do Estado.

A Escola Normal Rosa Castro era de iniciativa privada e a Escola Normal era de iniciativa governamental. No ano de criação da primeira, em 1916, o contingente de analfabetos do Estado era em torno de quase 90% e o contingente de professores e professoras leigas era numericamente expressivo.

Assim, “[...] os egressos da Escola Normal nas duas décadas de sua existência eram em números insignificantes, e boa parte não chegava a exercer a profissão [...]” sendo que muitos também “[...] não queriam se deslocar para zona

rural, onde a demanda por escolarização era bastante significativa”. (MOTTA, 2003, p. 02).

Nas primeiras décadas dos novecentos, Barbosa de Godóis e Antonio Lobo participam ativamente do projeto de modernização da educação maranhense idealizado por Benedito Leite. Nesse contexto, a Escola Normal fazia parte do sustentáculo das reformas idealizadas por ele, e tinha a finalidade de preparar profissionais para a escola maranhense. Para isso, o currículo desta escola atendia - e preconizava - à regulamentação da instrução primária no Estado.

O primeiro diretor da Escola Normal foi Almir Nina, que por motivos de debilidade na saúde foi forçado a abandonar a direção, sendo que esta passa para Barbosa de Godóis, que já havia assumido algumas vezes devido à doença do seu titular. (LICAR, 2010).

No Maranhão, algumas escolas normais foram administradas pela Igreja Católica e suas congregações, como é o caso dos Colégios Santa Tereza, São Vicente de Paulo e tantos outros que desenvolveram as mais diversas propostas pedagógicas, sempre convergindo ao ideário católico através da educação.

Nos anos de 1920 a 1940, foi a Escola Normal Rosa Castro a responsável pela formação de quase todas as professoras que lecionavam no interior do Estado. Apesar de em 1926 os municípios de Pinheiro e Codó terem criado este tipo de escolas, “[...] estas tiveram vida efêmera e não formaram ninguém, apesar do Estado auxiliá-los com pagamento dos vencimentos de duas professoras [...]” (MARANHÃO, 1927 apud MOTTA, 2003, p. 02), sendo uma para cada instituição.

Somente a partir de 1950 reduziu um pouco a demanda da Escola Normal Primária Rosa Castro, com a vinda das irmãs franciscanas para o Maranhão, sendo que estas criaram escolas normais regionais em vários municípios do Estado (MOTTA, 2006).

Assim como as irmãs franciscanas, outras congregações também estabeleceram Escolas Normais, como é o caso da Congregação Irmãos de Nicollet, que criam em Guimarães uma escola com esse nível de ensino. Esta data do dia 9 de março de 1959. Inicialmente, funcionou no prédio da Vila Gem, antigo Seminário Maior de Guimarães, juntamente com a Escola Paroquial, fazendo parte do projeto Educacional e Social da citada Congregação e denominava-se de Escola Normal Nossa Senhora da Assunção em homenagem à patronesse da instituição.

Outro aspecto que impulsionou a implantação desta escola foi o aumento na demanda de discentes do Grupo Escolar Dr. Urbano Santos e da Escola Paroquial São José.

Segundo *Santa Adelfrina* (2012), ex-aluna da instituição,

[...] a própria sociedade de Guimarães não aceitava que ministrássemos aulas sendo leigas. Algumas famílias já enviavam seus filhos para Pinheiro, que já tinha Grupo Escolar com professores formados [...] tornava o professor leigo que nós tínhamos preparado para o mercado de trabalho. Você já tinha mercado para ele trabalhar. Era preocupação da missão mandar os alunos formados primeiro ocupar os melhores cargos aqui e depois os segundos mais capacitados para outros municípios e no caso muitos amigos nossos foram para Mirinzal, primeiras escolas de Mirinzal, foram de Escola Normal daqui, para Alcântara, para Bequimão, para Peri-Mirim, até para São Luis foram enviados professores daqui.

No relato acima, se vê que a implantação da Escola Normal Nossa Senhora da Assunção vinha garantir também a profissionalização aos filhos de Guimarães dando-lhes oportunidade - naquela cidade sem oportunidades – de estes inserirem-se no mercado de trabalho.

Constatamos na fala da depoente que a missão através de sua Escola Normal atuava distinguindo os alunos que explicitava a seleção e ordenação entre capazes e incapazes, bons e ruins, melhores e piores. Aqueles que se dedicavam ao curso, ou que tivessem condições culturais e estruturais, eram congratulados e permaneciam em Guimarães para ocuparem cargos e funções mais abastadas.

Neste sentido, Bourdieu (1996) afirma que a transmissão e seleção do poder não se dão apenas através da hereditariedade dos privilégios, mas também é oferecido pelo sistema de ensino quando este contribui para a reprodução da estrutura das relações de classe, dissimulando sobre a aparência de neutralidade o cumprimento dessa função.

A Escola Normal Nossa Senhora da Assunção ganha repercussões na região, pois esta exportava professores para cidades mais próximas e às vezes até para a capital, pois as “[...] representações positivas do trabalho das irmãs de Assunção repercutiram até mesmo em São Luís”. (*SANTA CECILIA*, 2013).

A partir disso, muitos docentes que atuavam na citada Escola Normal haviam sido formados em São Luís, na Escola Rosa Castro, e vieram para Guimarães ocupar cargos de regentes. De acordo com São Régis (2012), muitos docentes eram formados fora do Estado considerando a dificuldade de acesso a escolas de formação de professores no Maranhão. Segundo o depoente, “[...] naquele tempo muitos iam para Teresina, outros iam para o Rio de Janeiro, no caso, Ana Maria

Cavalcante, Dona Antonia Carvalho, Dona Denei. Elas se formavam lá, não sei em quais locais eram”.

No dia a dia, as professoras vestiam-se de uniformes com camisas de tricolina cinza e marrom, saia de pregas também da mesma cor expressando sobriedade e uma postura respeitosa através da *simbologia da cor*. (PARADA, 2009) A sua expressão corporal denotava recato, sentadas, reproduzindo o perfil ideal que também devia ser seguido pelos alunos e alunas da escola.

As alunas obedeciam também em seu fardamento o mesmo modelo de vestes das professoras. Os educandos deveriam uniformizar-se de forma homogênea. Tanto alunos como alunas usavam blusa branca de tricolina e calça ou saia de tergal cinza. Anos depois, mudaram as cores dos uniformes dos alunos e alunas para blusão branco e calça ou saia azul com brasão das Irmãs de Assunção no peito. Este trazia o símbolo da bandeira do Canadá, com as cores do referido país juntamente com o brasão do município em sua parte interna (imagem abaixo).



O fardamento escolar apresentava-se como uma marca da postura desejada e do ser social necessário para a ordem (PARADA, 2009). Era através destas vestimentas que os padrões estabelecidos e aceitos eram materializados e disseminados. As cores em tons sóbrios destacavam a não valorização dos excessos e de estilos vistos como deturpados e pouco respeitosos, como os vestidos pelas mulheres de pouco ou nenhum pudor (OLIVEIRA, 2000).

A fotografia 14 traz um conjunto de normalistas demonstrando as ideias acima mencionadas.

Foto 14 – Alunos e alunas com fardamento juntamente, com a Professora Irmã Colette Ducharme – Escola Normal Nossa Senhora da Assunção em 1962 (De cima para baixo, iniciando da esquerda para a direita: Esdras Maia, Tarcísio Ribeiro, Lúcia Cuba, Severino Silva, Ivelise Silva, Mourane Lima, Julia Abreu, Maria Costa, Vitória, Leonor, Heloisa, Herminia, Maria Rosa, João Pereira, Zezinho, Regina Braga, Francília e Aldalena)



Fonte: Arquivo INESA

Na fotografia supracitada observamos a presença tímida de alunos do sexo masculino. Esse aspecto não diferenciava a Escola Normal de outras já existentes no restante da região (como exemplo, Pinheiro e São Bento) e que não possuíam muitos rapazes matriculados. A presença de homens nas primeiras turmas da Escola Normal Nossa Senhora da Assunção dava-se pelo fato de muitos não quererem dedicar-se à vida rural, aproveitando a oportunidade de serem professores, pois “[...] melhor dar aulas do que cedo ir para o roçado, ou pescar em Cumã”. (CUBA, 2012).

Os alunos, ao ingressarem no curso normal, já eram vistos como pertencentes a um grupo seletivo daqueles que iam possuir um capital escolar diferenciado envolto em uma hierarquia social que era reproduzida como se estivessem baseados na hierarquia de “dons”, méritos e competências. De acordo com Bourdieu (1992), ao converter hierarquias sociais em hierarquias escolares, o sistema escolar cumpre o alvo de legitimação cada vez mais necessária à perpetuação da ordem social.

Nesse sentido, Bourdieu (1992) discorre que seria complexo impor uma hierarquia fundada na afirmação mista e brutal das relações de força, visto que a transmissão do capital cultural tende a sucumbir pura e simplesmente à transmissão do capital econômico e de propriedade dos meios de produção.

Dessa maneira, o aumento da demanda por ingresso na Escola Normal Nossa Senhora da Assunção fez com que as freiras organizassem seletivos anuais. Nesse exame, os alunos que desejassem se matricular participavam de uma sabatina de perguntas orais de conhecimentos de Língua Portuguesa, Matemática e Conhecimentos Gerais.

Acerca do citado exame, *Nossa Senhora Aparecida*, ex-aluna da supracitada Escola Normal (2012) relata:

As freias diziam que o exame era porque não tinha vagas para todos e que gostavam de alunos que possuíssem fé e um conhecimento estabelecido e que não fossem trazer a queda na produtividade e qualidade do ensino. Participei porque vim de Pinheiro morar em Guimarães nos anos de 1950 e fiquei até 1962. Estudei e não trocava os ensinamentos das canadenses e a instrução de canto ministrada por elas por nada.

Os exames de ingresso eram frequentes nesta instituição, em consequência do aumento da procura, sendo que tais exames de seleção constituíam-se como mecanismos objetivos que permitia as classes dirigentes, conservar o monopólio das instituições escolares de maior prestígio (ainda que aparentemente tal monopólio seja colocado em jogo em cada geração). Tal monopólio se esconde sob a roupagem de procedimentos de seleção inteiramente democráticos (BOURDIEU, 1992). Estes critérios seriam o mérito e o talento, propalado no discurso da entrevistada, quando relata que as freiras buscavam a produtividade e a qualidade do ensino, além de preocupadas com os alunos que poderiam ingressar na Escola Normal e fazer declinar a eficiência da Instituição.

Esse conjunto de normas para julgamento dos aptos e inaptos a adentrarem na escola convertia-se nos ideais do sistema, os membros eliminados e os membros eleitos das classes dominadas, estes últimos, os *milagrosos* levados em consideração pela exceção que constitui a melhor garantia de democracia escolar. (FREITAG, 2009)

As famílias dos estudantes matriculados eram solicitadas a entregar seus filhos para o padroado, pois esta era uma das motivações localizadas no cerne do trabalho missionário. Muitos pais aceitavam a solicitação dos religiosos na

perspectiva de tirar suas famílias da pobreza. Estes tinham a possibilidade de morar na Casa Paroquial e mais adiante no Patronato São José.

Acerca dessa questão, a professora *Cuba* (2012) relata:

[...] Me arrependo muito quando os padres pediram meu filho para ser padre e eu não insisti. Irmã Anita conversou comigo, eu aceitei, mas não insisti. Ele foi aluno do Instituto e fez lá até o Normal. Hoje teria um padre na família.

O internato São José e o internato feminino Nossa Senhora da Assunção contribuíram de forma proeminente com a evidência e aumento da procura de vaga na escola. Os internatos foram organizados pelos padres e freiras da Missão Canadense, principalmente para abrigar os alunos e alunas que não tinham condições de voltar para suas cidades.

Segundo *Santo Antonio*, ex-interno do São José (2012), muitos pais resistiam a enviarem seus filhos ao internato e estes se hospedavam em casas de parentes e amigos da família que, através de trocas de favores ou simplesmente amizade, “[...] abrigavam os alunos oriundos de outras cidades, sendo que muitas vezes adotavam-os como membros da família [...]”, no entanto, em alguns casos, eram obrigados a trabalharem nas casas dos tutores e padrinhos, desenvolvendo trabalhos domésticos.

Foto 15 – Prédio aonde funcionou o Primeiro Internato Masculino São José<sup>13</sup>



Fonte: O Vimarense, 2009.

<sup>13</sup> Neste prédio atualmente funciona a Casa Paroquial.

Neste prédio funcionou o Internato Masculino. Arquitetura em estilo colonial pertenceu a Arthur Coelho de Souza, o primeiro prefeito eleito do Município. Construído no período áureo da produção de cana-de-açúcar, possui espaço interno revestido de azulejos portugueses. Com quartos amplos e arejados, ficava de costas para o mar da baía de Cumã. Mais adiante, o internato foi instalado na Vila Gem.

No que concerne ao internato feminino, este funcionou no Convento das Irmãs de Assunção (Foto 7). A casa também atendia principalmente a meninas advindas da zona rural de Guimarães e também de outros municípios. Sua forma de organização e funcionamento não variava muito em relação do internato masculino.

As alunas residentes obedeciam às regras de seu Regimento Interno, sendo que ambas as instituições possuíam presidência composta de presidente e vice-presidente eleitos por votação em assembleia. Os moradores eram obrigados a seguir um conjunto de regras rígidas, “[...] porque era a formação como ideia de alguns, muitos desses jovens saíam catequistas ou padres e freiras” (*SANTA LÚCIA*, 2012). “As meninas, se não fossem freiras, mas poderiam seguir essa ideia de formar boa mãe de família ou boa professora e as casas que os abrigava deveriam zelar pelo respeito” (*CUBA*, 2012).

A Escola Normal Nossa Senhora da Assunção era mantida juntamente com a Escola Paroquial São José pelas verbas que a missão conseguia das paróquias do Canadá, da França, de recursos que chegavam da Itália e de assistências parcas e insuficientes recebidas pela LBA (Legião Brasileira de Assistência)<sup>14</sup>. Havia cobrança de mensalidade dos alunos que podiam pagar e existiam bolsistas que eram os pertencentes ao internato.

Muitos desses bolsistas vinham de outras paróquias e eram mantidos pela Missão. Esta recebia também as verbas do governo federal, das quais eram prestadas contas no final de cada ano. Os educandos que moravam no internato também iam para suas comunidades em férias, e ao retornar “[...] traziam umas coisas das casas para convivência e manutenção.” (*NOSSA SENHORA APARECIDA*, 2012).

Àqueles educados que eram hóspedes dos internatos masculino e feminino era obrigatória sua participação ativa no projeto social desenvolvido pela Missão. Além de assistirem às aulas da Escola Normal (em sua maioria no turno noturno),

---

<sup>14</sup> Instituição que financiava através de entidades governamentais ações de filantropia desenvolvidas pelas comunidades católicas de base.

auxiliavam em trabalhos sociais mantidos pelos religiosos. Estes internos, juntamente com os padres e freiras, criaram grupos de estudos da Bíblia, de catequese, sendo que, após estas participações em aprofundamento no evangelho, partiam para o social, “[...] abrindo estradas, limpando igarapé, fazendo capelas, organizando missas, porque não era tão fácil padre celebrar uma missa” (SÃO REGIS, 2012)

Esse trabalho voluntário envolvia não somente os alunos internos da Escola Normal mas todos os demais que, imbuídos do paradigma do protagonismo católico juvenil, interessavam-se pela atuação junto às comunidades.

Tal modelo de trabalho social foi importado do Canadá e dos Estados Unidos. Este era constituído de um conjunto de ações denominadas *Aliança para o Progresso*. Estas definiam que a juventude católica deveria ser engajada e participativa, principalmente junto a comunidades pobres, além de interessada pelas questões sociais. (KADT, 2007)

A dificuldade na manutenção dos filhos na Escola Normal não se resumia apenas ao pagamento de mensalidades, mas os pais teriam que esforçar-se para comprar os livros didáticos vendidos pela Congregação. Os fardamentos também não eram tão acessíveis e o “[...] material didático era comprado ou em Pinheiro ou em São Luís, pois aqui não tínhamos lojas deste gênero.” (CUBA, 2012).

Estas visíveis dificuldades enfrentadas pelos pais faziam com que os professores constantemente chamassem à atenção dos alunos sobre a conservação dos livros e material didático que poderiam no ano posterior servir aos novos alunos que fossem ingressar na escola.

O quadro funcional do estabelecimento era constituído de freiras da congregação canadense, professores contratados advindos de outros municípios e docentes oriundos de Guimarães, distribuídos entre funções pedagógicas e administrativas.

As ações de organização e funcionamento eram centralizadas na Direção, que se preocupava com os aspectos financeiros, gerenciais, pedagógicos e didáticos, prevalecendo sua autoridade e vigilância para o cumprimento dos serviços escolares, zelando também para que fossem atendidos os dispositivos de controle da ordem vigente no país.

Nos anos de 1959 a 1965, a Escola Normal de Guimarães possuiu três diretoras, que foram as seguintes: Irmã Maria Assunta (1959-1962), Irmã Colete

Ducharme (1962-1964) e Irmã Marieta Millot (1964-1965). Deduz-se que a dedicação e perseverança dos funcionários e religiosos, além da forma de organização da escola, trouxeram imediata evidência as suas ações na região.

Ilustração – Primeiras Diretoras da Escola Normal. Da esquerda para a direita: Irmã Maria Assunta, Irmã Colete Ducharme e Irmã Marieta Millot. Através de Bico-de-pena do vimarense Tony Cristiano



Fonte: O Vimarense, 2009.

A direção também possuía a atribuição de fiscalizar se os professores e funcionários obedeciam a ordens expressas para o atendimento aos horários e o planejamento de suas ações. Estes profissionais deveriam servir de referência para os futuros docentes em formação e com isso eram cobrados para que a conduta fosse ilibada dentro e fora do ambiente escolar.

No que tange a estrutura curricular da citada Escola Normal, esta se constituía de núcleo comum e núcleo diversificado, distribuídos nas 9 matérias dispostas nas 3 séries que formavam o curso. As referidas disciplinas, para cada ano, atingiam um total de 800 horas/aula anuais cada uma com duração de 50 minutos, com intervalo de 10 minutos para o recreio. As aulas iniciavam-se às 18:30 h e terminavam às 22:00 h. (REGIMENTO INTERNO DA ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO, 1959).

O desenho curricular era preparado com certa flexibilidade, estruturado de acordo com os ideais da ordem católica e as exigências da sociedade brasileira

daquele momento histórico. Assim, o programa das disciplinas em vigência de 1959 a 1965 foi distribuído obedecendo a diretrizes nacionais da época.

Estas diretrizes baseadas na concepção *escolanovista* impunham ao currículo um processo maior de pragmatismo e contextualização sociocultural, prevalecendo a postura de um professor capaz de levar os alunos a agirem sobre os objetos da realidade.

Foto 16 – Alunas da Escola Nossa Senhora da Assunção, em aulas de Educação Artística. Aula ministrada por religiosa da Missão Canadense de Nicolet em 1959. Ao fundo, veem-se as estudantes Kátia Cuba, Tâmara Schalcher, Rosa Schalcher e Lúcia Ramos



Fonte: Arquivo Carmelita Cuba.

Nesse contexto, visualizamos na imagem acima uma docente e algumas alunas em aula de Educação Artística. Esta disciplina era realizada em um ateliê em que as atividades práticas prevaleciam.

Este currículo também valorizava, dentre outras questões, a dimensão religiosa a partir do contato de alunos e funcionários da escola com as festividades da igreja e a devoção cultivada por Nossa Senhora de Assunção e São José, patronos e padrinhos da Instituição. Nestas festividades, “[...] todos os alunos tinham a obrigação de participar. Era inconcebível um futuro professor que não aprendesse a cultivar Deus e os nossos patronos divinos”. (*NOSSA SENHORA APARECIDA*, 2012)

As práticas higienistas também faziam parte do currículo através da disciplina *Puericultura e Higiene* que difundiam aos futuros docentes hábitos de higiene e

limpeza voltados à primeira infância. Essa preocupação era tão frequente que as alunas e os alunos da Escola Normal eram “[...] ensinados na melhor maneira do banho e a limpeza”, (SÃO REGIS, 2012). Esse aspecto seguia o conjunto de orientações do Ministério da Educação e Saúde e sua exigência ao cumprimento do ideário higienista (TOBIAS, 2009).

Uma inovação adotada foi a inclusão do Francês enquanto Língua Estrangeira obrigatória, sendo consequência de esta ser a língua materna dos Canadenses e da dificuldade de haver professores de Língua Inglesa. Era ministrada pela Irmã Colete Ducharme, que através de técnicas já modernas de conversação atraía os futuros docentes ao apreço à língua francesa.

Em 1961, foram implantadas as aulas práticas de docência. Tal ação era coordenada pela Irmã Adélia, que planejava e orientava sistematicamente cada futuro normalista na organização de aulas experimentais. Para isso, criou-se um campo de ação denominado *Jardim de Infância Anjo da Guarda*<sup>15</sup>.

A imagem abaixo apresenta o prédio do citado jardim, em que as citadas aulas de Prática de docência ocorriam. Tais aulas tratavam de estágio e experimentações didáticas. A escola oferecia, na periferia da cidade, a oportunidade de acesso ao saber à primeira infância. As condições do espaço eram improvisadas, mas davam aos estudantes da Escola Normal a primeira experiência de docência diminuindo a distância entre a teoria e prática.

Foto 17 – Jardim de Infância Anjo da Guarda dirigido pela Irmã Maria Adélia



Fonte: Arquivo Carmelita Cuba, 1961.

<sup>15</sup> Apesar das maiores tentativas, não conseguimos muitas informações sobre este estabelecimento.

Também faziam parte das práticas educativas desta instituição as festividades cívicas e religiosas sendo discutidas como estratégia para futuros docentes que precisavam aprender como ensinar e difundir esses momentos e datas com seus futuros alunos.

As festas escolares são estratégias da *cultura escolar* que existem na perspectiva da construção de condutas a serem inculcadas através de normas que definem conhecimentos a ensinar. Essas normas e práticas devem ser analisadas levando em consideração os agentes que obedecem ou são chamados e determinados a obedecer tais ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos facilitadores da aplicabilidade nada perceptível destes fundamentos (DOMINIQUE JULIA, 2001).

As datas comemorativas e momentos das festividades católicas eram de fundamental importância para a legitimidade da instituição frente à sociedade. Visto que oportunizavam uma relação direta com a comunidade vimarense, que participava ativamente “[...] dos desfiles cívicos, da festa de Mãe Maria, do dia do professor, da exposição na Praça Luis Domingues em comemoração ao Natal, da Páscoa na Igreja São José, de datas oficiais e extraoficiais criadas pela escola.” (SÃO GUILHERME, 2012).

A participação dos alunos da Escola Normal no desfile de 7 de setembro é lembrada por *Santa Rita de Cássia* (2012), ex-aluna da Escola Normal.

Tínhamos muito pouco nessa época, mas no dia do desfile nos arrumávamos bastante para essa data. Acordávamos cedo para assistir o Dr. Urbano Santos e depois íamos nos preparar para nosso desfile. Senti muita emoção no ano em que fui convidada a carregar a bandeira do Canadá.

Os desfiles não só faziam parte da vida social que unia escola e sociedade, mas transmitiam formas de ser, pensar e agir que, ao serem incorporadas, interferiram nas representações dos indivíduos. Como exemplo, temos o caso da bandeira do Canadá relatado pela ex-aluna, pois sua presença no desfile selava o laço que tornava legítima a contribuição deste país na melhoria das condições de vida de Guimarães. Com isso, transmitiam valores nacionais e saberes identitários que, ao serem apropriados, eram transformados em práticas distintas (CHARTIER, 1996).

Os alunos saíam em marcha pela Rua Dias Vieira, acompanhados da banda, percorrendo a praça principal. Juntamente com os professores eram organizados em

filas em que aqueles que possuíam estatura mais baixa vinham atrás e os mais altos na frente, transmitindo uma forma de distinção por atributos físicos. (PARADA, 2009)

O respeito à escola e a demonstração do sentimento de pertencimento ao grupo seletivo de futuros educadores que possuíam missão social estavam presentes no semblante de seu número expressivo de futuros e futuras normalistas.

No ano de 1961, foi reformulado o Regimento da Escola Normal e inserido em um documento único para esta e para a Escola Paroquial São José, visto que estas escolas unidas formavam um Instituto. Este Regimento tinha a finalidade de organizar as normas e rotinas escolares, constituindo-se de: 01. Finalidades, Visão e Missão; 02. Organização e Funcionamento; 03. Direção e Administração Geral do Instituto; 04. Serviços; 05. Tesouraria; 06. Estruturação e Arquivo; 07. Direitos e Deveres dos Alunos; 08. Direitos e Deveres dos Docentes; 09. Apoio Pedagógico; 10. Vida e Rotina Escolar; 11. Sanções e Regras; 12. Parcerias; 13. Ingresso e Permanência; 14. Bolsistas Internos.

Foto 18 – A primeira turma de formandos da Escola Normal Nossa Senhora da Assunção, tendo ao centro as Irmãs Colette Ducharme e Maria Assunta entre os alunos - da esquerda para a direita - Janilson, Antônio Luiz, Joamir, Haroldo, Evilton, Diquinho e Raimundo Lima, dentre outros



Fonte: Arquivo INESA, 1961.

A fotografia acima traz a primeira turma de formandos juntamente com as irmãs que dirigiam a Escola Normal. Na foto aparecem apenas alunos do sexo masculino que na oportunidade solicitaram uma fotografia separada das alunas,

apresentando traje de gala explicitando o capital cultural objetivado em cada um (BOURDIEU, 1992).

Era comum o envio de formandos e recém-formados para vivência de ações educacionais com “[...] populações e grupos marginalizados e distantes da palavra de Deus [...]” (REGIMENTO INTERNO DA MISSÃO CATOLICA DE NICOLLET, 1961). Nesta direção, relata o ex-aluno *São Guilherme* (2012) que formou-se na Escola Normal e foi enviado no último ano ao presídio de Alcântara pelos padres e freiras da Congregação.

[...] era aluno do Normal em formação [...] eu um rapazinho entre os presos do Maranhão que era a coisa mais perigosa que tinha, mas como eu tinha dito para os padres e freiras que eu queria ser padre, para provar minha vocação me enviaram lá para as ralés.

Esse depoimento retrata o ponto de convergência presente no Regimento Interno da Missão de Nicollet que visava à instrução, mas, sobretudo, a formação humana, do caráter, do sentimento solidário, da fé e da vontade de divulgar o que aprendeu, unindo a fé católica e a formação de sujeitos exigidos pela sociedade em expansão.

Os recém-formados também eram enviados para missões em comunidades negras vistas como violentas e pouco adeptas ao diálogo. Assim era a comunidade de Damásio, uma comunidade negra rural de Guimarães à qual a missão dedicou grande atenção pela grande expressividade das religiões afro - vistas como *demoníacas* pelos religiosos - e a quantidade de crianças sem nenhuma instrumentação em primeiras letras por nunca terem frequentado a escola.

Observe-se o discurso de *Santa Regina*, outra ex-aluna da Escola Normal (2012, grifo nosso), que de forma emblemática expõe tal intenção:

Fui a primeira professora de Damásio. O quê que fazia? Terminei o curso normal, com a missão Canadense em 1960. [...] Ganhei um filho quando era jovem. Para levar meu filho para Damásio levava ele a pé no cofo. Eu morava em Guimarães na sede. Para medir o grau de força da formação da missão. Fui enviada para Damásio e as freiras disseram. “**Se arranje com seu filho**”. Mas eu tinha 20 anos quando me formei normalista e era minha função trabalhar e educar aonde quer que fosse. Eu tinha todo aquele cerimonial: botava o menino no cofo e ia pra lá. Nem todo dia eu voltava.

Essa passagem traduz o ideal de propagação que via nas normalistas a garantia de seguirem o juramento de melhorar a vida do povo através da educação, expandindo os domínios da Igreja Católica àqueles lugares vistos como difíceis e atrasados pela ausência de outras possibilidades de culto que não fossem o catolicismo. Os docentes, quando enviados às comunidades, implantavam escolas e

aulas de catequese, muitas funcionando em barracões insalubres, mas cumprindo a dupla missão de educar e catequizar.

Um aspecto interessante é que o diploma da Escola Normal tornava legítimo o capital escolar diferenciado através do capital cultural institucionalizado (BOURDIEU, 1992). Diplomados como professores estes delegavam a instituição escolar, a força de impor privilégios e poder de forma cada vez mais firme. Segundo Nogueira (2011), os novos mecanismos culturais e escolares de transmissão viriam apenas reforçar ou substituir os mecanismos tradicionais.

Nesta perspectiva, apresentamos a fotografia 19 com os formandos da segunda turma (1962), juntamente com as freiras Irmã Collet e Irmã Maria Assunta. Os referidos formandos apresentam o entusiasmo no momento da cerimônia, pois sabiam que o diploma de normalista os favorecia a conseguirem empregos e melhorarem de vida, visto a pobreza de muitas das famílias à qual pertenciam. Portanto, formar-se em professor naquela desfavorável realidade era adentrar ao cerne daqueles que pertenceriam a um grupo seletivo de intelectuais detentores de um saber específico (NOGUEIRA, 2011).

Foto 19 – A segunda turma formada da Escola Normal Nossa Senhora da Assunção



Fonte: Arquivo Casa Paroquial, 1962.

A turma acima era constituída por 21 alunos diplomados, sendo que muitos deles se tornaram importantes educadores e ocuparam imponentes cargos na educação vimarense. Muitos cumpriram a missão de “[...] formar gerações e garantir

a elas a robusteza de aprender os conhecimentos da ciência, tornando-as seres benevolentes e servidores da sociedade” (CARDOSO, 2012).

Na cerimônia de formatura, a escola recebia pessoas não somente da comunidade, mas muitos ex-alunos e pessoas oriundas do Canadá, que assistiam à premiação em que os estudantes que obtinham os melhores resultados recebiam medalhas de honra ao mérito e eram parabenizados.

O prédio para funcionamento do Instituto Nossa Senhora da Assunção<sup>16</sup> foi construído pela comunidade e inaugurado em 1962. A partir daí teriam um único espaço para funcionamento da Escola Normal, da Escola Paroquial e do Ginásio Nossa Senhora da Assunção, visto os padres terem a intenção de desenvolver na Vila Gem projetos de formação profissional e de expansão do número de seminaristas.

O momento da inauguração foi fortemente abraçado pelo povo daquela cidade e representou a expressão do projeto dos canadenses frente ao próximo passo, que seria, a criação do Ginásio, objeto de nossa seção posterior.

Através das ações educacionais desenvolvidas na Escola Normal Nossa Senhora da Assunção, detectamos que esta oferecia uma formação educacional mesclando ideário católico e as exigências dos saberes da profissionalização da época. A mesma reproduziu, através de seus sujeitos, estruturação física e pedagógica, intencionalidades que buscavam o fortalecimento do catolicismo com foco na formação do docente para a escola e para a catequização.

A proposta de criação do curso ginásial era imbuída da necessidade de inserir a juventude vimarense num protagonismo tão propalado pelos antecedentes do Concílio Vaticano II e do ideário da *Igreja do Povo de Deus*, garantindo também às classes populares o acesso ao capital cultural anteriormente apropriado somente pelas classes economicamente mais abastadas.

### **3.3. O Ginásio Vimarense e a atuação da Igreja Católica na formação da mocidade**

Ao pensarmos a realidade brasileira da segunda metade do século XX, principalmente na década de 1960, observamos o direcionamento das Políticas Econômicas de forma aligeirada para o capitalismo monopolista. Esse processo caracteriza-se pelo crescimento de determinados setores ligados à economia, que

---

<sup>16</sup> O novo local foi estabelecido à Rua Emilio Habib, Centro

graças a medidas fiscais, cambias e monetárias, atingem posição de destaque no cenário brasileiro e mundial. (NORONHA, 1996)

O desenvolvimento nesta perspectiva abandona ações meramente clientelistas e passa a centrar o discurso estatal na ideologia do progresso, concebido como instrumento capaz de gerar prosperidade para todos em curto prazo de tempo.

Esta ideologia desenvolvimentista levou, pois, a um incremento no setor econômico, implantando assim o processo de internacionalização da economia, diminuindo a intervenção do Estado nesse campo, que apenas seria concebido como um regulador do processo econômico.

Nesta época, o cenário político é assinalado pela posse de Jânio Quadros (1961) e sua renúncia no mesmo ano, em que as forças sociais, políticas e econômicas constituíram-se de forma marginalizada e conflituosa, problemas que foram resolvidos pela implantação do parlamentarismo no país. Não combinava desenvolvimento e a presença expressiva de analfabetos, e dessa forma foram implantadas reformas que visavam à redução do analfabetismo entre a população maior de 15 anos.

Junto a estas medidas de planificação da educação, surge a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, decretada após mais de uma década de discussões. Nela estavam claros os princípios de descentralização e o favorecimento ao ensino particular, colocando a necessidade urgente de expansão das oportunidades educacionais.

Outra relevante medida foi a instalação, em 1962, do CFE (Conselho Federal de Educação), bem como a aprovação do Plano Nacional de Educação, refletindo a preocupação de João Goulart, o então presidente, com a educação e a cultura já propalada pelos movimentos sociais. Sobre as mudanças introduzidas neste período, Romanelli (2010, p. 123, grifo nosso) alude:

No sistema educacional do país, foram introduzidas mudanças significativas entre os anos de 1940 a 1960 que contribuíram para sua reorganização. Tal manifestação se iniciou com a criação das leis orgânicas do ensino, também conhecidos como *Reforma Capanema*.

O objetivo de tais medidas, resumidas em seis decretos-lei, era regulamentar os ensinos primário, secundário, industrial, comercial, normal e agrícola (COSTA, 2012). Com isso, estabelecia-se na política nacional de educação um processo de dualização da escola: uma destinada para a elite social e

econômica, outra para as classes populares, sendo que os primeiros teriam acesso aos conhecimentos dos cursos ginásial e colegial e os segundos, aos cursos profissionalizantes.

Acompanhando tal ideário, o Ensino Secundário (mesmo dualista), de acordo com a Reforma Capanema, objetivava a unidade entre as dimensões humanística, intelectual e personalista, servindo a base para futuros estudos. Por isso havia dois tipos de escolas: os Ginásios, que ministravam o primeiro ciclo, e o Colegial, que oferecia simultaneamente o primeiro e o segundo ciclos. (SAVIANI, 2004).

Assim, de acordo com Silva (1969, p.13), a educação secundária significava “[...] a fase do processo educativo que corresponde à adolescência, ou que se superpõe a educação primária ou elementar. Seria a educação da adolescência, assim como a educação primária é da criança”.

Este nível de ensino, segundo a Lei orgânica de 1942, desempenhava o papel de “[...] formar a personalidade integral do adolescente, desenvolvendo a consciência patriótica e humanista, propiciando-lhe a cultura geral, como base para estudos superiores” (ABREU, 2005, p. 40). Além disso, intencionava formar uma classe média inspirada em ideias liberais e pronta a agir como elemento assimilador na consolidação da democracia do país.

O curso Ginásial correspondia ao primeiro ciclo do ensino secundário, destinado, principalmente, a suprir os anseios de uma classe média urbana em ascensão social, que almejava os estudos superiores.

Este sofreu com a insuficiência de um planejamento e uma Política de Estado de ampliação das ofertas educacionais, cabendo em plena década de 1960 a participação da iniciativa privada. Com essa abertura, a Igreja Católica recebeu grande apoio do poder público, que via na referida instituição uma parceria no projeto desenvolvimentista em voga. (NUNES, 1979).

A partir disso, surgem no cenário educacional novos sujeitos representados por setores progressistas católicos, intelectuais, estudantes e artistas envolvidos em diversos movimentos de educação, como melhoria da vida da população sofrida do país. (PAIVA e RATTNER, 1985).

Enfatizamos que nesse itinerário os Estados Unidos encontravam-se na liderança e o mundo ocidental situava-se no auge da Guerra Fria, com o comunismo assustando os países, principalmente os subdesenvolvidos, pois tinham medo que os pobres aderissem às ideias comunistas.

Em busca de alternativa para tal problemática, várias iniciativas voltadas ao campo social foram postas em prática e a Igreja utilizou padres, freiras e leigos para tais ações. Estes religiosos participavam ativamente e incentivavam a criação de instituições filantrópicas, como também a inclusão da comunidade em campanhas assistenciais e educacionais, principalmente através da criação de ginásios. (SAVIANI, 2004)

O ingresso da Igreja Católica na educação da juventude antecede a segunda metade do século XX, visto as *representações* (CHARTIER, 1996) da instituição perante a sociedade devessem ser ressignificadas e a escola secundarista ser o espaço escolhido para o fortalecimento da sua doutrina.

Este processo de fortalecimento da Igreja foi promovido também pelo apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e pela emergência da nova configuração teológico-social do catolicismo que, em consonância com o discurso desenvolvimentista e as leis educacionais em vigor, adentra ao Ensino Secundário através da criação de Ginásios em todo o território nacional. Tudo isso ocorre através das ações de congregações religiosas que difundiam a necessidade de ação missionária frente a seus fiéis juvenis, mantendo muitos desses estabelecimentos de ensino.

Estes educandários de *ensino da juventude* promoveram a expansão das escolas ginasiais confessionais católicas. Vale lembrar que desde o advento da Primeira República começou o crescimento paulatino do número dessas escolas, constituindo-se como estratégia do episcopado para acelerar o processo de romanização da Igreja no Brasil.

Nesse momento histórico, o esforço da Igreja no campo educacional obteve êxito, sendo que cerca de 80% dos estudantes secundários do país encontravam-se matriculados em escolas particulares, em sua maioria pertencentes a esta instituição. De acordo com Moura (2000, p. 9), neste período “[...] havia poucas escolas primárias particulares em relação ao expressivo quantitativo de 700 escolas secundárias, sendo a maioria constituída de confessionais católicas”.

No estado do Maranhão, o Ensino Secundário foi implantado a partir do Liceu Maranhense no período imperial. Este estabelecimento tinha como objetivo intervir na organização social, efetivando uma educação escolar desvinculada do processo produtivo.

Segundo Ribeiro (2006, p. 76):

O Liceu Maranhense, no tempo de sua implantação, conseguiu educar poucos afortunados, ficando dessa forma o Ensino Secundário público quase inacessível à grande parte da população, por ser analfabeta ou não permitir condições ao ingresso que se fazia pelo pagamento de taxas, determinadas para cada aluno.

Essa desigualdade adentra a primeira metade do século XX, em que existia uma distribuição desigual pelo Estado de estabelecimentos de ensino secundário. Os existentes estavam centralizados na capital, São Luís: Liceu Maranhense, Escola Normal do Estado, Ginásio São Francisco de Paulo, Colégio Santa Tereza, Colégio São Luís, Ginásio Rosa Castro e o Ginásio Ateneu Teixeira Mendes.

Na Baixada Maranhense o ensino secundário surge inicialmente na cidade de Pinheiro na segunda metade do século XX, especificamente no ano de 1953. O *Ginásio Pinheirense* era administrado pelos Missionários do Sagrado Coração de Jesus. A implantação deste deu à Pinheiro o reconhecimento no cenário educacional do status de referência no Ensino Secundário na Baixada Maranhense. (COSTA, 2012).

Já em Guimarães, a criação da Escola Secundária data de 1962 e deve-se à iniciativa da Congregação Católica Canadense Irmãos de Nicolle, que planejou estrategicamente a criação do Ginásio Vimarense após a reorganização da Escola Paroquial e da implantação da Escola Normal.

Neste momento histórico, o cenário educacional do município de Guimarães era de 10 escolas primárias, um Grupo Escolar, uma Escola Paroquial e uma Escola Normal. No entanto, os alunos que saíam do curso primário e que possuíam condições deslocavam-se para São Luís, “[...] e aqueles que não possuíam, paravam no primário ou iam para o campo para trabalhar ou transformarem-se em pescadores” (SÃO GUILHERME, 2012).

A ausência de estabelecimentos de ensino secundário na cidade e a vontade popular de instalação de tal escola uniram-se ao projeto social e educacional dos Nicolle. Tal projeto visava ao atendimento não somente aos filhos de Guimarães mas a todos os municípios circunvizinhos e a todo o Estado. Assim, o Ginásio continuava com o regime de internato destinado àqueles que vinham de lugares distantes e de outras paróquias.

A iniciativa trouxe novos ares à dinâmica educacional do município, introduzindo certa estabilidade às famílias vimarenses que não precisavam mais

enviar seus filhos para a capital do Estado, ou mesmo para Pinheiro, que era o município mais desenvolvido da região.

Toda a sociedade de Guimarães se empenhou para que o sonho de ter um ginásio fosse realizado, incluindo as autoridades locais, pais, religiosos e pessoas de influência econômica e política que já conheciam o trabalho da congregação.

Tal implantação colocava novamente Guimarães no certame dos municípios que possuíam uma educação de qualidade e o mesmo atraía pessoas de toda a região, visto que a cidade voltava a carregar o discurso de ser um *lócus* de efervescência cultural e elevação intelectual da mocidade. (OLIVEIRA, 2000).

As reminiscências de memória do pai de ex-aluno, abaixo, refletem este posicionamento:

Os canadenses foram muito felizes ao trazerem o ginásio para cá. Guimarães voltava a ser predileta na região. Meu filho estudou lá e o conhecimento que aprendeu dos estudos rígidos juntamente com as regras fez dele um homem de verdade e de direito, além de tê-lo preparado para fazer faculdade em São Paulo. (SÃO PEDRO, 2012)

Nas declarações acima percebemos a importância do referido Ginásio na História Educacional do município, destacando-se também o mérito do mesmo no que diz respeito à preparação dos alunos aos estudos superiores pelo grau de exigência na apropriação dos conteúdos, na disciplina e nos valores edificados.

O prédio onde funcionava a Escola Primária e a Escola Normal teve suas instalações aumentadas para a implantação do curso Ginásial e conseqüentemente transformou-se em Instituto Nossa Senhora da Assunção. O local ganhou novas salas de aula e foram reformados e adaptados alguns espaços para melhoria da convivência e acolhimento dos alunos. Estes, em sua maioria, já eram oriundos da Escola Paroquial.

Além de suas salas de aula (oito no total), possuía “[...] área para as aulas de ginástica e Educação Física, cantina, copa e refeitório, sala de direção, biblioteca, sala de professores, oratório e sala de reuniões. Estes espaços foram [...]” direcionados ao desenvolvimento das metas e estratégias “[...] planejadas pela instituição que tinha o objetivo de propalar uma educação integral unindo valores e conhecimentos historicamente construídos e que para isso deveria ter um espaço condizente”. (SANTA MARTA, 2012).

O modelo arquitetônico era pautado no estilo dos estabelecimentos vistos como modernos e com isso o Instituto onde o Ginásio estava instalado atendia ao padrão mínimo de funcionamento estipulado pelo Ministério da Educação e Cultura

(MEC), que impunha “[...] a padronização dos espaços que possuíssem Ensino Secundário, sendo um dos pré-requisitos para sua autorização de funcionamento”. (TOBIAS, 1996, p. 210).

Para isso, MEC publicou a Portaria nº 501, de 09 de maio de 1952, que determinava em seu artigo 128 a realização da inspeção dos estabelecimentos secundários para sua legalização e especialmente das instalações, pois somente através desse trâmite poderia ser obtida a validade do curso oferecido perante as instâncias e órgãos oficiais da Educação no Estado e em nível nacional (COSTA, 2012).

Inicialmente - após passarem pelas análises e averiguações do MEC -, a Divisão de Ensino Secundário (DESE) liberava por no mínimo dois anos o funcionamento do curso, ficando o mesmo sob a inspeção constante. Logo após nova avaliação favorável, poderia ter a autorização para o pleno funcionamento.

A primeira visita para vistoria da instituição ocorreu no mês de março de 1963, quando uma comissão composta por inspetores estaduais e também por inspetores do MEC averiguou em loco as condições administrativo-pedagógicas do instituto.

No relato do entrevistado e ex-funcionário, observa-se que esse momento movimentou o cotidiano do Instituto.

Veio a pedido dos padres e das irmanzinhas o Senhor Inspetor do MEC. Homem simpático e atencioso. Vestia-se de terno e gravata e sabe como é aqui no interior todo mundo veio vê-lo. Ele observava e analisava os documentos e a parte física da escola. Ficamos nervosos, mas eram procedimentos legais para termos o nosso ginásio aprovado. (CARDOSO, 2012)

Com o resultado da autorização, a população vimarense se organizou para os preparativos da festa em honra ao reconhecimento da escola que foi realizada no dia 15 de março de 1963. Essa festividade congregou intelectuais locais, educadores, políticos e população em geral.

A mencionada comemoração iniciou-se com uma alvorada de foguetes logo às 6 horas com a presença de padres canadenses e freiras, além dos funcionários, docentes, pais e alunos que “[...] em seguida foram até a Igreja de São José para assistirem a missa em homenagem àquele grande feito” (CARDOSO, 2012). Tiveram a presença do prefeito da época e autoridades da capital e da região. Após a missa, todos foram levados às novas instalações da escola para a inauguração da placa símbolo, a Imagem de Nossa Senhora da Assunção e o corte da faixa. Logo

em seguida, todos adentraram para conhecer o espaço também recém-reformado em que as gerações vimarenses iriam estudar.

Sobre este momento, uma das entrevistadas relata que:

A Banda desde cedo começou a ronda às ruas da cidade, principalmente a Luis Domingues, e descia para a ladeira da Igreja. Todo mundo estava empolgado e satisfeito com os canadenses. Eles realmente nos emocionaram com a força de vontade de melhorar a vida da gente e de nossos filhos e o Ginásio é a prova disso. A missa foi linda e o corte da faixa, a placa, a banda, a santa que foi inaugurada no pátio. Tudo perfeito. (CUBA, 2012)

Apos a aprovação e reconhecimento do curso Ginásial, muitos alunos de outras localidades se matricularam. Esse fato é explicado pela ausência de estabelecimentos de ensino na região e principalmente pela representação positiva do vimarense.

Quadro 8 – Quantitativo de alunos de turmas do Ginásio Vimarense (1962):

TURMAS	TURNOS	QUANTITATIVO DE ALUNOS
TURMA A	MATUTINO	128 alunos
TURMA B	VESPERTINO	103 alunos

Fonte: Arquivo INESA.

As representações favoráveis eram visualizadas em suas expressivas matrículas conquistadas pelo trabalho pedagógico das irmãs, visto como muito eficiente. Assim, para aperfeiçoamento e continuidade da tão propalada qualidade educacional do Ginásio de Guimarães, a Diretora da instituição, na época a professora Irmã Maria Assunta, montou um grupo de estudo e planejamento com base no Regimento Interno do Instituto.

Dessa forma, o Regimento trouxe novas orientações para a ação, constituindo-se enquanto “[...] instrumento de intervenção, produzindo agentes organizados, mesclando ordem social e moral pública”. (BURITY, 2001). O mesmo caracterizava-se por trazer um arsenal de normas, sanções e modelos ideais de conduta na perspectiva de produzir sujeitos de acordo com a moral exigida na época, demarcando e estabelecendo hierarquias, legitimando preceitos e conservando elementos necessários à ordem e ao bom funcionamento do estabelecimento.

O aludido documento era constituído das seguintes seções: 1. Identificação; 2. Missão e finalidades; 3. Organização e regras de funcionamento; 4. Direção; 5. Secretaria; 6. Aspectos financeiros; 7. Alunos; 8. Professores; 9. Funcionários e

colaboradores; 10. Sanções, regras e penalidades; 11. Rotina escolar; 12. Arquivo; 13. Filantropia.

Além de tudo isso, o documento fornecia informações sobre o acesso e permanência dos alunos, que envolvia fardamento e alimentação. O exame de admissão e os valores da mensalidade estavam explicitados no anexo denominado Informações Complementares.

Tais exames de admissão, ou provas de acesso ao Ginásio, ocorriam no mês de janeiro antes do início das aulas e obedeciam aos editais que eram lançados no mês de dezembro do ano anterior. No Regimento e no edital havia as regras de realização do exame de admissão, a data das provas e os conteúdos.

O quadro 9 apresenta as áreas e a quantidade de questões para o exame de admissão.

Quadro 9 – Exame de Admissão

ÁREA DE CONHECIMENTO	QUANTIDADE DE QUESTÕES
Conhecimentos gerais	10 questões
Cálculo	10 questões
Gramática	10 questões

Fonte: Arquivo INESA, 1962.

Segundo o Regimento Interno (1962), além das provas de múltipla escolha, era realizada uma sabatina de perguntas orais sobre questões de conduta, na perspectiva de admitir alunos que não desabonassem e desrespeitassem a imagem positiva que o estabelecimento já possuía.

Na visão de Costa (2012, p. 111) sobre a legislação do Ensino Secundário, os exames obedeciam à seguinte dinâmica:

Testes eram de três ordens: de admissão, de suficiência e de licença. O de admissão era obrigatório ao candidato que quisesse ingressar no ensino secundário. Ele fez parte da legislação educacional do país de 1931 a 1971 [...] que apresentaram além de regras gerais, período e forma dos exames, a documentação exigida para a inserção, o detalhamento dos conteúdos das provas e, inclusive, de correção.

Este exame, além de selecionar os alunos que estivessem *aptos* a matricularem-se no estabelecimento de ensino, funcionava como instrumento de distinção e legitimação da política de segregação, ocultado no discurso oficial, mas posto em prática nas escolas públicas, privadas e filantrópicas. (SAVIANI, 2004).

Segundo São Guilherme (2012), ex-professor do Ginásio Vimarense:

O exame de admissão deixava pais e alunos apreensivos. As provas não eram tão pesadas e exaustivas quanto a entrevista com os alunos e pais. As irmãs passavam dias formulando as questões de marcar e às vezes pegavam pesado com o nível das perguntas, mas insistiam mesmo era na entrevista.

Diferentemente de outros estabelecimentos que promoviam apenas o exame de admissão seguindo o padrão do governo federal no que tange à legislação dos estabelecimentos de ensino secundário, o Ginásio Vimarense voltava-se, além das questões conteúdistas, para as questões atitudinais dos futuros egressos, sobretudo aqueles que pleiteavam as bolsas de estudo. Este aspecto era de grande importância, pois se fazia necessário visualizar nos futuros alunos “[...] a questão do alinhamento dos sujeitos com os princípios doutrinários e para isso deveriam ser seguidores de princípios cristãos”. (*São Guilherme*, 2012)

Na visão de Bourdieu (1996, p. 311), os exames de admissão e seleção por provas e entrevistas refletem as hierarquias sociais, pois:

[...] ao fazer tudo isso, o sistema de ensino dissimula melhor e de maneira mais global do que qualquer outro mecanismo de legitimação [...] o aspecto arbitrário da delimitação efetiva de seu público, podendo assim impor de modo mais sutil a legitimação de seus produtos e de suas hierarquias.

Tais exames serviam também para a autoeliminação, a depreciação de si mesmo, a resignação ao fracasso e a exclusão, compreendidas na estimativa inconsciente das probabilidades objetivas de êxito viáveis para o conjunto das categorias sociais e condutas cobradas, sendo que a referida entrevista de admissão era o produto do sistema de disposições que ganharam destaque no mercado escolar (BOURDIEU, 2001). Esta conferia os produtos da educação familiar das diversas classes sociais das quais provinham os candidatos a vagas para o ginásio.

Seguindo os mesmos critérios, encontrava-se a concessão do diploma que também exigia a aprovação do aluno nos exames de suficiência de cada disciplina, tanto para efeito de promoção quanto para habilitação. O mesmo era constituído por provas parciais e finais, que ocorriam em sala de aula ao longo de todo o ano letivo, sendo que as provas eram aplicadas pelo regente de cada disciplina.

Os referidos exames obedeciam a um rígido cronograma, “[...] com uma chamada na última semana de junho e a segunda chamada na última de outubro ou primeira semana de novembro, dependendo da data de início do ano letivo. [...]” Este último era destinado “[...] aos alunos que não obtiveram bom aproveitamento ou que não compareciam à primeira chamada”. (*CUBA*, 2012)

Sobre as provas finais, *Cuba* (2012) ainda destaca:

Ocorriam nos meses de dezembro. Os professores da disciplina organizavam-se como se fossem assistir uma tese. Participavam apenas os alunos que tiveram nota superior a 4 ou que tivessem pelo menos 75% de participação das aulas.

Na mesma direção ocorria o exame de licença que oficializava o término dos estudos e acontecia também no mês de dezembro. Era realizado e inspecionado pela direção que averiguava também a conduta dos alunos como pré-requisito para sua consecução.

Estes, além de caráter seletivo e eliminatório, circunscreviam as normas para que os alunos ingressassem e permanecessem na instituição, assim como a concessão do diploma.

Dessa forma, os exames nada mais eram do que meios de medir a escolarização desenvolvida na escola primária e servia como processo de diferenciação, seleção, classificação e legitimação pela Política de Educação vigente. (ROMANELLI, 2010).

Outra questão relevante diz respeito à preservação da divisão sexista no Ginásio, pois esta era uma prerrogativa para melhor desempenho dos alunos. Pela manhã, somente os rapazes, e à tarde, as meninas. Essa divisão correspondia às necessidades também da realidade local, tendo em vista que:

Pela manhã as meninas ajudavam seus pais em casa com trabalhos domésticos e os rapazes faziam seus trabalhos de marcenaria e oficina à tarde na Vila Gem. Essa divisão correspondia à necessidade de auxílio do trabalho dos nossos filhos e filhas na contribuição da manutenção da família em seu trabalho. (*CUBA*, 2012).

Somente no ano de 1963 as turmas mistas foram criadas na instituição, onde a prática de coeducação recebeu autorização pelas instâncias federais desde a década de 1940. No entanto, a demora de tal implantação deu-se em virtude da presença de visões patriarcais construídas por uma *epistemologia machista* que se utilizava também dos mecanismos escolares para tal segregação.

O Ginásio também concedia bolsas de estudos para alunos pobres, “[...] que não eram discriminados nem por alunos e nem por docentes e funcionários”. (CARDOSO, 2012). A concessão de bolsas era uma determinação da Lei Orgânica de 1942, que em seu art. 90 obrigava as escolas que oferecessem curso ginásial à concessão de um percentual de vagas a alunos de famílias de classe popular e que possuíssem mais de um filho matriculado na instituição. (FORACCI, 1974).

Não é difícil entender o atendimento de tais demandas escolares da juventude oriunda dos segmentos populares, pois além de fazer parte dos objetivos dos Nicollet, esses missionários se baseavam em uma postura teológico-social que defendia a aproximação da Igreja com o povo, no sentido de solucionar seus problemas de exclusão social, educação, saúde e garantir a melhoria das condições de vida da população.

Outro determinante é que a direção do Ginásio tinha consciência que sem o auxílio de bolsas, sem o Internato e as instalações do convento para abrigar rapazes e moças, tornava-se inviável para as famílias, considerando o valor das mensalidades de CR\$ 130 (cento e trinta cruzeiros) em 10 meses, e se os alunos não pagassem, perderiam o direito a assistir às aulas (REGIMENTO INTERNO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DE ASSUNÇÃO, 1962).

As dificuldades das famílias não se situavam apenas nos gastos com as mensalidades, mas, sobretudo, com livros, fardamento e pequenas colaborações em datas comemorativas. Sobre tais despesas, *Santa Maria* (2012), mãe de ex-aluno, expõe:

Era difícil para mim manter minha filha [...]. A farda era cara e os livros a gente ia atrás de quem tinha eles usados do ano anterior para nos vender. Guimarães sempre foi pobre desde quando me entendo por gente e nós filhos dela herdamos sua pobreza. Estudar tornava-se muito difícil.

Para assistirem às aulas, os alunos deveriam ter o uniforme do dia a dia e o uniforme de ginástica. Este era constituído de bermuda de brim e camisa de tricoline branca. Homens no dia a dia vestiam calça, e as mulheres, saias de prega, e ambos, blusa de tergal de cor branca. A camisa possuía brasão com as iniciais INESA, referente ao Instituto Nossa Senhora de Assunção (*NOSSA SENHORA DE SANTANA*, 2013).

Foto 20 – Pelotão de estudantes do INESA. Relembra no desfile da Pátria a antiga farda de gala do Ginásio Vimarense



Fonte: O VIMARENSE. 2003.

Os fardamentos eram diariamente observados e fiscalizados pela inspetora da escola, que os exigia limpos e bem cuidados, além do corpo limpo, penteados discretos, todos asseados, “[...] imprimindo zelo e preocupação com as questões estéticas e higienistas ainda em evidência naquele momento histórico”. (NORONHA, 1996).

As professoras também usavam saias de pregas ou vestidos sem decotes e abaixo, no mínimo, dois palmos no joelho. Tanto professoras quanto alunas eram proibidas de usar pinturas no rosto e brincos ou ornamentos muito chamativos, pois segundo o Regimento Interno (1962, p. 24) “[...] os alunos e alunas do Instituto deviam ser exemplo de conduta para toda a população da região”.

A utilização do fardamento construía nos alunos, professores e funcionários o sentimento de fortalecimento do projeto hegemônico da Congregação, identificando-os como portadores de um *capital social* (BOURDIEU, 1996) robustecido pela representação de uma instituição conceituada e respeitada em toda a região. Assim, a exigência do fardamento obedecia à necessidade de padronização das formas de vestir, trazendo em seu arsenal simbólico normas, valores e intencionalidades. (PARADA, 2009).

No que tange à composição do quadro funcional da instituição, este era constituído por freiras e padres canadenses e pessoas da comunidade local, ex-alunos da Escola Normal e docentes advindos de outras paróquias.

A gestão do Ginásio era constituída de uma Diretoria que detinha domínio sobre as finanças da instituição, além de auxiliares administrativos. Deduz-se que nessa instituição o cerne da administração escolar era o diretor, que com uma autoridade controlava a organização e funcionamento do estabelecimento de ensino, garantindo o cumprimento de normas e sanções, fiscalizando o trabalho de funcionários e docentes, além de manter relação com a população local. Tudo isso tinha a finalidade de permitir o diálogo enquanto instrumento ideológico que tinha a função de impor representações do real, que poderiam orientar diferentes práticas, intra e extraescolares.

A referida instituição, no período de 1962 a 1965 possuiu duas diretoras que, juntamente com uma auxiliar de direção, revezavam-se entre os dois turnos. Somente a partir do retorno para o Canadá das Irmãs de Assunção em 1966 é que professoras e normalistas filhas de Guimarães e formados pela Escola Normal assumiram tais postos.

O corpo docente era composto em sua maioria por professores e professoras oriundos da Escola Normal Nossa Senhora de Assunção, portadores de Registro Profissional<sup>17</sup>. Aqueles que não possuíssem registro deveriam inscrever-se nas escolas de suficiência oferecidas pela Companhia de Aperfeiçoamento de Difusão de Ensino Secundário (CADES)<sup>18</sup>.

Este órgão tinha a finalidade de acompanhar a formação docente para o ensino ginásial na perspectiva de melhorar o desenvolvimento do curso secundário no país, respondendo às exigências sociais e educacionais daquele momento histórico, por meio de acordos com entidades públicas e privadas, oferecendo estudos, cursos e formações em serviço aos professores. (ROMANELLI, 2010)

Nesta ótica, Noronha (1996) afirma que o processo de formação de futuros professores e professoras já em serviço dava-se através da realização de cursos e intercâmbios, especializações e aperfeiçoamentos. Os docentes participavam com auxílio de bolsas de estudos tanto no país quanto no exterior, na tentativa de promover uma melhor qualificação técnico-pedagógica para aqueles que se

---

<sup>17</sup> Este registro era expedido pela Diretoria de Ensino Secundário e era uma exigência às escolas privadas por estas não possuírem concurso público. (COSTA, 2012).

<sup>18</sup> A CADES era uma ação governamental criada através do Decreto nº 34.638, de 17 de novembro de 1963, na gestão de Armando Hildebrandt, diretor de Ensino Secundário (1952–1954) no governo Vargas, estendendo-se de 1953 a 1971.

propunham a desenvolver ou que já desenvolviam suas atividades profissionais no Ensino Secundário.

A finalidade da CADES estendia-se para o processo de colaboração com instituições que ofereciam Ensino Secundário através de assistência técnica. Promoveu também estudos focados nesse nível de ensino, atendendo desde questões didático-metodológicas, curriculares e pedagógicos, elaborando material didático, além de investir em alunos pertencentes à classe popular e que não dispunham de recursos suficientes.

Foto 21 – O corpo docente do Ginásio em momento de Planejamento e Estudo<sup>19</sup>. Da esquerda para a direita: Denei, Paula, Franci, Evilton, Zenaide e Maria José, reunido com a sua diretora, Irmã Colette Ducharme



Fonte: Arquivo INESA, 1962.

Sobre o contato da CADES com os professores do Ginásio, a ex-aluna formada na Escola Normal e ex-professora do Ginásio Vimarense expõe:

Sempre nos era prometida a participação nas reciclagens oferecidas pela CADES, principalmente porque não nos sentíamos muito seguras em sermos professoras regentes. As freiras insistiam que estávamos preparadas, mas eu e minhas amigas nós precisávamos que a Campanha viesse a nos examinar. No ano de 1962 fomos enviadas para São Luís, para a cidade, para fazer um curso de Linguagem, Comunicação e Expressão. As aulas ocorreram no Barreto e no Liceu durante duas semanas. No final do curso, tivemos a sabatina com 2 professores formadores que não lembro os nomes, só lembro que era um casal. Fui aprovada [...] e até hoje temos credencial para ensinar Português e Gramática, mas já me aposentei desde 1989. (SANTA ANISIA, 2012)

<sup>19</sup> A fotografia apresenta momento de estudo e planejamento com professores do Ginásio, todos em uma mesa de discussão em que analisavam questões didático-pedagógicas da escola coordenadas por uma das diretoras da instituição, a irmã canadense Colette Ducharme.

O registro acima expressa a importância de cursos de formação de professores e reflete a rigidez aplicada para que os professores atingissem os pré-requisitos para recebimento do registro definitivo. Outro aspecto relevante é a centralização do atendimento de tais programas na capital São Luís, conferindo aos aprovados credencial para desenvolver suas atividades no Ensino Secundário.

As professoras, quando chegavam de cursos na capital do Estado, serviam de retransmissoras dos ensinamentos absorvidos nos encontros promovidos pela CADES ou mesmo naqueles oferecidos pelo Colégio Marista, que promovia e convidava algumas instituições confessionais situadas no interior do Estado.

Com isso, passou-se a organizar no interior da escola novas práticas de gestão pedagógica, de formação docente e de profissionais de serviço e apoio escolar, lançando uma jornada de combate às problemáticas educacionais tão comuns no cenário educacional brasileiro e consequentemente no Ginásio Vimarense.

Os programas escolares e as mudanças curriculares eram divulgados muitas vezes nestes encontros promovidos pela CADES ou quando um inspetor de ensino ou norma regulamentar chegava às escolas. O estudo destes programas e mudanças contribui para a apresentação de novos paradigmas à historiografia brasileira da educação, pois configura os saberes escolares no momento de sua proposição e “[...] seus diferentes sujeitos na tarefa disciplinadora, com seus jogos de interesses e as relações de poder estabelecidas nessa configuração” (MARTINS, 2003, p. 142).

Considerando o currículo partindo da ideia de Goodson, que o define como um “[...] curso a ser seguido, ou mais especificamente a ser apresentado” (GOODSON, 2001, p. 131), permite-se compreendê-lo como tudo aquilo que é ensinado, ou seja, um conjunto de disciplinas. Ainda nesta linha de raciocínio, compreende-se que ao estudar a composição de um currículo dentro de uma instituição educativa, é importante considerar os conteúdos a serem ensinados, bem como os interesses intra e extraescolares embutidos nos objetivos que permearam a composição do currículo.

Por conseguinte, o currículo escolar representa a organização das disciplinas escolares, bem como de seus conteúdos a serem trabalhados, sendo que essa organização faz parte de uma implicação de poder e interesses, transmitindo visões sociais particulares e interessadas e produz identidades individuais e sociais

particulares. Este não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada às formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação. (MOREIRA e SILVA, 2003)

Dessa forma, analisar o currículo do Ginásio Vimarense permitirá compreender as relações, os interesses e os objetivos nele inseridos, bem como a proposição dos fundamentos e princípios da Missão Católica de Nicolle no contexto desse currículo.

O currículo dessa instituição foi elaborado com base nas ideias presentes na legislação educacional brasileira, em especial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961, e seu dualismo estrutural que buscou articular o ensino propedêutico ao ensino profissional, estabelecendo a equivalência entre ambos, pois a lógica seletiva e classista da escola permanece a mesma.

Este estabelecimento confirma através de seus conteúdos ministrados a natureza e os fins da educação secundária. As suas práticas curriculares eram fiéis às propostas legislativas oficiais vigentes na época, garantindo, do ponto de vista legal, a distinção entre quem se preparava para o ensino superior e as outras modalidades de ensino (Industrial, Comercial, Normal, Agrícola), que preparavam para o mercado de trabalho.

Em relação às Leis de Ensino em vigor nessa época, em especial a Reforma Capanema, o Ginásio citado teve mais ligação com a Lei Orgânica do Ensino Secundário, o que se comprova com a preocupação em preparar para o curso superior. Por meio do currículo do Ginásio Vimarense podemos destacar que este - assim como os demais - é um território cultural, sujeito a disputa e interpretação (MOREIRA e SILVA, 2003) e, enquanto discurso,

[...] remete uns aos outros, se organizam em uma figura única, entram em convergência com instituições e práticas e carregam significados que podem ser comuns a toda uma época (FOUCAULT, 2010, p. 68).

Assim, o currículo do Ginásio era um “[...] espaço de aprendizagem daquilo que é necessário à propagação da obra de Deus e crescimento profissional e pessoal do alunado”. (REGIMENTO INTERNO DO INESA, 1962, p. 30).

Dessa forma, com base nas formulações de Foucault (2005), e deslocando sua perspectiva de análise para o contexto do currículo, entendemos que este, assim como os demais dispositivos disciplinares, transforma-se em um instrumento de administração e uma política do saber, seleções de poder que passam pelo saber

e que naturalmente quando se quer descrevê-las, remetem àquelas formas de dominação.

Pelo fato de ser uma instituição privada de ordem religiosa, a prioridade do ensino era direcionada aos valores morais, religiosos e cívicos. Dessa forma, a estrutura curricular desenvolvida obedece à articulação de saberes, objetivando a formação do caráter, o temor a Deus e à Pátria.

Quadro 10 – Relação de Disciplinas do Ginásio Vimarense, 1962.

<b>MATÉRIAS</b>
PORTUGUÊS
FRANCÊS
LATIM
INGLÊS
HISTÓRIA GERAL
HISTÓRIA DO BRASIL
GEOGRAFIA GERAL
GEOGRAFIA DO BRASIL
CIÊNCIAS
MATEMÁTICA
DESENHO
CANTO ORFEÔNICO
EDUCAÇÃO FÍSICA E GINÁSTICA
TRABALHOS MANUAIS

Fonte: INESA.

O quadro 10 nos mostra que a estrutura curricular do Ginásio Vimarense constituía-se de 14 matérias distribuídas nas quatro séries que formavam o curso. Interessante perceber que, diferente dos outros ginásios da região, a exemplo, o Ginásio Pinheirense, que possuíam disciplinas que eram desenvolvidas somente em algumas séries, no Ginásio supracitado todas as disciplinas ocorriam em todas as séries. As referidas matérias cumpriam um total de 24 horas/aula semanais que duravam de 45 a 55 minutos, com intervalo de 20 minutos para o recreio.

Nos primeiros anos, o Ginásio funcionou nos turnos matutino e vespertino, no entanto, a partir de 1965, somente à tarde, pois pela manhã frequentavam o prédio as crianças do primário.

O estudo de línguas recebia maior atenção por parte da direção do estabelecimento e tinha a finalidade de preparação para aqueles que desejassem chegar ao ensino superior, dando aos alunos o acesso à melhoria do seu repertório linguístico de caráter internacional. O Ginásio possuía laboratórios, salas especiais e uma biblioteca com uma seção específica de línguas.

O *canto orfeônico* também estava presente no desenho curricular do ginásial, baseado em concepções defendidas por Villa Lobos desde 1930, sendo que este foi o principal personagem no campo da música orfeônica e em torno dele e por sua iniciativa foram criados programas curriculares.

A inclusão do canto orfeônico no contexto escolar intentava renovar moralmente e civicamente as massas através da música, despertando o interesse da mocidade através do treino de hinos e cânticos, fortalecendo a dimensão intelectual dos alunos e o sentimento nacionalista (PARADA, 2009).

Coadunava com este propósito a disciplina *História*, pois incentivava a neutralidade dos alunos através da explicitação de conteúdos históricos não contextualizados, atendo-se apenas à memorização de fatos, nomes e datas vistas como *marcantes* pelo Estado autoritário em voga, na perspectiva de formar mentes disciplinadas e tementes à nação (CUBA, 2012).

Estes aspectos disciplinares também eram enfatizados nas aulas de *Educação Física*, no entanto mais direcionados à formação de subjetividades, onde a primazia da cautela, a vergonha e o pudor em relação ao corpo eram questões muito divulgadas pelos docentes junto aos alunos. Tais práticas tinham o objetivo de despertar na adolescência e na juventude o espírito de coesão nacional e a disciplina individual (PARADA, 2009).

Nessa perspectiva, o registro fotográfico 22 nos mostra as discentes do Ginásio em uma aula de *Educação Física e Ginástica*. Estas atividades eram realizadas juntamente com as freiras que também participavam ativamente dos jogos e brincadeiras.

Foto 22 – As Irmãs e as internas em aula de Educação Física e Ginástica.



Fonte: Arquivo INESA. 1964

As aulas de ginástica também intentavam trabalhar as questões voltadas à saúde física e o cuidado com o corpo, despertando hábitos de higiene e desconstruindo a apatia, a fadiga, os comportamentos ociosos e indolentes. (REGIMENTO INTERNO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO, 1962, p. 21).

No entanto, o que se percebe na referida foto é certa contradição em relação ao discurso do Regimento anteriormente evidenciado, pois o local em que as aulas eram ministradas em nada atendia às exigências, visto funcionarem em um pátio de chão batido com poucas condições para vivências de atividades físicas.

Antes das citadas atividades físicas, os professores transmitiam ensinamentos sobre princípios axiológicos com o intento de disseminar maneiras de ser, pensar e agir naquela clientela de alunos que deveriam “[...] seguir o ideal de Jesus e Maria Santíssima, personagens que regiam tais ensinamentos da Congregação” (CARDOSO, 2012).

Assim como ocorria em outros Ginásios de orientação confessional, as aulas de *Ensino Religioso ou Estudo da Bíblia* objetivavam responder às exigências de propagação dos signos, símbolos e representações do catolicismo enquanto instrumento ideológico de disseminação e influência da Igreja. (DALLABRIDA, 2007).

Esta matéria era de cunho obrigatório mesmo para aqueles adolescentes que não possuíam nenhum vínculo com a Igreja Católica. A mesma tinha a duração de duas horas/aula semanais, sempre nos primeiros horários de sexta-feira.

Segundo *São Lourenço*, ex-docente do Ginásio (2012), “[...] o Ensino religioso formava valores em uma juventude em mudanças”. Disciplinava-os sobre “[...] os cuidados com a onda de perversão que assolava a sociedade e chamava-os a participar da vida da Igreja”.

Assim, vê-se que as aulas de Educação Física e Ginástica, assim como as aulas de Ensino Religioso ou Estudo da Bíblia<sup>20</sup>, tinham como objetivo apresentar aos alunos os conteúdos atitudinais voltados ao sentimento de pertencimento à Nação e à Igreja Católica a partir da interpretação da Bíblia e seus preceitos cristãos. O Ensino dos fundamentos católicos e cívicos no universo curricular coloca

---

<sup>20</sup> O currículo do ginásio seguia as orientações oriundas do Colégio Pedro II.

a escola como a extensão das instituições macro-diretivas como a Igreja, o exército. (FOUCAULT, 2000).

O *ethos festivo* (MONTES, 2012) também encontrava espaço nas práticas educativas com seus rituais e ritos desenvolvidos no interior da escola. Um exemplo disso eram as *Paradas* da Semana da Pátria, onde os alunos desfilavam pelas ruas principais da cidade sempre apresentando os feitos e a importância da Congregação Canadense de Nicollet.

Nestes eventos, os alunos de *Educação Física* vinham à frente apresentando suas acrobacias e performances. Sempre com uniformes de ginástica, abriam o desfile com o civismo, juntamente com ícones religiosos e símbolos da Congregação apresentados em indumentárias e trajes.

Para rememorar esses fatos, *Cuba* (2012) afirma que “[...] era montado um palanque para as autoridades locais e da região que vinham prestigiar o evento”. Era também um aspecto relevante a “[...] participação da comunidade como espectadora do desfile e que absorve as representações e imagens da Congregação fortalecendo visões positivas sobre a mesma”.

Nessa perspectiva, *Parada* (2009) afirma que estas cerimônias cívicas não eram formas de desmobilização política das massas, sendo um tempo e espaço civilizador e de pacificação direcionados à população. A exibição pública de símbolos da Missão propagava suas intencionalidades e construía sentimentos comuns.

A primeira turma da instituição formou-se no ano de 1965, completando o ciclo definido pela Missão Canadense que, com a partida da maioria dos religiosos, passa a ser administrada por membros da comunidade católica local. Esta, a partir de então, inicia o processo de implantação também do curso colegial<sup>21</sup> - o científico, com 03 anos de duração -, passando a denominar-se de Colégio Nossa Senhora de Assunção.

---

<sup>21</sup> Também denominado de segundo ciclo do Ensino secundário, visto o primeiro ciclo ser de 5ª a 8ª séries.

Foto 23 – Ex-alunos da Primeira Turma do Ginásial. Encontro no Sítio Oásis, em São Luís, no ano de 1981



Fonte: O Vimaraense.

O Ginásio Vimarense formava valores em uma juventude em mudança. Disciplinava-os sobre os axiomas necessários à inclusão destes em uma sociedade que naquele momento histórico primava por sujeitos passivos, no entanto engajados no apelo religioso católico. O referido Ginásio é um objeto a ser estudado com maior avidez para a compreensão mais ampla da História da Educação Confessional vimarense e maranhense.

### **3.4 As Ações de Profissionalização na Vila Gem**

A Escola Profissional da Vila Gem foi uma instituição profissionalizante fundada pelos religiosos canadenses de Nicollet em 1963. Esta atendeu jovens e adolescentes da classe popular e estudantes do ensino ginásial que, diante das dificuldades econômicas, necessitavam de “[...] um ofício mecânico ou técnico de artes práticas agrícolas para os rapazes [...]”. (RELATÓRIO DA MISSÃO DE NICOLLET, 1963, p. 23).

Este estabelecimento garantiu a seus internos alimentos, constante atenção à saúde, além de prover o sustento daqueles com maior dificuldade de manter-se. Era administrado pelo padre Marcel Peppin, que gerenciava os seus recursos materiais e pedagógicos. Este se sustentava de donativos advindos da Itália, Canadá e da França, e que custeavam as oficinas e seus instrutores.

Segundo depoimentos de (CARDOSO e SÃO GUILHERME, 2012), “[...] as atividades eram precedidas por orações [...]” e observações por parte dos instrutores. Nesse momento, “[...] os alunos eram verificados quanto as suas roupas e unhas, se estavam limpas e asseadas”. Isso demonstra ainda a existência de práticas higienistas que deixam reminiscências na educação brasileira por muitas décadas. (ROMANELLI, 2010)

Para melhor funcionamento de sua engenharia institucional, foram organizadas normas e regras diretamente centralizadas na direção, sendo que o não cumprimento das mesmas por parte dos alunos ocasionava o desligamento destes das oficinas.

A vila fecha suas portas no ano de 1965 por falta de investimentos e diminuição dos donativos advindos do exterior, no entanto contribuiu com a profissionalização de muitos daqueles que naquele momento não tinham a intenção de continuidade nos estudos e mesmo não possuíam nem a pretensão nem condições de chegar ao curso normal.

Acerca desta instituição, não obtemos informações suficientes para maior aprofundamento da mesma. Portanto, precisamos aprofundar a contribuição deste estabelecimento criado para a formação profissional dos filhos de Guimarães. Este poderá ser um objeto de tamanha importância para a História da Educação no Maranhão, no entanto a falta de fontes oficiais e orais dificulta tal intento.

Sobre a configuração do Campo Educacional de Guimarães após a passagem dos religiosos de Nicollet, esta nos possibilita um encontro com os novos cenários educacionais que se estabeleceram na região do litoral ocidental maranhense. Quais as repercussões dessa mudança após o retorno de muitos deles para o Canadá e a passagem dos estabelecimentos de ensino para a comunidade local é a pergunta que precisamos responder daqui para frente.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História da Educação de Guimarães é marcada pela presença de Congregações Católicas, sendo que em nosso estudo demos ênfase aos Irmãos Canadenses de Nicollet, visto estes terem empreendido um conjunto de ações educacionais entre os anos de 1955 e 1965.

Constatamos que neste momento algumas iniciativas de escolarização já se davam em diferentes espaços da realidade vimarense, sob a administração de intelectuais locais, religiosos e muitos professores leigos.

O único modelo escolar oferecido eram as escolas isoladas que funcionavam em casas de famílias ou em outros espaços domésticos. Estes eram locais, sem nenhuma higiene, sob a égide do improvisado e de práticas pedagógicas organizadas de forma muitas vezes assistemáticas. Os docentes destas escolas desempenhavam a função de ministrar aulas, cuidar da ordem e do espaço educativo.

Na primeira metade do século XX, as principais escolas isoladas eram: Escola Dudu Coração, Escola Edson Osorio Anchieta, Escola Antonia Carvalho, Escola Ermicia Santos, Escola Lilliosa Cantanhede, Escola Raimunda Benta, Marieta Dantas e Escola Matheus Avelar, além de uma escola mista denominada Escola Mista Municipal, que mais adiante, em 1948, se transforma em Grupo Escolar Dr. Urbano Santo, no governo de Luís Domingues. Estas eram a única possibilidade de instrumentalização do saber oferecida a população vimarense.

Este educandário empregava o regime seriado e a aplicação do método simultâneo, ganhando destaque e reconhecimento social, pois no imaginário da população de Guimarães a sua arquitetura, organização, funcionamento e currículo representavam o símbolo da entrada daquele povo no projeto hegemônico desenvolvimentista de modernização da nação.

A construção do referido grupo escolar foi a primeira obra de relevância oferecida àquela gente que até então se sentia desprestigiada pelas políticas governamentais. Estas priorizavam sempre Pinheiro e São Bento para a implantação de ações, muitas delas conquistadas através de barganhas políticas.

Apesar de ter sido um empreendimento que obedecia ao paradigma da modernização do ensino, o grupo escolar não conseguia atender à grande demanda por vagas, unindo-se a isso a falta de condições para a sua manutenção.

Tal precariedade fez com que a Igreja católica implantasse no ano de 1950 a Escola Paroquial São José. Esta fazia parte do projeto de restauração da Igreja Católica, que executava ações missionárias para robustecer o ideário religioso. Inicialmente, a escola esteve sob a administração e condução dos missionários italianos do Sagrado Coração de Jesus, da qual o referido religioso fazia parte.

A Escola Paroquial São José divulgava os princípios da fé cristã mesclados aos saberes necessários à inserção social, por meio do cálculo, da leitura, da escrita e dos demais conhecimentos historicamente construídos.

A mesma atendia crianças de 4 (quatro) a 10 (dez) anos de idade, que iam do Jardim de Infância até o Ensino Primário. Aos domingos, a escola transformava-se em *Escola de Fé* e proporcionava aos alunos da instituição aulas de catecismo, sendo que todos eram obrigados a participar.

Logo no ano de sua implantação, o corpo funcional da escola era constituído de pessoas ligadas à igreja e professores leigos escolhidos, considerando como critério o conhecimento da palavra de Deus.

Para dar continuidade às ações da Igreja junto àquela comunidade, chega no ano de 1955 uma outra congregação católica denominada Irmãos de Nicollet, com o intuito de aprofundar o projeto de fortalecimento da Igreja Católica através de trabalho social e educacional nesta comunidade.

Inicialmente, os padres chegaram a Guimarães e desenvolveram ações de cunho assistencial ganhando logo o reconhecimento da população local e obtendo o devido espaço para a realização do seu projeto de educação.

Com a administração dos padres canadenses, logo foram percebidas algumas mudanças na Escola Paroquial, pois organizam o funcionamento institucional e pedagógico com regras menos severas. Isso se deu em virtude de terem contratado professores já com habilitação para o magistério, advindos de outras cidades da região, em especial Pinheiro e São Bento, e da capital, São Luís.

A escola mencionada era só mais um instrumento a serviço do projeto social e educacional dos canadenses. Para melhoria e ampliação das ações vieram freiras também do Canadá para desenvolver trabalhos nas comunidades e na Escola Paroquial, pois na concepção do padroado as mulheres tinham preparação maior para escolarização da infância.

Este fato foi percebido com maior evidencia na educação que, com a vinda das irmãs, ganhou um apelo maior aos fundamentos nacionalistas e às questões

patrióticas propagadas pelo Estado. Esses fundamentos e questões, integrados aos saberes religiosos, transformaram-se em instrumento de disciplinamento de corpos e mentes.

Assim, dando continuidade à expansão da obra educacional da missão, foi criada em 1959 a Escola Normal Nossa Senhora da Assunção. Esta obedecia aos moldes das escolas confessionais localizadas na capital e oferecia em 3 anos a formação com habilitação para o magistério. Os principais motivos para sua instalação foi a real carência de docentes habilitados e a precariedade das ações didático-pedagógicas empreendidas pelos professores em exercício nas escolas localizadas no município.

A citada instituição atendia inicialmente apenas alunos originários de Guimarães e posteriormente, com a implantação do patronato masculino e do convento, instaura-se o regime de internato, possibilitando o recebimento de alunos oriundos das cidades da região, em especial do litoral ocidental maranhense.

O acesso à citada Escola Normal representava para a maioria das famílias pobres de Guimarães e da região a única oportunidade de profissionalização de seus filhos, visto que pelas carências materiais não teriam as condições econômicas para custear a formação destes na capital do Estado ou mesmo nas cidades mais próximas, como Pinheiro, São Bento e Viana, municípios estes que já possuíam escolas de formação de docentes.

Outro ponto relevante é que algumas famílias, ao ganharem bolsas de estudo para matricularem seus filhos, eram impelidas a incentivarem-lhes a seguir o padroado. Este aspecto atendia aos requisitos presentes no movimento de renovação da Igreja que exigia das paróquias o crescimento do número de padres e freiras para o fortalecimento da religião. Entretanto, muitos destes não seguiam a vida religiosa após a conclusão dos estudos, tendo muitos deles constituído família e com isso abandonado a dedicação à Igreja.

Com o crescimento da procura ocasionada pela representação positiva da Escola Normal Nossa Senhora da Assunção, foi criado um seletivo para acesso, denominado de *exame de admissão*, tanto para alunos filhos das elites quanto para aqueles originários da classe popular e que pleiteavam bolsa de estudo ou mensalidades reduzidas.

Através desta investigação, podemos aferir que a Escola Normal de Guimarães desenvolveu práticas pedagógicas que intercalavam um conjunto de

instruções na perspectiva de formar o docente apto a implantar a filosofia do catolicismo renovador. Isso se daria a partir de um arcabouço intelectual que possibilitasse a representação de detentores de capital cultural por parte dos normalistas formados pela citada instituição.

O sucesso da referida Escola Normal deu-se principalmente por esta atender às exigências sociais e dos desígnios presentes na então moldura legal em vigor. Isso contribuiu para que a Congregação tivesse espaço para a continuidade de seu projeto de Educação com a implantação, em 1962, do Ginásio Vimarense.

O mencionado Ginásio representava a introdução de novas concepções pedagógicas direcionadas à mocidade em escolarização, além de ser concebido como um espaço inovador na educação de Guimarães. Este estabelecimento era concebido pelos religiosos de Nicollet como um espaço responsável pela missão ideológica de efetivar através de suas práticas pedagógicas o arsenal simbólico do catolicismo.

Enquanto este permitia a preparação das classes dominantes para acesso a patamares mais elevados de formação, indo até o Ensino Superior, a Escola Normal permitia a ascensão parcial das classes menos favorecidas através de uma profissão.

O Ginásio Vimarense foi implantado no contexto dos debates em defesa do Ensino Público e do Ensino Privado, pois era recente a publicação da 1ª LDB nº 4024/61 pelo então ministro da Educação, Gustavo Capanema. Essa legislação tinha o objetivo de garantir a consolidação do sistema capitalista através da aquisição por parte do alunado dos conhecimentos de uma cultura geral e humanística sólida.

No referido Ginásio, estes princípios eram conjuntamente trabalhados com os axiomas católicos, sendo materializados nas festividades e comemorações presentes no calendário escolar. Assim, era comum nas atividades escolares do estabelecimento iniciar-se as ações com hasteamento da bandeira e entoação do Hino, seguidas de orações.

O Ginásio Vimarense intensificou a educação religiosa tornando-a obrigatória na escola, apesar de a legislação educacional ter garantido sua facultatividade. As aulas ocorriam semanalmente e os alunos também eram obrigados a assistirem às aulas de crisma oferecidas pela Igreja São José e a participarem em conjunto com

os alunos da Escola Normal das atividades promovidas pela diocese, em especial aquelas que ocorriam nas comunidades rurais.

Este estudo nos levou a entender que a citada escola permitiu a seus alunos o acesso a uma formação científica e social, no entanto as condições materiais da população mais pobre não oportunizaram o acesso de muitos deles ao ensino superior.

Essas carências materiais levaram os religiosos de Nicollet a implantarem em 1963, no contra-turno das aulas, para os alunos do ginásio, várias atividades de profissionalização na Vila Gem, visto que o Instituto Nossa Senhora da Assunção já possuía novas instalações e nestas não havia espaço para realização das oficinas.

Eram oferecidos ofícios principalmente para os alunos oriundos de classe popular, na perspectiva de saírem do ócio, dando-lhes a oportunidade de terem uma profissão. As oficinas fecham suas portas em 1965 com o retorno da maioria dos religiosos da missão de Nicollet ao seu país de origem. Soma-se a isso a diminuição de verbas para manutenção de instalações e oficinas.

No percurso deste estudo, a análise da obra educacional da Congregação Irmãos de Nicollet no período de 1955 a 1965 só foi possível por meio do desenho metodológico de investigação escolhido e do repertório documental e das demais fontes selecionadas para a edificação deste texto dissertativo. Nessa perspectiva, enfatizamos principalmente o conjunto de fotografias, repertórios documentais oficiais analisados, além das reminiscências de memória dos atores sociais depoentes que nos ajudaram a traçar analiticamente o itinerário das Instituições administradas pela referida Congregação no período estudado.

Assim, através desta dissertação, podemos afirmar que o conjunto de instituições fundadas pelos Irmãos de Nicollet em Guimarães – MA democratizou o acesso à escolarização de todas as classes, no entanto seus dispositivos internos limitaram a ascensão de segmentos populares à melhoria de suas condições de vida.

Este conjunto de instituições confessionais utilizava-se de um *poder simbólico* (BOURDIEU, 2006) capaz de conseguir o equivalente daquilo que é obtido através da força (física ou econômica), mas que passava despercebido pelos agentes do catolicismo institucional e pela população vimarense.

Essa forma de poder deu-se nestas instituições através de uma cultura baseada em violência simbólica, sempre com o objetivo de estabelecer suas visões

de mundo, capazes de confirmar a hegemonia e legitimidade do catolicismo frente às demais concepções, sem esquecer a exigida manutenção da ordem.

Portanto, diante dessas reflexões, entendemos que este trabalho não esgotou, e nem tínhamos a pretensão de esgotar todo o universo dessa ordem religiosa que durante vários anos exerceu forte e importante influência, até hoje presente, na sociedade vimarense. Esperamos que outros pesquisadores possam dar continuidade a este trabalho estudando a transformação do Instituto em Colégio Nossa Senhora de Assunção.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, J. A Educação Secundária no Brasil: ensaio de identificação de suas características principais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 86, n. 212, p. 39-84, jan/abr. 2005.
- ABREU JÚNIOR, Laerth Moraes \_\_\_\_\_. Apontamentos para uma metodologia em cultura material escolar. **Pro-Posições**, Campinas, SP: Unicamp, v. 16, n. 1 (46), p. 145- 164, jan./abr. 2005.
- ALBERIGO, Giuseppi. **A História do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Colibri Editora, 2000.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- ANDRADE, Beatriz M. **O Discurso Educacional do Maranhão da Primeira República**. São Luís: UFMA, 1984.
- ARAÚJO, Raimundo Inácio Souza. Pajelança e cultura popular: profícuos entrecruzamentos. In: CARREIRO, G. S.; FERRETTI, S.; SANTOS, L. A. **Missa, Tambor e Culto**: Os espaços das religiões no Brasil. São Luís: FAPEMA; EDUFMA, 2012.
- ATA DE MATRÍCULA da Escola Normal Nossa Senhora da Assunção, 1957.
- BACELLAR, Carlos. **Fontes e apontamentos à pesquisa histórica**. São Paulo: Papyrus, 2005.
- BASTOS, Maria Helena Camara. Espelho de papel: a imprensa e a história da educação. In: ARAÚJO, José Carlos; GATTI JÚNIOR, Décio (orgs.). **Novos temas em história da educação. Instituições escolares e educação na imprensa**. Uberlândia: EDUFU; Campinas: Autores Associados, 2002.
- BITTAR, M. Política de educação na Região Sul de Mato Grosso e a influência da Congregação Salesiana. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 12, n. 21, p. 177-190 2003.
- BITTENCOURT, C. M. F. Disciplinas escolares: história e pesquisa. In: OLIVEIRA, M. A. T.; RANZI, S. M. F. (Org.) **História das disciplinas escolares no Brasil**: contribuições para o debate. Bragança: Ed. Univ. São Francisco, 2003.
- BOFF, Leonardo. **Incursões pela História do Catolicismo no Brasil**: marcos referencial. São Paulo: Vozes, 1973.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. A Distinção: crítica social do julgamento. In: BOURDIEU, Pierre. **O espaço social e suas transformações**. Tradução de Daniela Kern: Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **A Reprodução**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2001.

- BOURDIEU, Pierre. **Escritos sobre Educação**. São Paulo: Papyrus, 2007.
- BURITY, Joanildo A. **Cultura Política Democrática e Atores Religiosos**. Relatório de pesquisa. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 1998. mimeo.
- BURKE, Peter. **A Escrita da História**. São Paulo: Unesp, 1992
- BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- BUZAR, Bendito de Souza. **Escritos sobre Memória e Cultura no Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1976.
- BUZAR, Bendito de Souza. **O Vitorinismo: lutas políticas no Maranhão de 1945 a 1965**. São Luís: Lithograf Editora, 1998.
- CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Política e Educação no Maranhão (1834-1889)**. São Luís: SIOGE, 1984.
- CARDOSO, Napoleão Soares. **Ex-secretário da Missão de Nicollet em Guimarães**. Entrevista concedida em 20 de maio de 2012 às 08 h da manhã em sua residência. Pinheiro- MA.
- CARREIRO, J. **Missa, Tambor e Culto: o lugar das religiões no Brasil**. São Luís: EDUFMA, 2012.
- CASTRO, Cesar Augusto. Fontes e percursos para uma História da Educação Maranhense. In: CAVALCANTI, M. J. M; et. al. (Orgs.). **Escolas e Culturas: políticas, tempos e territórios de ações educacionais**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.
- CASTRO, Cesar Augusto. **Leis e Regulamentos da Instrução Pública**. São Luís: EDUFMA, 2006.
- CATANI, Denise. B. História, Memória e Autobiografia na Pesquisa Educacional e na Formação. In: BUENO, B. O.; SOUSA, C. P.; CATANI, D.. (Org.). **Docência, memória e gênero: estudos sobre formação**. 4. ed. São Paulo: Escrituras, 1997.
- CERTEAU, M. de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1996.
- CONGREGAÇÃO DE NICOLLET. **Regimento Interno**. Guimaraes, 1953.
- COSTA, C. R. **A Baixada Maranhense**. São Luís: SIOGE, 1982.
- COSTA, Odaléa A. **O Livro do Povo na Expansão do ensino primário no Maranhão (1861-1881)**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- COSTA, Diulinda Pavão. **O Cenário Educacional da Princesa da Baixada (1920-1960)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, 2012.

CUBA, Carmelita. **Ex-professora do Grupo Escolar Dr. Urbano Santos e da Escola Paroquial**. Entrevista concedida em 26 de maio de 2012 às 09 h da manhã em sua residência. Guimarães- MA.

CURY, C. E. O *Lyceu Parahybano* nos Oitocentos: perspectivas teórico-metodológicas para a pesquisa sobre Cultura Escolar. In: SOUZA, Elizeu Clementino de; VASCONCELOS, José Gerardo; CASTRO, César Augusto (Org.). **História da Educação: memórias, arquivos e cultura escolar**. Rio de Janeiro/Salvador: Quartet Editora Ltda., 2012, v. 1, p. 295-314.

DALLABRIDA, N. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**. Porto Alegre: PUCRS, 2009. v. 32, p. 185-191.

DALLABRIDA, N. O Ginásio das elites dirigentes. In: DALLABRIDA, Noberto; CARMINATI, Celso João (Org.). **O Tempo dos Ginásios: ensino secundário em Santa Catarina (final do Século XIX, meados do Século XX)**. Campinas: Mercado das Letras, 2007. P. 261-285.

DAMASCENO, Maria Nobre. **O Caminho se faz ao caminhar: elementos teóricos e práticos da pesquisa qualitativa**. Fortaleza: EDUFC, 2010.

DOSSE, Françoise. **A História**. São Carlos: EDUSC, 2003.

FARIA FILHO, L. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e cultura urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: UFP, 2000.

FARIA FILHO, L.; VIDAL, D. G. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo e sua configuração atual. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 7, n. 2, 2000.

FIGUEIREDO, Adiel Tito de. **O Estado Novo e a Educação no Maranhão. (1937-1945)**. São Paulo: Edições Loyola, 1984.

FORACCI, Marialice M. **Educação e Sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade II. O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Petrópolis: Vozes, 2005.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. 13. Ed. São Paulo: Cortez e Moraes, 2009.

FURTADO FILHO, Douglas. **Da povoação de Pinheiro à Princesa da Baixada**. História cronológica do município de Pinheiro. São Luís: Edições do Autor, 2003.

FURTADO FILHO, Douglas. **A História dos Dias Vieiras em Guimarães- MA**. São Luís: Edições do Autor, 2000.

- GAIOSO, Raimundo Jose de Sousa. **Compêndio Histórico e Político dos Princípios da Lavoura no Maranhão**. São Luis: SIOGE, 1973.
- GEERTZ, Clifford. **Negara - O Estado teatro no século XIX**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.
- GODÓIS, Antonio B. Barbosa de. **Os rumos da Educação na Escola Primária**. São Luis, 1914.
- GOODSON, Ivor. **Currículo: teoria e história**. São Paulo: Vozes, 2001.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.
- HILSDORF, M. L. S. Cultura escolar/cultura oral em São Paulo (1820-1860). In: VIDAL, D. G.; HILSDORF, M. L. (Orgs.) **Tópicos em História da Educação**. São Paulo: Edusp, 2001, p. 67-96.
- HOBBSAWN, E. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HORTA, José Silverio Baia. **O Hino, o Sermão e a Ordem do Dia: regime autoritário e educação**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.
- KADT, J. **Religião e Poder na América Latina**. Rio de Janeiro: PUC, 2007.
- LACROIX, M. L. **A Educação na Baixada Maranhense (1830-1889)**. 1989. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC. Rio de Janeiro, 1989.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: UNICAMP, 1996.
- LICAR, Ana Caroline Neres Castro. **A questão dos Livros da Escola Modelo Benedito Leite: cultura material escolar e poder disciplinar no Maranhão (1900-1911)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão. São Luís: 2010.
- MAPA DE GUIMARÃES no Litoral Ocidental Maranhense. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>>. Acesso em: 24 fev. 2013.
- MARTINS, Maria Helena Pires. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2003.
- MARANHÃO, Secretaria de Educação do Estado; PINHEIRO, Secretaria Municipal de Educação de. **Pinheiro, Princesa da Baixada**. São Luís, 1988.
- MEIRELLES, Mario M. **História do Maranhão**. São Luís, 1981.
- MICELLI, Sergio. **A Elite Eclesiástica Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- MONTES, Maria Lucia. **As Figuras do Sagrado: entre o público e o privado na religiosidade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu (Orgs.). **Currículo, Cultura e Sociedade**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MOTTA, Diomar das Graças. **As Mulheres na Política Educacional Maranhense**. São Luís: EDUFMA, 2003.

MOTTA, Diomar das Graças. O Maranhão e a reconstrução educacional (1952-1964). In: ARAÚJO, Marta Maria de; BRZEZINSKI, Iria. (Org.). **Anísio Teixeira na Direção do INEP**. Brasília: INEP, 2006, v. 1, p. 227-249.

MOTTA, Diomar das Graças; NUNES, Iran de Maria Leitão. A Emergência dos Grupos Escolares no Maranhão. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil "1893-1971"**. Campinas: Mercado de Letras, 2006. v. 1. 376 p.

MOTTA, Diomar das Graças; NUNES, Iran de Maria Leitão. Escola Normal: uma instituição tardia no Maranhão. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Orgs.). **As Escolas Normais no Brasil: do império à república**. Campinas: Alínea, 2008.

MOTTA, D. G. O estado do Maranhão e a institucionalização da escola graduada na Primeira República. In: ARAÚJO, José Carlos Sousa; SOUZA, Rosa Fatima de, PINTO, Rubra-Mar Nunes. (Org.). **Escola primária na primeira república (1889-1930): subsídios para uma história comparada**. Araraquara: Junqueira e Marin, 2012, v. p. 78-99.

MONTES, Maria Lucia. **As Figuras do Sagrado: entre o público e o privado na religiosidade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

MOURA, M. **História da Educação no Brasil: Primeira República**. Rio de Janeiro: PUC, 2000.

MUSEU NACIONAL, Rio de Janeiro. **Pesquisa Polidisciplinar "Prelazia de Pinheiro"**: aspectos antropológicos. São Luís: IPEI, 1975.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU, 1993.

NERIS, W. S. Elementos para uma História Social da Militância Católica no Maranhão. In: CARREIRO, G. S.; FERRETTI, S.; SANTOS, L. A. (Orgs.). **Missa, tambor e culto: Os espaços das religiões no Brasil**. São Luís: FAPEMA; EDUFMA, 2012.

NERIS, W. S. **Itinerários religiosos e engajamento político no Maranhão (1940-1980): catolicismo, mediação cultural e militantismo político-religioso**. ENCONTRO ANUAL DA ANFOPS, 35. Caxambu - MG: GT 16; Grupos Dirigentes e Estruturas de Poder 24-28, 2011.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio Martins. **Bourdieu e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

NORA, Pierre. **Os Lugares da Memória**. São Paulo: Cortez, 1993.

NORONHA, Olinda. **História da Escola no Brasil**. São Paulo: Ática, 1994.

NORONHA, Olinda. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Ática, 1996.

NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO. **Livro de Tombo**. Guimarães - MA, 1955.

NOSSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições Escolares: por que e como pesquisar**. Campinas: Alínea, 2009.

O LITORAL. n. 14, Guimarães, 27 set. 1951, p. 3.

O LITORAL. n. 23, Guimarães, 20 mar. 1952, p. 2.

O LITORAL. n. 3, Guimarães, 11 mar. 1950, p. 2.

O LITORAL. n. 38, Guimarães, 13 dez. 1953, p. 6.

O LITORAL. n. 6, Guimarães, 19 ago. 1950, p. 4.

O VIMARENSE. n. 06, Guimarães, 20 de fevereiro de 2000.

O VIMARENSE. n. 46, Guimarães, 15 de maio de 2009.

O VIMARENSE. n. 81, Guimarães, 19 de agosto de 2012.

OLIVEIRA, F. **Guimarães na História do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1984.

OLIVEIRA, F. **Guimarães no cenário político maranhense**. São Luís: 2000.

OLIVEIRA, Antônio Almeida de Oliveira. **O ensino público**. Brasília: Senado Federal, Conselho editorial, 2003.

PAIVA, N. R.; RATNER, C. **Trajatória Histórica da Educação no Brasil: da colônia à escola cidadã**. São Paulo: Companhia das Letras, 1985.

PACHÊCO, D. Felipe Condurú. **História Eclesiástica do Maranhão**. São Luís: Departamento de Cultura do Estado, 1969.

PARADA, Maurício. **Educando corpos e criando a nação**. São Paulo: Editora PUC Rio, 2009.

PARÓQUIA SÃO JOSÉ. **Missa dos Santos Óleos, Quinta-feira Santa**. Diocese de Pinheiro: Amazona, 2009.

PESAVENTO, Sandra J. **História Cultural: experiências de pesquisa**. Porto Alegre: EDUFGRS, 2008.

POLI, Franco; CREA, Giuseppe; COMODO, Vincenzo. **O desafio da organização nas comunidades religiosas**. São Paulo: Ed. Paulinas, 2008.

PRADO, Regina de P. S. Sobre a classificação dos funcionários religiosos da Zona da Baixada Maranhense. In: MUSEU NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. **Pesquisa Polidisciplinar “Prelazia de Pinheiro”**: aspectos antropológicos, v. 3. São Luís: IPEI, 1975.

PROJETO POLITICO PEDAGOGICO Grupo Escolar Dr. Urbano Santos. Guimarães-MA. 2008.

REGIMENTO INTERNO DA MISSÃO CANADENSE DE NICOLLET EM GUIMARÃES-MA, 1953.

REGIMENTO INTERNO DO GRUPO ESCOLAR DR. URBANO SANTOS. Guimarães- MA, 1948.

REGIMENTO INTERNO DO INSTITUTO NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO. Guimarães- MA, 1962.

RELATÓRIO DA MISSÃO CANADENSE DE NICOLLET, Guimarães, 1953.

RELATÓRIO DA MISSÃO CANADENSE DE NICOLLET, Guimarães, 1963.

RIBEIRO, Maria Luísa S. **História da Educação Brasileira: a Organização Escolar**. São Paulo: Editora Moraes, 1986.

RIBEIRO, V. Mondego. **A implantação do ensino secundário público: Liceu Maranhense**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2006.

ROCHE, D; PIRES, C. M. **O Ensino Ginásial no sul do Brasil (1950-1965)**. Porto Alegre: Artesania, 2011.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1937)**. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

RUBIM, Sandra Regina Franchi. A imagem como uma possibilidade de sensibilização na Educação. **Linhas Críticas**. 2010, v.17, n. 34, p. 625-641.

SÁ, Laís Mourão. Sobre a classificação das entidades sobrenaturais. In: MUSEU NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. **Pesquisa Polidisciplinar “Prelazia de Pinheiro”**: aspectos antropológicos. São Luís: IPEI, 1975. v. 3.

SALDANHA, Lillian Leda. **A Instrução Pública Maranhense na Primeira Década Republicana**. Imperatriz: Ética, 2008.

SAVIANI, Demerval. O legado educacional “ao longo do Século XX” brasileiro. In: SAVIANI, Demerval. et. al. (Orgs.). **O Legado Educacional do Século XX**. Campinas: Autores Associados, 2004, p. 9-50 (Coleção Educação Contemporânea).

SILVA, Diana Rocha da. **A Institucionalização dos Grupos Escolares no Maranhão (1903-1920)**. 2011. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.

SOUZA, R. F. Espaço da educação e da civilização: origens dos Grupos Escolares no Brasil. In: SOUZA, R.F. et al.. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 37-70, 2003.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2004.

TESTEMUNHO de Dom Carmello Cassatti em Menção à Missão Canadense em Guimarães, 1996.

TOBIAS, José Antonio. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Editora Juriscredi, 1996.

TRIBUZI, Bandeira. **Formação Econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento**. São Luís: IPES, 1981.

VALDEMARIM, Vera Teresa. Os sentidos e a experiência: professores, alunos e métodos de ensino. In: VALDEMARIM, Vera Teresa. et. al. **O Legado Educacional do Século XX**. Campinas: Autores Associados, 2004. (Coleção Educação Contemporânea)

VALENTINI, Dom Demétrio. **Revisitar o Concílio Vaticano II**. São Paulo: Ed. Paulinas, 2011.

VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Augustín. **Currículo, espaço e subjetividade**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001.

VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Augustín. **História do Comércio do Maranhão**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.

XAVIER, Maria Elizabeth. **História da Educação: a escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1990.